

AMAZÔNIA LIVRE DE FAKE

DESINFORMAÇÃO E DIREITO À COMUNICAÇÃO
NA AMAZÔNIA LEGAL 2024



AMAZÔNIA LIVRE DE FAKE

**DESINFORMAÇÃO E DIREITO À COMUNICAÇÃO
NA AMAZÔNIA LEGAL 2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Amazônia livre de fake [livro eletrônico] : desinformação e direito à comunicação na Amazônia legal 2024 / [coordenação Raquel da Silva Santos ; pesquisadores Gabriel Veras...et al.]. – 1. ed. – São Paulo : Interozes, 2024.
PDF

Outros pesquisadores: Henrique Ferreira, Luisa Fernanda de Souza da Silva, Mikhail Favalessa.

Bibliografia.
ISBN 978-65-89397-09-0

1. Amazônia - Aspectos sociais 2. Comunicação de massa 3. Notícias falsas I. Santos, Raquel da Silva. II. Veras, Gabriel. III. Ferreira, Henrique. IV. Silva, Luisa Fernanda de Souza da. V. Favalessa, Mikhail.

24-214389

CDD-070.4

Índices para catálogo sistemático:

1. Notícias falsas : Jornalismo 070.4
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

PROJETO AMAZÔNIA LIVRE DE FAKE

Coordenação Executiva

Ana Claudia Mielke
Gyssele Mendes
lara Moura
Olívia Bandeira
Pedro Ekman
Pedro Vilaça
Ramênia Vieira

Coordenação do Projeto Raquel da Silva Santos

Pesquisadores Gabriel Veras
Henrique Ferreira
Luisa Fernanda de Souza da Silva
Mikhail Favalessa

Foto da capa

Beto Oliveira/@margemtorio
Marcha das Mulheres Indígenas,
Brasília (DF), 10/07/2021.

Revisão técnica lara Moura
Olívia Bandeira

Apoio

Revisão ortográfica Gabriela Amorim

Diagramação e Projeto Gráfico Thyago Nogueira/Oficina Sal

Conselho Diretor do
Interozes 2023/2024 Alfredo Portugal
Aline Braga
Bruna Hercog
Gabriel Rosa
Iano Flávio
Jonair Mendonça
Tâmara Terso



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6	PARÁ	41
CONTEXTO ATUAL	7	FINANCIAMENTO PÚBLICO DA DESINFORMAÇÃO	50
OBJETIVO	8	ECOSSISTEMA DA DESINFORMAÇÃO	56
ABORDAGEM METODOLÓGICA	8	ANÁLISES E RESULTADOS	58
PERFIL DOS POLÍTICOS	11	CAMPANHA POLÍTICO DESINFORMANTE	63
DESINFORMAÇÃO	18	RECOMENDAÇÕES	65
AMAZONAS	20	REFERÊNCIAS	67
MATO GROSSO	27	GRUPOS DE TRABALHO	68



APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta os resultados do Projeto Amazônia Livre de Fake. Uma iniciativa do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, em parceria com organizações amazônicas. O foco é combater o discurso de ódio e a com impactos nocivos à Amazônia Legal e seus defensores. O projeto se desdobrou em duas fases: a primeira ocorreu em 2022, quando um único Grupo de Trabalho composto por oito organizações amazônicas: Agência Abaré (AM), Olhares da Amazônia (UFRR), Jovens Tapajônicos (PA), Coletivo Matinguari (TO), Matpha (AC), Co-jovem (PA), Mídia Ninja (MT) e Casa Ninja Amazônia (AM/AC) realizou um levantamento de cerca de 200 perfis e páginas difusoras de discurso de ódio e desinformação nocivas à preservação da Amazônia Legal e seus defensores.

Com o aprofundamento de informações, chegamos em uma lista de 70 produtores de desinformação com atuação nos estados do Pará (27), Amapá (18), Amazonas (10), Mato Grosso (9), Roraima (4), Tocantins (1) e Acre (1). Após aproximações e recorrências, segmentamos em três grandes grupos de produtores/difusores de desinformação na região: ativismos sociais de direita, canais/empresas jornalísticas e figuras públicas de representação (parlamentares ou candidatos nas eleições daquele ano).

Como nossa estratégia inicial de combate à desinformação era uma campanha de desmonetização de páginas que propagam a desinformação, decidimos nos aprofundar nos canais/empresas jornalísticas a partir de dois critérios: visibilidade/alcance e autodenominação de sites jornalísticos. Assim, chegamos a três páginas: Portal Novo Norte, Vista Pátria e Terra Brasil Notícias, canais com milhões de acessos e compartilhamentos de outras páginas e perfis de territórios amazônicos. A metodologia utilizada e os resultados obtidos nesta fase podem ser conferidos no site do Projeto.

Em 2023 e 2024, realizamos a segunda fase do Projeto, desta vez, dedicamos esforços em outro segmento que identificamos de difusores de desinformação: figuras públicas de representação política. Já prevendo que em 2024, ano eleitoral, alguns destes parlamentares muito provavelmente irão se candidatar também ao executivo municipal. Para esta etapa, recortamos ainda mais nossa espacialidade de atuação, passamos de seis para três estados (AM, MT e PA) e nos subdividimos em três Grupos de Trabalhos, um em cada estado, onde outras organizações se somaram ao Projeto. Este relatório apresenta os resultados do estudo e ações realizadas nesta última fase. Boa leitura!



CONTEXTO ATUAL

A segunda fase do Projeto Amazônia Livre de Fake foi coordenada pelo Intervozes e mais 14 organizações amazônicas: Abaré, Rede Wayuri, Coletivo Esperança Garcia – no Amazonas; Carta Amazônia, Coletivo Jovens Tapajônicos, Rede de Notícias da Amazônia, Tapajós de Fato, Co-Jovem – no Pará; Observa-MT, Casa Ninja Amazônia, Mídia Ninja, Rede Jurueva Vivo, Instituto Centro de Vida (ICV) e Fundação Ecológica do Cristalino – no Mato Grosso. Nesta segunda fase, mapeou 32 figuras públicas do cenário político em 2023 com objetivo de identificar quem dissemina desinformação, os tipos de desinformação e como se dá a circulação e o financiamento desse tipo de conteúdo nos estados do Amazonas, Mato Grosso e Pará.

A desinformação é um fenômeno complexo caracterizado pela disseminação de informações falsas, distorcidas e descontextualizadas criadas intencionalmente com a função de enganar (Fallis, 2015; Wardle; Derakhshan, 2017). No contexto amazônico, o que se observa é que a desinformação não se trata apenas de uma disputa sobre o que é precisamente verdade ou mentira, mas se trata de uma estratégia proposital de disputar e construir uma visão de mundo assentada num modelo desenvolvimentista e predatório avesso aos direitos dos povos indígenas, ribeirinhos e tradicionais. É assim que a desinformação vem beneficiando os centros de poder ligados a figuras políticas sustentadas e sustentáculos do agronegócio, da mineração e de outras personagens centrais nos conflitos socioambientais que marcam a região.

Ao tratar de desinformação socioambiental, também é importante destacar os chamados “discursos de atraso” (*discourses of climate delay*) que objetivam poluir o debate e atrapalhar esforços pró-meio ambiente (Lamb et al., 2020). Eles deturpam em vez de informar, levantam adversidades em vez de consenso ou implicam que agir é um desafio impossível. Esses discursos se baseiam em combinações de argumentos que incluem teorias negacionistas, justificativas para subdimensionar o papel do agronegócio na destruição ambiental, criminalização de movimentos sociais que lutam pela reforma agrária, bem como falsas alegações sobre o impacto da demarcação de terras no desenvolvimento do país.

Políticos da Amazônia Legal frequentemente adotam a desinformação política e socioambiental como ferramenta de propaganda. Dentre os objetivos estão a promoção dos interesses econômicos e o desmonte de políticas de proteção ambiental. Estes políticos recorrentemente têm usado multiplataformas digitais para disseminar suas mensagens e investido em anúncios pagos com recursos públicos para maior alcance de suas pautas. Do conjunto de políticos

monitorados, 28 deles publicaram um total de 192 postagens com desinformação durante o ano de 2023.

As principais abordagens desinformativas identificadas no mapeamento referem-se a: 1. teorias da conspiração e ataques a Organizações Não Governamentais (ONGs); 2. minimização dos impactos ambientais da Ferrogrão (ferrovia prevista para ligar o Mato Grosso ao Pará para o escoamento de grãos), da pavimentação da BR-319, das atividades de mineração e do uso de agrotóxicos e sua pulverização. São ainda temas dos conteúdos estudados neste Relatório: a defesa do Marco Temporal¹ e ataques a Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Temos observado também que o fenômeno da desinformação no Brasil e notadamente na Amazônia Legal tem uma característica de estar profundamente ligado a construções ideológicas, morais e discursivas que também sustentam o discurso de ódio contra grupos sociais vulnerabilizados, notadamente pessoas indígenas e negras, mulheres, população LGBTQIAPN+ e populações empobrecidas. Neste relatório, ressaltamos conteúdos, que além de características desinformativas, apresentam também aspectos de ódio direcionado a estas populações, combinando elementos dos dois fenômenos tão presentes nas redes sociais.

Foi possível notar a presença de forte oposição à política de Marina Silva, muitas vezes, redundando em conteúdo de cunho misógeno. Além disso, nota-se que a chamada pauta moral ou dos costumes é também parte estruturante da estratégia desinformativa das figuras públicas aqui analisadas. Na pesquisa é possível observar ainda um ataque orquestrado a direitos sexuais e direitos reprodutivos de mulheres com útero e também da população LGBTQIAPN+, como já mencionado.

Essas estratégias desinformativas encontram terreno fértil na concentração de mídia, nas desigualdades de acesso à internet (pensando inclusive na ausência de acesso significativo) e nos “desertos de notícia” da Amazônia Legal, onde as necessidades informacionais da população não são plenamente atendidas (Salles; Santini, 2022). Das 32 figuras públicas monitoradas, 12 têm relação com a mídia, sendo oito proprietários de veículos de comunicação e quatro influenciadores digitais. No estudo ainda foi possível perceber a falta de transparência no acesso a dados públicos e a falta de investimentos em políticas de conectividade nos três estados. Tal cenário fomenta ainda mais a desinformação pelos políticos, compromete a checagem de fatos e abre caminhos para passar a boiada da desinformação socioambiental.

¹ O marco temporal das terras indígenas, também conhecido como tese de Copacabana, é uma tese jurídica, construída jurisprudencialmente no julgamento do caso Raposa Serra do Sol pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do Brasil de 2009. Nela, o Supremo decidiu que o artigo da Constituição que garante o usufruto das terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas brasileiros deveria ser interpretado contando-se apenas as terras em posse em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. Fonte: Wikipédia. (Acesso em 22/04/2024)

OBJETIVO

O projeto Amazônia Livre de Fake, desde a primeira fase, tem se debruçado sobre o conceito e o fenômeno da desinformação. Para nós, interessa continuar a construir os nexos entre a questão socioambiental na Amazônia Legal e a produção e difusão de desinformação.

Nesta etapa do projeto, buscamos identificar também evidências sobre as estratégias de produção, disseminação e orquestração de desinformação socioambiental por políticos eleitos da Amazônia Legal a partir de estudo realizado nos estados do Amazonas, Mato Grosso e Pará.

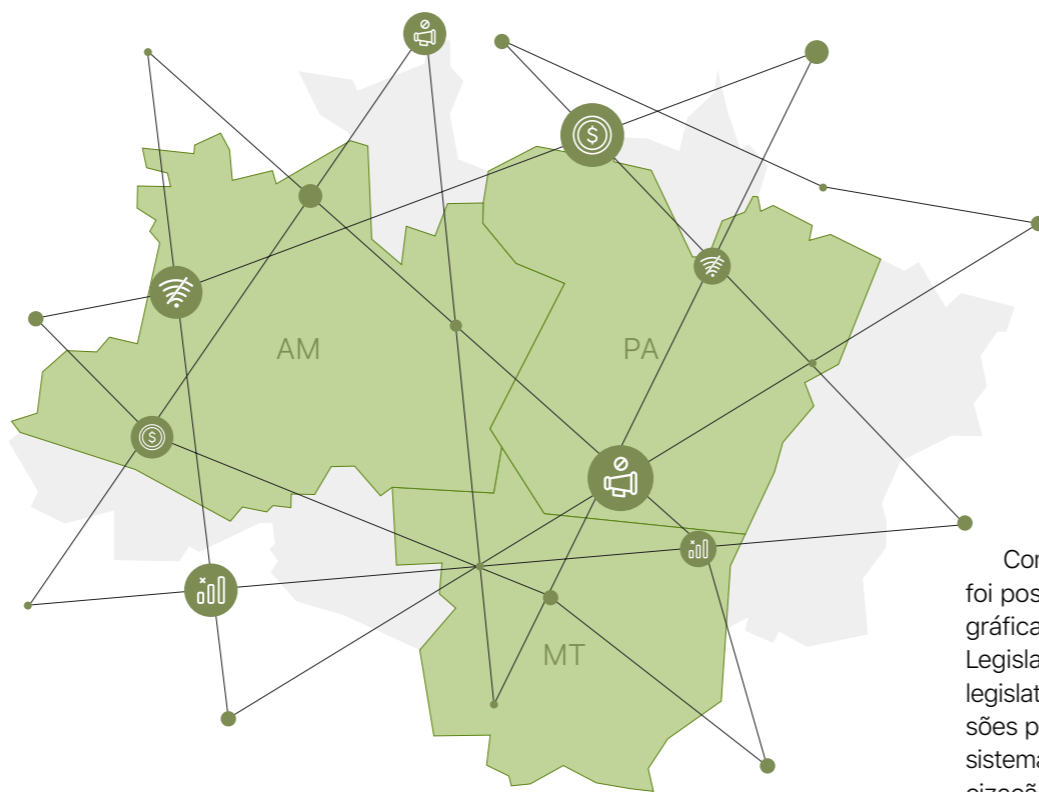
Além disso, a pesquisa teve o intuito de mapear tendências comuns e diferenças entre plataformas digitais e entre políticos, para análise do impacto da desinformação produzida. Investigou-se ainda os gastos públicos com mídia e os investimentos em políticas de conectividade nos três estados.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

No primeiro semestre de 2023 foram realizadas oficinas, rodas de diálogo e outras atividades nos estados da Amazônia Legal que haviam participado da primeira fase do Projeto Amazônia Livre de Fake. Após as atividades, foram definidos pesquisadores/as locais, um em cada estado, responsáveis por, na segunda fase do projeto, mapear a desinformação produzida por políticos nos estados do Amazonas, Mato Grosso e Pará. Foram realizadas também atividades formativas com objetivo de compreender a percepção e o impacto da desinformação para lideranças e organizações da sociedade civil locais. Como encaminhamento dos encontros, foram compostos Grupos de Trabalhos em cada um dos três estados com representantes de organizações da sociedade civil que atuam com as pautas de comunicação e justiça socioambiental.

A criação dos GTs locais, compostos no total por 14 organizações/coletivos que participaram das oficinas nos estados, culminou no monitoramento coletivo da desinformação. A lista de quais políticos seriam monitorados foi elaborada a partir de três fontes: 1) dos resultados da primeira fase deste Projeto. Foram levantados à época 18 figuras públicas que disseminavam desinformação, desse total, consideramos os políticos reeleitos em 2022; 2) indicações nominais dos encontros online com os GTs; e 3) dados do projeto permanente Donos da Mídia², realizado pelo Intervenozes e que investiga candidatos proprietários ou com propriedades familiares de mídia.

Depois de definida a lista de perfis de 32 figuras políticas



a serem monitoradas na fase atual da pesquisa, a coleta de dados dos conteúdos desses perfis foi realizada de maneira manual, postagem a postagem, nas plataformas da Meta (Facebook e Instagram) e do Space X (antigo Twitter – nome alterado pela empresa em 2023), pelos pesquisadores locais e pelos integrantes dos GTs. Em seguida, foi elaborado um formulário com 10 questões abertas catalogando as desinformações coletadas nas plataformas digitais das representações políticas. Nesta parte da coleta, feita por pesquisadores/as locais, obtivemos 206 postagens submetidas ao formulário e, após análise e triagem, chegamos ao corpus de 192 postagens desinformativas.

Os pesquisadores e pesquisadoras locais identificaram também que alguns dos perfis das redes sociais das figuras públicas que iniciaram suas atividades em tempos pré-plataformas e pré-internet, tendem a manter discursos “filtrados” em suas redes, com sinais de forte atuação das assessorias de comunicação. Diante desse cenário, foi incluída no estudo a busca pelas notas taquigráficas de audiências do Congresso Nacional, no Senado e na Câmara dos Deputados, nas quais os parlamentares fizessem o uso de desinformação para atacar questões socioambientais e defensores e defensoras de direitos humanos. Também foram incluídas algumas aparições dos políticos na mídia, porque alguns deles mantêm reproduções nas plataformas digitais de sites de notícias que foram considerados disseminadores de desinformação na primeira fase de nossa pesquisa.



Com relação aos deputados e deputadas estaduais, não foi possível verificar os discursos porque as notas taquigráficas não estão disponíveis nos sites das Assembleias Legislativas de nenhum dos três estados. Com exceção do legislativo do Mato Grosso, que publica as atas de suas sessões plenárias, porém, são feitas por meio de PDFs e sem sistematização. Por razões de dificuldade no acesso e publicação, essas atas não foram consideradas na presente pesquisa. A busca de informações nas notas taquigráficas foi feita a partir das seguintes palavras-chave e hashtags: CPI do MST, Marco Temporal, CPI das ONGs e PL 2630.

Com relação à análise de conteúdos nas redes sociais, o levantamento foi feito nos perfis dos políticos com recorte temporal nas publicações feitas por eles entre janeiro e dezembro de 2023. Durante o período que durou a coleta, foram realizadas reuniões mensais entre os pesquisadores locais, para além dos encontros com os GTs, para avaliar e reconduzir os caminhos metodológicos, acolhendo as dúvidas e os desafios. Uma mudança produzida nesses encontros foi a inclusão de campo classificatório para definir qual tipo de desinformação no formulário estruturado a partir das definições de Claire Wardle e Hossein Derakhshan (2017).

ECOSSISTEMA DA DESINFORMAÇÃO

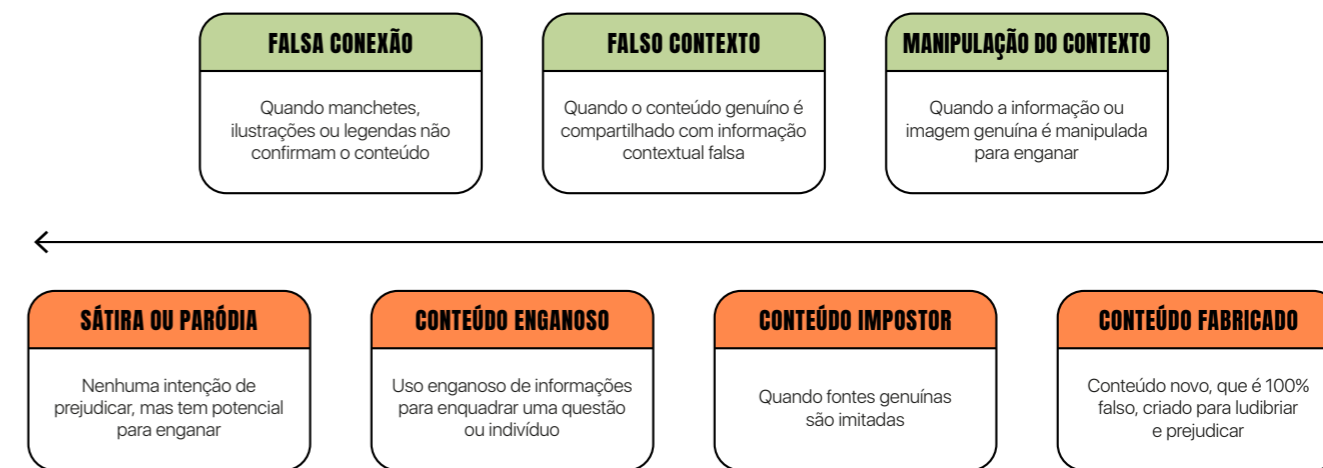


Diagrama desenvolvido por Claire Wardle para o Relatório Information Disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making (2017).

Para fins de análise, separamos os conteúdos com desinformação em três conjuntos: conteúdos difundidos em redes sociais (Facebook, Instagram e X), pronunciamentos oficiais em espaços legislativos (notas taquigráficas) e outras mídias (sites considerados desinformativos). A análise de conteúdo desses três conjuntos foi feita a partir da codificação e categorização de Laurence Bardin (2010), que possibilitam as interpretações e inferências. E também a partir de João Paulo Bachur (2021) e Márcio Ribeiro e Pablo Ortellado (2018), que nos ajudaram a contextualização e

conceitualização da desinformação política.

Por meio de palavras-chave focadas na questão socioambiental, foram filtradas as publicações coletadas para identificar aquelas focadas no tema, e analisamos as métricas de postagens. Analisamos ainda o conteúdo socioambiental publicado por cada um dos parlamentares com o objetivo de identificar as principais temáticas e estratégias utilizadas, bem como a presença de desinformação. A partir disso, as desinformações foram classificadas em quatro eixos:

² Disponível em: www.intervenozes.org.br/levantamento-do-intervenozes-revela-quem-sao-os-politicos-donos-da-midia-nas-eleicoes-2022 (Acesso em 25/04/2024)

EIXO POLÍTICA

106 PUBLICAÇÕES

Englobou assuntos com teor polarizado ou hiperpartidário, demarcação de territórios indígenas e correlatos, como o Marco Temporal. Além das postagens relacionadas ao anticomunismo, convocação de atos antidemocráticos e criminalização de movimentos sociais e organizações do terceiro setor.

EIXO SOCIEDADE

38 PUBLICAÇÕES

Englobou as pautas sensíveis, como aborto e promoção de discursos de ódio contra grupos em situação de vulnerabilidade. Foram incluídas postagens sobre gênero e sexualidade que se inscrevem em um terreno de disputas morais, além de pautas discriminatórias étnico-raciais contra mulheres, população LGBTQIAPN+ e povos tradicionais.

EIXO MEIO AMBIENTE

54 PUBLICAÇÕES

Reuniu pautas relacionadas a questões socioambientais como dados sobre desmatamentos ou queimadas da Floresta Amazônica, pesquisas sobre mudanças climáticas, implementação de projetos de desenvolvimento e seus impactos ambientais, pavimentação de estradas, legislação ambiental e unidades de conservação.

EIXO ECONOMIA

3 PUBLICAÇÕES

Pautas com desinformações relacionadas à queda do produto interno bruto (PIB), reforma tributária, zona franca de Manaus, dívida brasileira no Fundo Monetário Internacional (FMI).



PARCEIROS DE CAMINHOS METODOLÓGICOS

Além dos/as pesquisadores/as e integrantes dos GTs, a pesquisa contou ainda com outros parceiros no monitoramento dos perfis nas redes sociais das 32 figuras públicas políticas. O laboratório de pesquisa da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (**NetLab/ECO-UFRJ**) realizou monitoramento multiplataforma para coletar conteúdos publicados entre outubro de 2022 e outubro de 2023. Mapearam os perfis de cada político listado por nós no Facebook, Instagram, TikTok, Telegram e YouTube, além de anúncios veiculados nas plataformas da Meta e disponibilizados em sua biblioteca de anúncios. Foram analisadas métricas de engajamento, considerando o volume de publicações, interações e seguidores de cada político nas plataformas.

Um segundo parceiro foi o **Fiquem Sabendo** – uma organização especializada no acesso a informações públicas – que, de agosto a dezembro de 2023, levantou dados públicos, via Lei de Acesso à Informação (LAI), para a compreensão de valores empregados por figuras públicas de

representação política para produção e difusão de conteúdos nas plataformas digitais. Com a ajuda da Fiquem Sabendo, foram feitos pedidos de informação aos governos estaduais e executivos municipais do Amazonas, Mato Grosso e Pará, incluindo os municípios de São Gabriel da Cachoeira e Coari (AM), em decorrência de organizações desses lugares integrando os GTs.

Foram definidas três categorias de informação a serem perseguidas no escopo da pesquisa: 1) gastos com mídia digital; 2) investimento em políticas de acesso a internet e inclusão digital; 3) emendas parlamentares. A Fiquem Sabendo também realizou uma pesquisa piloto nas bases de dados abertos da Câmara dos Deputados para investigar o direcionamento de verba de gabinete de deputados e deputadas federais. Com base em todos esses procedimentos metodológicos, buscamos refletir sobre a estruturação e os modos de operação do ecossistema de desinformação na Amazônia Legal.

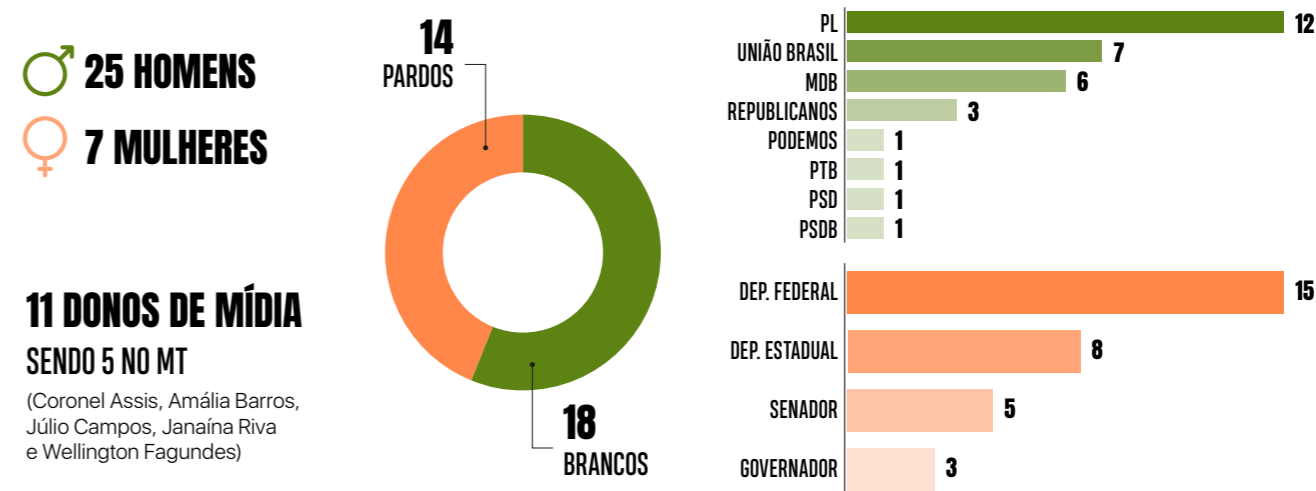
PERFIL DOS POLÍTICOS

As representações de figura pública ocupam cargos de deputado estadual e federal, senador e governador filiados aos partidos: Liberal (PL), União Brasil, Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Republicanos, Podemos, Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB). A maioria dos políticos são homens (25), e apenas sete são mulheres. Segundo as informações autodeclaradas pelas representações ao site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 18 são brancos e o restante pardos (14).

Dos 32 políticos monitorados, mais da metade são milionários (18), alguns empresários, donos de terra, herdeiros e agentes públicos que declararam ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) patrimônios que chegam a mais de R\$100 milhões. As consultas foram feitas referentes aos bens

declarados por cada candidatura nas eleições de 2022, com exceção de senadores e senadoras cujas informações são referentes às eleições de 2018 em decorrência do tempo do mandato.

Os destaques nas declarações de bens são do Mato Grosso. O governador Mauro Mendes (União Brasil) acumulou um patrimônio de R\$108 milhões e figura como sócio de empresas de mineração e energia. Na mesma toada, os irmãos Júlio e Jayme Campos, deputado estadual e senador, respectivamente, ambos do União Brasil, juntos declararam R\$66,461 milhões em bens; dentre suas propriedades estão a mineração Santa Sílvia e a Rádio e Televisão Oeste. Esses políticos milionários também são acusados de corrupção, lavagem de dinheiro, enriquecimento ilícito, entre outros crimes, conforme matéria apurada pela Agência Pública³ em 2022.



³ Disponível em: www.apublica.org/2022/08/em-mato-grosso-quem-manda-nas-eleicoes-e-o-agro (Acesso em 22/02/2024)



Lanchas encalham às margens do rio Solimões, em Tabatinga, durante seca histórica no Amazonas. | Beto Oliveira - @margemtorio

POLÍTICOS PROPRIETÁRIOS DE MÍDIA

Na Amazônia Legal, segundo reportagem da Agência Pública⁴, “uma em cada cinco retransmissoras de TV da região pertencem a algum político”. Neste monitoramento, das 32 figuras públicas de representação política, 12 têm relação com a mídia, sendo oito proprietários de veículo de comunicação/ concessionários de radiodifusão e sites de notícias, além de quatro influenciadores digitais. É ilegal que deputados federais e senadores tenham propriedades de rádio e TV, de acordo com o artigo 54 da Constituição Federal, porque são concessões públicas sujeitas a conflitos de interesses ao serem geridos por agentes públicos. Além disso, as três principais famílias políticas e donas de mídia em cada um dos estados desta pesquisa já foram denunciadas ou investigadas por compra de votos: Família Câmara (AM), Família Barbalho (PA) e Família Riva (MT).

“Deus, Pátria, família e liberdade” são as palavras de ordem do deputado federal pelo Amazonas Silas Câmara (Republicanos). O irmão do deputado, o pastor Jônatas Câmara, da igreja Assembleia de Deus, é o único sócio da TV e Rádio Boas Novas, gerida por fundação cristã homônima e que atua no Amazonas e no Pará. Além disso, a esposa e a filha do deputado — a também deputada federal Antônia Lúcia Câmara (Republicanos) e a advogada Milena Câmara, respectivamente — administram a emissora no Acre. Em 2010, a Fundação Boas Novas foi investigada por participação em um possível esquema de compra de votos ou de uso indevido de recursos eleitorais.

No Pará, a família Barbalho mesmo não sendo identificada nesta pesquisa como disseminadores de desinformação,

acredita-se ser importante destacar o controle desta família como considerável proprietária de mídia. Os Barbalhos são detentores do grupo Rede Brasil Amazônia de Comunicações que compreende a RBA TV, retransmissora da TV Band, a Rádio Clube do Pará, mais quatro rádios afiliadas e o jornal Diário do Pará. Em 2022, a família Barbalho reelegeu Helder Barbalho (MDB) para governador e a mãe Elcione Barbalho deputada federal (MDB), tendo a RBA TV como aliada. Elcione foi investigada⁵ em 2022 após acusação de repassar verba do Fundo Especial de Financiamento de Campanha destinada ao custeio eleitoral de mulheres para financiar candidaturas masculinas.

Em Mato Grosso é a família Riva a protagonista da concentração de propriedade de mídias e poder político. A deputada estadual Janaina Riva (PSD) é esposa de Diógenes Fagundes, um dos sócios da Rádio e Televisão Massa. Diógenes é filho do atual senador Wellington Fagundes (PL) e faz parte do quadro societário do grupo Agora de Comunicação, gerindo as TVs Cidade, Primavera e Vale, o portal de notícias Agora MT e três rádios: Jovem Pan FM 102,9, Jovem Pan FM 91,1 e Primavera FM. Janaina e sua mãe, Janete Riva, já foram investigadas por um suposto esquema de compra de votos nas eleições de 2014, mas a denúncia no Ministério Público Estadual foi arquivada. O pai, José Geraldo Riva, foi considerado um dos políticos mais processados⁶ do país e fechou acordo de colaboração premiada com o Ministério Público do Estado de Mato Grosso após ser condenado por corrupção no período em que comandou a Assembleia Legislativa.

⁴ Ver mais em: www.google.com/url?q=www.apublica.org/tvsdaamazonia/a-forca-dos-politicos/&sa=D&source=docs&ust=1710802669918353&usg=AOvVaw1L4qz7LtreH0A6ioSFeBvH (Acesso em 22/02/2024)

⁵ Disponível em: www.g1.globo.com/para/noticia/2022/02/09/julgamento-deputada-federal-elcione-barbalho.ghtml (Acesso em 14/01/2024)

⁶ Disponível em: www.oglobo.globo.com/politica/jose-geraldo-riva-um-politico-com-mais-de-100-processos-7726347 (Acesso em 22/02/2024)

 FIGURAS PÚBLICAS POLÍTICAS DO AMAZONAS			
 ADAIL PINHEIRO FILHO DEPUTADO FEDERAL REPUBLICANOS/AM	AUTODECLARAÇÃO	BENS DECLARADOS	PROPRIETÁRIO DE MÍDIA
	Pardo	R\$ 1.113.608,12	✗
 CAPITÃO ALBERTO NETO DEPUTADO FEDERAL PL/AM	AUTODECLARAÇÃO	BENS DECLARADOS	PROPRIETÁRIO DE MÍDIA
	Branca	R\$ 312.000,00	✗
 DÉBORA MENEZES DEPUTADA ESTADUAL PL/AM	AUTODECLARAÇÃO	BENS DECLARADOS	PROPRIETÁRIO DE MÍDIA
	Parda	R\$ 984.572,56	✗
 FAUSTO SANTOS JR DEPUTADO FEDERAL UNIÃO BRASIL/AM	AUTODECLARAÇÃO	BENS DECLARADOS	PROPRIETÁRIO DE MÍDIA
	Branco	R\$ 550.000,00	✗
 MAYARA PINHEIRO DEPUTADA ESTADUAL REPUBLICANOS/AM	AUTODECLARAÇÃO	BENS DECLARADOS	PROPRIETÁRIO DE MÍDIA
	Branca	R\$ 1.978.245,08	✗
 PLÍNIO VALÉRIO SENADOR PL/AM	AUTODECLARAÇÃO	BENS DECLARADOS	PROPRIETÁRIO DE MÍDIA
	Branca	R\$ 1.465.018,32	✗
 SAULLO VIANNA DEPUTADO FEDERAL UNIÃO BRASIL/AM	AUTODECLARAÇÃO	BENS DECLARADOS	PROPRIETÁRIO DE MÍDIA
	Branca	R\$ 419.085,75	✗
 SILAS CÂMARA DEPUTADO FEDERAL REPUBLICANOS/AM	AUTODECLARAÇÃO	BENS DECLARADOS	PROPRIETÁRIO DE MÍDIA
	Pardo	R\$ 3.550.000,00	✓ Rádio Boas Novas FM e TV Boas Novas
 WILSON LIMA GOVERNADOR UNIÃO BRASIL/AM	AUTODECLARAÇÃO	BENS DECLARADOS	PROPRIETÁRIO DE MÍDIA
	Pardo	R\$ 296.832,59	✓ Foi apresentador do programa policiaisco chamado Alô Cidade da TV A Crítica (RedeTV) e é sócio da empresa Lima Publicidade



FIGURAS PÚBLICAS POLÍTICAS DO MATO GROSSO

Foto	Nome e Cargo	Dados		
		AUTODECLARAÇÃO	BENS DECLARADOS	PROPRIETÁRIO DE MÍDIA
	ABILIO BRUNINI DEPUTADO FEDERAL PL/MT	AUTODECLARAÇÃO	BENS DECLARADOS	PROPRIETÁRIO DE MÍDIA
		Branca	R\$ 87.500,00	
	CLÁUDIO FERREIRA DEPUTADO ESTADUAL PTB/MT	AUTODECLARAÇÃO	BENS DECLARADOS	PROPRIETÁRIO DE MÍDIA
		Pardo	R\$ 708.944,12	
	CORONEL FERNANDA DEPUTADA FEDERAL PL/MT	AUTODECLARAÇÃO	BENS DECLARADOS	PROPRIETÁRIO DE MÍDIA
		Branca	R\$1.734.064,00	
	GILBERTO CATTANI DEPUTADO ESTADUAL PL/MT	AUTODECLARAÇÃO	BENS DECLARADOS	PROPRIETÁRIO DE MÍDIA
		Pardo	R\$ 990.000,00	
	JANAINA RIVA DEPUTADA ESTADUAL MDB/MT	AUTODECLARAÇÃO	BENS DECLARADOS	PROPRIETÁRIO DE MÍDIA
		Branca	R\$ 1.020.230,03	 Não aparece em quadro societário de nenhuma TV ou rádio, mas é casada com Diógenes Fagundes, que consta no quadro societário da empresa Rádio e Televisão Massa que é a TV Cidade (TV Record), em Rondonópolis - MT. Diógenes ainda faz parte do quadro societário do grupo Agora de Comunicação que é composto pelas TVs Cidade, Primavera e Vale, um portal chamado Agora MT e três rádios Jovem Pan FM 102,9, Jovem Pan FM 91,1 e Primavera FM
	JAYME CAMPOS SENADOR UNIÃO BRASIL/MT	AUTODECLARAÇÃO	BENS DECLARADOS	PROPRIETÁRIO DE MÍDIA
		Branca	R\$35.284.444,05	 Não consta no quadro societário de TV ou rádio, mas é irmão do deputado estadual Júlio Campos, que possui empresas e concessões no setor (ver ao lado)

	JOSÉ MEDEIROS DEPUTADO FEDERAL PL/MT	AUTODECLARAÇÃO	BENS DECLARADOS	PROPRIETÁRIO DE MÍDIA
		Branca	R\$ 254.290,59	
	JUAREZ COSTA DEPUTADO FEDERAL MDB/MT	AUTODECLARAÇÃO	BENS DECLARADOS	PROPRIETÁRIO DE MÍDIA
		Branca	R\$ 2.231.976,23	
	JÚLIO CAMPOS DEPUTADO ESTADUAL UNIÃO BRASIL/MT	AUTODECLARAÇÃO	BENS DECLARADOS	PROPRIETÁRIO DE MÍDIA
		Pardo	R\$ 31.177.584,04	 A TV Brasil Oeste (ou TBO) é sediada em Cuiabá e opera no canal 8 (40 UHF digital), e é afiliada à Rede Brasileira de Televisão (RBTV). Pertencente ao Grupo Futurista de Comunicação, de Júlio Campos, que também controla as rádios Mix FM Cuiabá e Massa FM Cuiabá.
	MARGARETH BUZETTI SENADORA PSD/MT	AUTODECLARAÇÃO	BENS DECLARADOS	PROPRIETÁRIO DE MÍDIA
		Branca	R\$ 74.691,72	
	MAURO MENDES GOVERNADOR UNIÃO BRASIL/MT	AUTODECLARAÇÃO	BENS DECLARADOS	PROPRIETÁRIO DE MÍDIA
		Branca	R\$ 108.994.271,18	
	WELLINGTON FAGUNDES SENADOR PL/MT	AUTODECLARAÇÃO	BENS DECLARADOS	PROPRIETÁRIO DE MÍDIA
		Pardo	R\$ 9.070.350,18	 Possui seis retransmissoras de TV: uma na capital e cinco no interior do Mato Grosso, em Tangará da Serra, Rondonópolis, Jaciara, além de dois canais em Barra do Garças. O canal 17 de Cuiabá é o único que está em nome dele. Os demais foram outorgados a quatro empresas registradas em nome dos filhos Diógenes e João Antônio Fagundes.



FIGURAS PÚBLICAS POLÍTICAS DO PARÁ

Imagem	Nome e Cargo	Autodeclaração	Bens Declarados	Proprietário de Mídia
	DELEGADO CAVEIRA DEPUTADO FEDERAL PL/PA	Pardo	R\$ 2.541.425,45	✗
	ELCIONE BARBALHO DEPUTADA FEDERAL MDB/PA	Branca	R\$ 6.623.901,02	✓ Rede Brasil Amazônia de TV / Rádio Sistema Clube do Pará de Comunicações / Rádio Clube do Pará
	HELDER BARBALHO GOVERNADOR MDB/PA	Branca	R\$ 18.751.269,33	✓ Rede Brasil Amazônia de TV / Rádio Sistema Clube do Pará de Comunicações / Rádio Clube do Pará / Carajás FM / Rádio SNC
	HENDERSON PINTO DEPUTADO FEDERAL PL/PA	Pardo	R\$ 506.105,34	✗
	OZÓRIO JUVENIL DEPUTADO ESTADUAL MDB/PA	Branca	R\$ 1.476.684,00	✓ Rádio Moreno Braga 104,5 FM
	ROGERIO BARRA DEPUTADO ESTADUAL PL/PA	Pardo	R\$ 1.055.587,16	✗
	ZEQUINHA MARINHO SENADOR PODEMOS/PA	Branca	R\$ 603.069,90	✗

Em relação aos influenciadores digitais identificamos quatro: Amália Barros (PL/MT)⁷, Coronel Assis (PL/MT), Dr Wanderlan Quaresma (MDB/Pará) e Delegado Eder Mauro (PL/Pará). Entendemos que os influenciadores digitais são perfis com alto número de seguidores e engajamento. Os estudados na pesquisa foram analisados também no monitoramento realizado pelo Intervozes durante as eleições de 2022⁸.

Amália Barros (PL/MT) se destaca pela presença e atuação multiplataforma, tendo publicado sobre questões socioambientais em cinco das seis plataformas analisadas (Facebook, Instagram, TikTok, Meta Ads e YouTube). O TikTok é o maior destaque em número de interações (mais de 10 milhões), enquanto o Instagram se destaca pelo alto número de seguidores – 323 mil. Em seu canal do YouTube, o volume de interações é o maior dentre os políticos pesquisados, com 5,4 mil seguidores e 603 mil interações. Em suas publicações, a deputada se dedica a criminalizar o MST e defender o agronegócio. Ao dar destaque para portais de junk news (notícias-lixo), sites com “informação ideologicamente extrema, enganosa e factualmente incorreta”⁹, como Revista Oeste e Diário do Poder, que já havíamos denunciado na primeira fase desta pesquisa, Barros também dissemina desinformação.

O deputado Coronel Assis (PL/MT) destaca-se pelo engajamento no TikTok, com mais de 7 milhões de interações, e nos anúncios do Meta Ads. Seu posicionamento sobre questões socioambientais aparece em poucas publicações. No entanto, se destaca no Meta Ads pelo alto número de impressões. Ele

gastou R\$1.196,00 em anúncios sobre o tema na plataforma com mais de 5 milhões de interações. A maioria das publicações do deputado fomenta ataques contra os movimentos de luta por terra, buscando criminalizar suas ações a partir da desinformação que associa o MST ao terrorismo.

Já nas publicações do Dr Wanderlan Quaresma (MDB/PA) não foram identificadas desinformação. Em geral, ele destaca as ações do governador Helder Barbalho em conjunto com as suas. As postagens costumam se referir à participação do deputado em eventos que debatem questões socioambientais. Ele se diz em defesa da Amazônia e de seus habitantes.

As publicações gerais de Éder Mauro (PL/PA) aparecem em grande quantidade, e seu engajamento é expressivo. Ele possui dois perfis no Facebook (que juntos acumulam 573 mil seguidores e mais de 3,3 milhões de interações) e, consequentemente, no Meta Ads. Em um deles, utiliza seu título de delegado no nome. No entanto, o teor dos conteúdos é semelhante. Em ambos, ele acumula altos números de publicações e engajamento. As interações recebidas no Instagram e TikTok também se destacam com 1 milhão em cada uma das plataformas. Suas publicações costumam criminalizar o MST com o uso de desinformação, associando o movimento ao terrorismo. As publicações também deram destaque para a participação do deputado na CPI do MST. E chamam a atenção para a destruição ambiental durante o governo Lula, tratando o presidente e seus apoiadores como hipócritas, pois criticavam as políticas ambientais durante o governo Bolsonaro.

Imagem	Nome e Cargo	Autodeclaração	Bens Declarados	Influência Digital	Total de Seguidores
	AMÁLIA BARROS DEPUTADA FEDERAL PL/MT	Branca	R\$ 104.790,47	🎵 📺 📷 📱 📺	405 mil
	DR WANDERLAN QUARESMA DEPUTADO ESTADUAL MDB/PA	Branca	R\$ 1.780.031,94	📺 📷	44,7 mil

Imagem	Nome e Cargo	Autodeclaração	Bens Declarados	Influência Digital	Total de Seguidores
	CORONEL ASSIS DEPUTADO FEDERAL UNIÃO BRASIL/MT	Pardo	R\$ 406.331,24	🎵 📺 📷 📱 📺	225,2 mil
	DELEGADO EDER MAURO DEPUTADO FEDERAL PL/PA	Pardo	R\$ 2.991.827,37	🎵 📺 📷 📱 📺 📺	616,2 mil

⁷ Amália Barros (PL/MT) faleceu durante a realização do Projeto Amazônia Livre de Fake

⁸ Ver mais em: www.intervozes.org.br/influenciadores-digitais-internet-abre-espaco-para-a-diversidade-de-perfis-mas-impulsiona-velhas-praticas-nas-eleicoes/ (Acesso em 19/03/2024)

⁹ Tradução própria do original em inglês: “ideologically extreme, misleading, and factually incorrect information” ver mais em: Marchal, N., Kollanyi, B., Neudert, L. M., & Howard, P. N. (2019). Junk news during the EU parliamentary elections: Lessons from a seven-language study of Twitter and Facebook. Oxford Internet Institute. (Acesso em 06/05/2024)

MÍDIA E MST: O QUE MUDOU 13 ANOS DEPOIS?

Em 2010, o Intervozes monitorou a cobertura da mídia sobre a CPMI do MST. Era a primeira vez que o Movimento era objeto de uma investigação parlamentar e entrava na pauta do dia da mídia comercial. Em 2023, novamente monitoramos a cobertura dos veículos de imprensa nacional sobre o movimento que voltava a ser alvo de uma tentativa de criminalização do Parlamento. Acesse abaixo as duas pesquisas:



Especial "[Vozes Silenciadas - Quem quer calar a luta dos Sem-Terra?](#)" (Intervozes, 2023).
Publicado em parceria com o Brasil de Fato.

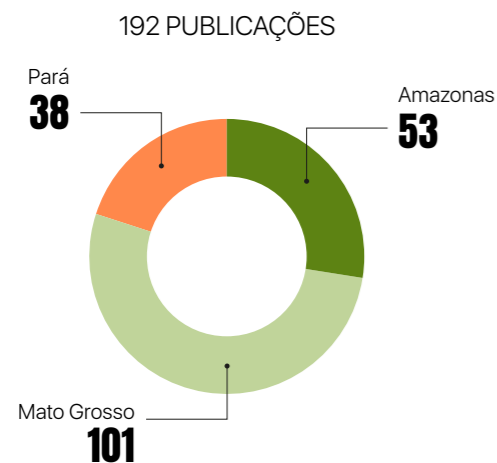


Pesquisa "[Vozes silenciadas - a cobertura da mídia sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra](#)" (Intervozes, 2011).

DESINFORMAÇÃO

Dos 32 parlamentares, 28¹⁰ disseminaram um total de 192 desinformações no período do estudo. Esses políticos que divulgaram postagens desinformativas lideram os rankings de interações em posts socioambientais em cinco das seis plataformas pesquisadas (Facebook, Instagram, YouTube, TikTok, Telegram e Meta Ads). A exceção foram quatro parlamentares, todos do Pará. Não foi identificada desinformação nos perfis do governador Helder Barbalho (MDB/PA), de sua mãe, a deputada federal Elcione Barbalho (MDB/PA) e de deputados apoiadores da família no Pará, Dr Wanderlan Quaresma (MDB/PA) e Ozório Juvenil (MDB/PA).

QUANTIDADE DE DESINFORMAÇÃO



O governador Helder Barbalho (MDB) foca em divulgar conteúdos que enfatizem sua participação e seu engajamento em eventos sobre meio ambiente. Há destaque para os preparativos para a COP 30, que será realizada em Belém (PA). A escolha da capital para sediar a conferência é aproveitada pelo governador para projetar o estado do Pará, nacional e internacionalmente. Em suas redes sociais, Barbalho busca se colocar ao lado dos povos originários e dos pequenos produtores, além de se comprometer com a preservação ambiental. Ao mesmo tempo, demonstra comprometimento com o agronegócio utilizando um discurso em prol do desenvolvimento do setor. Também alega buscar unir a preservação ambiental com o progresso, defendendo o papel da iniciativa privada em processos de transição econômica na Amazônia.

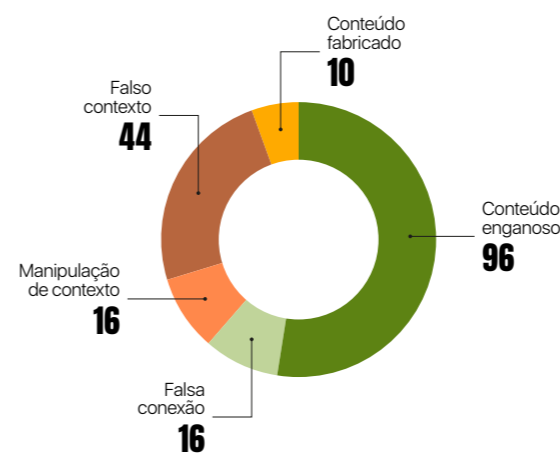
Elcione, por sua vez, destaca as próprias ações e as do governador Helder Barbalho, em prol do estado e da região amazônica. Além de buscar projetar o Pará como exemplo de bioeconomia e sustentabilidade ambiental, a deputada também se coloca como uma "guerreira" defensora da Amazônia e dos povos originários, destacando especialmente a crise ianomâmi. Em um de seus posts, ela homenageia o aniversário da Rede Brasil Amazônia de Televisão (RBA TV), afiliada à Rede Bandeirantes e de propriedade de seu ex-marido, Jader Barbalho. Elcione também se coloca como aliada do presidente Lula. Enquanto presidenta da Frente Parlamentar da COP 30¹¹, ela utiliza os posts para defender a realização da conferência no Brasil em 2025.

Assim como Elcione, o deputado Dr. Wanderlan é partidário do governador Helder Barbalho. Suas publicações em geral destacam as ações do governador em conjunto com as suas. As postagens costumam se referir à participação do deputado em eventos que debatem questões socioambientais. Ele se diz em defesa da Amazônia e de seus habitantes. Além de se mostrar favorável ao governador, se posiciona a favor do presidente Lula. Em uma das publicações no Facebook, o deputado destaca a parceria entre os governos estadual e federal diante da escolha de oferecer Belém (PA) para realizar a COP 30.

Ozório Juvenil possui uma maior relevância no Instagram, especialmente no volume de engajamento. No entanto, de um modo geral, ele é pouco ativo nas plataformas. Sobre questões socioambientais, Ozório realizou, em 2023, apenas um post no Facebook e um no Instagram, que receberam poucas interações. As publicações são iguais e retratam a participação do deputado em um evento que debatia sobre meio ambiente.

As desinformações foram classificadas dentre as categorias do diagrama do Relatório Information Disorder (Wardle; Derakhshan, 2017) e verificadas pelas fontes ou pelos estudos citados. Quando não havia tais informações, as postagens eram descritas como "sem possibilidade de confirmação da totalidade ou da parte do seu conteúdo". A maioria das desinformações é conteúdo enganoso (50%), utilizado para enquadrar uma questão ou indivíduo, além de muitas postagens apresentarem falsos contextos (24%), dificultando assim o entendimento da mensagem. Ressaltamos ainda que muitas das desinformações permitem ter duas ou mais interpretações de categorização.

CLASSIFICAÇÃO DA DESINFORMAÇÃO



Um exemplo disso, foram as desinformações relacionadas ao Marco Temporal para demarcação de terras indígenas. Ficou explícito durante o julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) a polarização entre representantes do agronegócio, que eram a favor de sua aprovação, e o movimento indígena, com posição contrária. A postagem no

perfil do Instagram do governador do Mato Grosso, Mauro Mendes (União Brasil), do dia 18 de setembro de 2023, defende o Marco Temporal como importante instrumento para trazer "mais segurança jurídica aos povos indígenas".

Com o título "Sem Marco Temporal, Brasil vira uma confusão sem tamanho", ele aponta estudos que afirmam que 14% do território nacional é indígena e, sem o Marco Temporal, poderia chegar a até 27%. Isso traria, nas palavras de Mendes, muito caos e desemprego para o principal setor da economia mundial, que é o agronegócio. Ele não cita fontes dessas estatísticas. Existe um falso contexto e um argumento de ataque ao STF numa crítica sobre sua interferência nas atribuições constitucionais do Judiciário.

Além do Marco Temporal, outros temas dominaram as pautas das desinformações identificadas nos três estados: 1) Teoria da conspiração e ataques a ONGs; 2) Rodovia Álvaro Maia que liga o estado do Amazonas a Rondônia, conhecida como BR-319; 3) Projeto do corredor ferroviário de exportação do Brasil pela Bacia Amazônica – a Ferrogrão; 4) Censo Indígena realizado pela primeira vez em 2023 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e 5) Ataques ao MST e ao Governo Lula. A partir dos temas, as desinformações foram agrupadas em quatro eixos definidos a partir da análise, como já descrito na metodologia: Política, Meio Ambiente, Sociedade e Economia. E subdivididas por estado para uma melhor compreensão.



Postagem no perfil de Mauro Mendes (União Brasil) (www.instagram.com/p/Cxvst8cOxT)

¹⁰ Adail Pinheiro Filho (Republicanos/AM), Capitão Alberto Neto (PL/AM), Débora Menezes (PL/AM), Fausto Jr (União Brasil/AM), Mayara Pinheiro (Republicanos/AM), Plínio Valério (PSDB), Wilson Lima (União Brasil/AM), Saulo Vianna (União Brasil/AM) e Silas Câmara (Republicanos/AM); Abílio Brunini (PL/MT), Amália Barros (PL/MT), Cláudio Ferreira (PTB/MT), Coronel Assis (União Brasil/MT), Coronel Fernanda (PL/MT), Gilberto Catani (PL/MT), Janaina Riva (MD/MT), Jayme Campos (União Brasil/MT), Juarez Costa (MDB/MT), Júlio Campos (União Brasil/MT), José Medeiros (PL/MT), Margareth Buzetti (PSD/MT), Mauro Mendes (União Brasil/MT) e Wellington Fagundes (PL/MT); Eder Mauro (PL/PA), Delegado Caveira (PL/PA), Henderson Pinto (PL/PA), Rogério Barra (PL/PA), Zequinha Marinho (Podemos/PA).

¹¹ A Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025, também chamada de COP30, é a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, prevista para ocorrer em novembro de 2025, na cidade de Belém, no Pará, segundo o anúncio da ONU em 18 de maio de 2023.

DESINFORMAÇÃO POR ESTADO

AMAZONAS

53 DESINFORMAÇÕES

FOCO PRINCIPAL:

criminalização de ONGs ambientalistas

8 DESINFORMAÇÕES COM ATAQUES E 1 COM DISCURSO DE ÓDIO

FOCO PRINCIPAL:

ministra do Meio Ambiente e Clima, Marina Silva

PORTA VOZES DESINFORMANTES:

Plínio Valério (PSDB/AM), Fausto Jr (União Brasil/AM), Adail Filho (Republicanos/AM) e Capitão Alberto Neto (PL/AM)

Foram levantadas 53 desinformações no Amazonas. No estado, há um forte movimento de desinformação contra ONGs e ambientalistas, bem como a disseminação de discursos que retratam militares como defensores da Amazônia. Nas postagens, a principal figura pública atacada é Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, principalmente pelos deputados Adail Filho (Republicanos/AM) e Capitão Alberto Neto (PL/AM). Os ataques referem-se ao posicionamento da ministra em relação à pavimentação da BR-319, que liga Manaus (AM) a Porto Velho (RO), como mostra o quadro a seguir.

Todos os parlamentares monitorados no projeto utilizaram o Facebook e o Instagram para tratar da questão socioambiental. Plínio Valério (PSDB/AM) é o parlamentar com maior atuação multiplataforma no estado, tendo publicado sobre o tema em cinco das seis plataformas analisadas. Além dele, apenas o Capitão Alberto Neto (PL/AM) possui grupo/canal no Telegram. Todos os parlamentares que possuem perfil no TikTok (sete dos nove) fizeram publicações sobre a pauta socioambiental. Apesar de quase todos terem um canal no YouTube, nenhum deles mencionou a questão nessa plataforma.

Algumas postagens são patrocinadas na plataforma Meta Ads por sete dos nove políticos, porém nem todas continuam desinformação. O maior investimento no período ocorreu no perfil de Plínio Valério, cujo valor foi de R\$1.696,00 em quatro anúncios com desinformação ambiental, alcançando 310 mil visualizações.

DESINFORMAÇÃO	DIFUSOR/A	CHECAGEM
Em discurso no plenário da Câmara no dia 03/10/2023, deputado questiona a inação das ONGs ("que recebem milhões de reais para cuidar da Amazônia") durante crise ambiental no Amazonas. Link da postagem: www.instagram.com	Adail Filho (Republicanos/AM)	O parlamentar generaliza as organizações da sociedade civil e não apresenta evidências sobre o repasse de recursos e a inexistência de ações de combate à estiagem. Adail não indica quais dados e fontes foram consultados.
Postagem acusa a ministra Marina Silva de ignorante e produz desinformação sobre o asfaltamento da BR-319. Link da postagem: www.twitter.com/adailfilhoam	Adail Filho (Republicano/AM)	Adail Filho chama Marina Silva de ignorante e insensível às questões da Amazônia. O parlamentar afirmou que a ministra do Meio Ambiente minimiza a importância do asfaltamento do chamado "trecho do meio" da BR-319, que liga Manaus (AM) a Porto Velho (RO). Levantamento da Climate Policy Initiative (CPI) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) mostra que o asfaltamento pode causar impactos na floresta Amazônica e em 9 municípios do Amazonas. Dentro do perímetro de risco, existem Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Fonte: www.climainfo.org.br
Postagem acusa o Instituto Socioambiental (ISA) de coordenar outras ONGs para cercar a Amazônia. O senador também denuncia uma suposta relação promíscua entre ONGs e poder público, que atuariam a serviço do capital internacional. Link da postagem: www.x.com/PlinioValerio45	Plínio Valério (PSDB/AM)	Algumas checagens que identificam as desinformações sobre as ONGs estão sendo feitas desde 2019, como essa da Agência Nexo: www.nexojournal.com.br
Postagem associa a demarcação de terras indígenas ao desabastecimento de gêneros alimentícios no país. Link da postagem: www.twitter.com/PlinioValerio45	Plínio Valério (PSDB/AM)	O parlamentar apresenta mais de quatro manchetes em um caos desinformacional na postagem e não explica o conflito envolvendo a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Fonte: www.mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br
Entrevista à revista Oeste sobre a captação de recursos estrangeiros por organizações que atuam na Amazônia, em que o senador associa o uso de satélite estadunidense pelo Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) a interferência de governos estrangeiros. Link da postagem: www.revistaoeste.com	Plínio Valério (PSDB/AM)	Ver checagem anterior sobre ONGs, repetido teor desinformativo.
Entrevista à revista Oeste sobre dados obtidos pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) acerca do envolvimento de organizações do terceiro setor que atuam na Amazônia com estrangeiros. O político afirma que estes estavam com interesses contra a segurança nacional. Link da postagem: www.revistaoeste.com	Plínio Valério (PSDB/AM)	Durante o período que ocorreu a CPI das ONGs em 2023, uma série de postagens foi realizada nas redes sociais, vinculadas a grupos de direita, sobre a suposta relação das entidades com instituições de financiamento estrangeiro com intuito de frear o desenvolvimento na Amazônia. Fonte: www.folha.uol.com.br
Fala sobre a captação de recursos estrangeiros por organizações que atuam na Amazônia com intuito de gerar pobreza. Link da postagem: www.jornaldacidadeonline.com.br	Plínio Valério (PSDB/AM)	Ver checagem anterior, repetido teor desinformativo.
Senador questiona dados do Censo em relação ao crescimento da população indígena no AM. Link da postagem: www.jornaldacidadeonline.com.br	Plínio Valério (PSDB/AM)	Representante do IBGE, durante audiência da CPMI das ONGs, em agosto de 2023, explica que o aprimoramento da metodologia utilizada pelo Censo referente à população indígena e o maior alcance da participação dos indígenas colaboraram para o aumento. Fonte: www.senado.leg.br

DESINFORMAÇÃO	DIFUSOR/A	CHECAGEM
Senador questiona dados do Censo em relação ao crescimento da população indígena no AM. Link da postagem: www.twitter.com/PlinioValerio45	Plínio Valério (PSDB/AM)	Representante do IBGE durante audiência da CPMI das ONGs explica que o aprimoramento da metodologia utilizada pelo Censo referente à população indígena e o maior alcance da participação dos indígenas colaboraram para o aumento. Fonte: www.senado.leg.br
Desinformação sobre efeitos do garimpo difundida em discurso no plenário da Câmara. O parlamentar afirma que a atuação dos órgãos ambientais parecia “uma ação de capangas” e afirma que o mercúrio identificado no rio Madeira ocorreu depois das explosões pelos agentes ambientais dos maquinários usados no garimpo. Link da postagem: www.camara.leg.br	Silas Câmara (Republicanos/AM)	A ação foi uma etapa da Operação Draga Zero, iniciada em agosto de 2023 com o objetivo de combater o garimpo ilegal em rios da Amazônia. O mercúrio identificado na bacia do rio Madeira por pesquisas científicas embasa a operação e não o contrário. Em 2021, foi divulgado inclusive um estudo do Setor Técnico Científico da Polícia Federal sobre os índices de mercúrio nas águas do Rio da Madeira. Fonte: www.oglobo.globo.com
Ataque ao judiciário sobre ação contra a exploração de potássio em Autazes (AM). O parlamentar acusa os órgãos federais de barrar a atividade econômica. Link da postagem: www.realtime1.com.br	Silas Câmara (Republicanos/AM)	Silas acusa o Supremo Tribunal Federal de cometer “ativismo judicial” no caso de exploração mineral. O projeto da empresa Potássio do Brasil está suspenso por decisão da Justiça Federal por conta dos impactos potenciais sobre territórios indígenas demarcados e em processo de demarcação. Fonte: www.climainfo.org.br
Parlamentar atribui ao Ibama responsabilidade por fumaça em Manaus após operação contra o garimpo no rio Madeira. Link da postagem: www.x.com/DepFaustoJr	Fausto Jr (União Brasil/AM)	A operação da Polícia Federal e do Ibama no Rio Madeira, entre Rondônia e Amazonas, que destruiu balsas, conhecidas como dragas, usadas para a extração ilegal de ouro, é uma ação permitida por lei e não houve nenhum estudo que comprovasse a relação com o volume de fumaça que encobriu Manaus em outubro de 2023. Fonte: www.amazoniareal.com.br
Desinformação sobre a BR-319 afirmando se tratar de um projeto sustentável, sem apresentar os impactos e a falta de cumprimento da consulta prévia às comunidades, como orienta a Convenção 169 da OIT. Link da postagem: www.instagram.com	Fausto Jr (União Brasil/AM)	O deputado apresenta a desinformação sobre o projeto da BR-319 ser sustentável. Porém, diversas organizações já apresentaram os impactos ambientais e sociais da pavimentação da estrada. Além da postagem utilizar uma foto fora de contexto e que não é creditada. Fonte: www.observatoriobr319.org.br
Ataque à ministra Marina Silva impulsionado por desinformação sobre a BR-319. Link da postagem: www.twitter.com	Fausto Jr (União Brasil/AM)	Fausto Jr escreve que a ministra do Meio Ambiente é inimiga da região Norte e a acusa de servir a organizações não governamentais, sem nenhuma evidência sobre as afirmações. Além disso, o deputado relaciona a “inimiga” Marina Silva com a pavimentação da BR-319. Essa reconstrução da rodovia prevista é considerada por estudiosos da área ambiental como uma grande ameaça para toda a área de floresta, pois levaria o chamado “arco do desmatamento” para a porção mais norte da Amazônia. Fonte: www.infoamazonia.org
Discurso na Câmara atribui interferência de atores internacionais na atuação de ONGs brasileiras e que isso prejudica a segurança nacional e política ambiental brasileira. Link da postagem: www.camara.leg.br	Fausto Jr (União Brasil/AM)	Fala no plenário da Câmara dos Deputados em que o político aponta, sem provas, a interferência de atores internacionais na política ambiental brasileira e que a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, tem travado o licenciamento ambiental da BR-319. Fonte: www.amazonasatual.com.br
Fala em audiência pública promovida pela Câmara Municipal de Autazes (região de pressão pela exploração de potássio) a favor do Marco Temporal distorcendo o posicionamento de lideranças indígenas e os efeitos da proposta legal. Link da postagem: www.instagram.com	Fausto Jr (União Brasil/AM)	O parlamentar apresenta dados infundados sobre territórios indígenas demarcados e o impacto do Marco Temporal. Fonte: www.brasildedireitos.org.br

DESINFORMAÇÃO	DIFUSOR/A	CHECAGEM
Fala com teoria da conspiração contra a legalização do aborto em que o político imputa ao STF um movimento ditatorial. Link da postagem: www.camara.leg.br	Silas Câmara (Republicanos/AM)	O deputado classificou as ações do Supremo Tribunal Federal sobre retomada da pauta da ADPF 442 como uma “ditadura da toga”. O STF pretende realizar o julgamento sobre a descriminalização do aborto, porém a pauta está suspensa, sem previsão para ser retomada. Fonte: www.portal.stf.jus.br
Distorções sobre o PL 2630 – Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. O deputado afirma que a aprovação do texto atual vai criar um estado de censura e ainda poderá limitar o acesso às redes devido a cobranças para acesso. Link da postagem: www.camara.leg.br	Cap. Alberto Neto (PL/AM)	O PL 2630 é o primeiro instrumento legal para regular as plataformas digitais e criar responsabilidades para as empresas. A Coalizão Direitos na Rede publicou uma nota apresentando a necessidade de criação de uma entidade autônoma de supervisão independente que possa acompanhar a aplicação do PL a partir de um modelo participativo e multissetorial. Fonte: www.intervozes.org.br
Ataque à ministra Marina Silva distorcendo fala da ministra sobre a mudança do clima durante evento em Manaus. Link da postagem: www.instagram.com	Cap. Alberto Neto (PL/AM)	O deputado afirma que Marina desconhece a pauta das mudanças climáticas e responsabiliza o Ministério do Meio Ambiente pela incompetência em lidar com as queimadas no Amazonas. O vídeo é um trecho retirado de contexto, sem mencionar que a fala foi realizada no evento TedX Amazônia em novembro de 2023. A ministra explicou que as queimadas são consequências do desmatamento e devem ser combatidas para diminuir a fumaça e amenizar os efeitos climáticos. Fonte: www.youtube.com
Vídeo com desinformação sobre a função do Supremo Tribunal Federal (STF) e comemorando a derrubada do veto ao Marco Temporal no Congresso Federal. Link da postagem: www.twitter.com/PlinioValerio45	Plínio Valério (PSDB/AM)	O senador afirma que, com o veto ao Marco Temporal, “uma explosão de demarcações de terras indígenas” aconteceria no Brasil. Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), a tese do Marco Temporal vem sendo utilizada pelo governo federal para travar demarcações e foi incluída em propostas legislativas anti-indígenas. Fonte: www.fundobrasil.org.br
Senador faz críticas às ONGs e defende a agricultura ostensiva e o uso de agrotóxicos em terras indígenas durante sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em MT. Link da postagem: www.senado.leg.br	Plínio Valério (PSDB/AM)	Ver postagens anteriores com checagem, teor desinformativo repetido.
Em documento enviado ao STF, o senador acusa órgãos ambientais de cometerem crimes ao retirar invasores da Terra Indígena (TI) Apyterewa, no Pará. Link da postagem: www.senado.leg.br	Plínio Valério (PSDB/AM)	O senador descontextualiza a situação de conflitos que ocorrem na região antes mesmo da desintrusão da Terra Indígena. Fonte: www.g1.globo.com
Em entrevista, senador afirma participação do IBGE em esquema para fraudar dados do Censo e inflar número de indígenas atendendo a interesses de ONGs. Link da postagem: www.diariodopoder.com.br	Plínio Valério (PSDB/AM)	Representante do IBGE durante audiência da CPMI das ONGs explica que o aprimoramento da metodologia utilizada pelo Censo referente à população indígena e o maior alcance da participação dos indígenas colaboram para o aumento. Fonte: www.senado.leg.br
Post repercute trecho de reportagem veiculada na CNN, em que o senador afirma que ONGs são financiadas por mecanismos internacionais para empobrecer a população amazônica. Link da postagem: www.twitter.com/PlinioValerio45	Plínio Valério (PSDB/AM)	As informações são falsas e têm sido reproduzidas por grupos e mídias ligadas a políticos de extrema-direita no Brasil. Fonte: www.folha.uol.com.br

DESINFORMAÇÃO	DIFUSOR/A	CHECAGEM
O político atribui ao Ibama a prática de crime ambiental ao expulsar invasores de terras indígenas deixando, segundo ele, gado e animais de estimação morrendo de fome. Link da postagem: www.twitter.com	Plínio Valério (PSDB/AM)	O Ibama divulgou nota em 2018 informando que produtos e bens usados para a prática de crimes ambientais e apreendidos pela fiscalização é uma medida excepcional, que ocorre em menos de 2% do total de apreensões realizadas pelo órgão. A medida está prevista no artigo 111 do Decreto 6.514/2008, que regulamenta a Lei de Crimes Ambientais, e só é aplicada nos casos em que é inviável a remoção, o transporte e a guarda dos bens apreendidos, por questões logísticas ou de segurança dos agentes ambientais federais. Fonte: www.ibama.gov.br
Ataque à ministra Marina Silva reforçado por desinformação sobre intervenção estrangeira na política ambiental brasileira. Link da postagem: www.twitter.com/Amaro_Coronel	Plínio Valério (PSDB/AM)	Segundo o monitoramento do Mentira Tem Preço, Marina Silva é uma das personalidades ligadas à pauta ambiental mais atacadas nas redes sociais. As mentiras tentam inviabilizar projetos políticos que possam concorrer ou ameaçar as atividades econômicas. Fonte: www.infoamazonia.org
Deputado afirma que STF implanta ditadura ao discutir descriminalização do aborto no Brasil. Link da postagem: www.amazonas1.com.br	Silas Câmara (Republicanos/AM)	O deputado classificou as ações do Supremo Tribunal Federal sobre retomada da pauta da ADPF 442 como uma "ditadura da toga". O STF pretende realizar o julgamento sobre a descriminalização do aborto, porém a pauta está suspensa, sem previsão para ser retomada. Fonte: www.portal.stf.jus.br
Vídeo afirmando que a ministra Marina Silva mente ao falar, durante a COP28, sobre a queda do desmatamento. Link da postagem: www.instagram.com	Fausto Jr (União Brasil/AM)	Publicação foi marcada com aviso de "Falta de contexto" pela Meta. E os dados trazidos pela ministra foram validados pelo programa Prodes, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Fonte: www.agenciabrasil.etc.com.br
Tweet em que o senador atribui ao Instituto Socioambiental (ISA) manipulação dos dados do Censo 2022 para inflar o número de pessoas indígenas no país. Link da postagem: www.twitter.com/PlinioValerio45	Plínio Valério (PSDB/AM)	Representante do IBGE durante audiência da CPMI das ONGs explica que o aprimoramento da metodologia utilizada pelo Censo referente à população indígena e o maior alcance da participação dos indígenas colaboraram para o aumento. Fonte: www.senado.leg.br
Vídeo retweetado pelo senador com fala da deputada Sílvia Wajãpi atribuindo interferência estrangeira em órgãos ambientais brasileiros. Link da postagem: www.twitter.com/Laurinha_2050	Plínio Valério (PSDB/AM)	As informações são falsas e têm sido reproduzidas por grupos e mídias ligadas a políticos de extrema-direita no Brasil. Fonte: www.folha.uol.com.br
Desinformação sobre a pavimentação da BR-319. Link da postagem: www.instagram.com	Fausto Jr (União Brasil/AM)	Ver postagens anteriores com checagem, teor desinformativo repetido. Fonte: www.fakebook.eco.br
Desinformação sobre a pavimentação da BR-319 e ataque a Marina Silva. Link da postagem: www.instagram.com	Fausto Jr (União Brasil/AM)	Marina Silva é uma das personalidades ligadas à pauta ambiental mais atacadas nas redes sociais, segundo o Mentira tem Preço. As mentiras tentam inviabilizar projetos políticos que possam concorrer ou ameaçar as atividades econômicas. Fonte: www.infoamazonia.org
Deputado distorce dados sobre o índice de desmatamento no entorno da rodovia BR-319. Link da postagem: www.instagram.com	Fausto Jr (União Brasil/AM)	Ver postagens anteriores com checagem, teor desinformativo repetido. Fonte: www.fakebook.eco.br
Em entrevista, deputado faz fala conspiracionista sobre intervenção de ONGs estrangeiras na política ambiental brasileira, impedindo, inclusive, o asfaltamento da BR-319. Link da postagem: www.instagram.com	Fausto Jr (União Brasil/AM)	As informações são falsas e têm sido reproduzidas por grupos e mídias ligadas a políticos de extrema-direita no Brasil. Fonte: www.folha.uol.com.br

DESINFORMAÇÃO	DIFUSOR/A	CHECAGEM
Discurso de ódio de conotação transfóbica apoiado em desinformação. Link da postagem: www.instagram.com	Fausto Jr (União Brasil/AM)	O parlamentar afirma que crianças transgêneras não existem. Aos Fatos já fez uma matéria sobre as diversas desinformações sobre pessoas trans. Importante destacar que o STF decidiu em 2019 que homofobia e transfobia são crimes equiparados ao crime de racismo. Fonte: www.aosfatos.org
Ataque à ministra Marina Silva reforçado por desinformação sobre a pavimentação da BR-319. Link da postagem: www.instagram.com	Fausto Jr (União Brasil/AM)	Segundo o monitoramento do Mentira Tem Preço, Marina Silva é uma das personalidades ligadas à pauta ambiental mais atacadas nas redes sociais. As mentiras tentam inviabilizar projetos políticos que possam concorrer ou ameaçar as atividades econômicas. Fonte: www.infoamazonia.org
Publicação distorce fala de Flávio Dino e impulsiona discurso punitivista. Link da postagem: www.instagram.com	Cap. Alberto Neto (PL/AM)	O parlamentar retira de contexto argumento do então ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, quando explica que denúncias sobre violência policial que estão sendo investigadas e são comprovadas geram punições ao agente de segurança pública. Em nenhum momento ele afirma que os policiais são criminosos e os "bandidos" vítimas, como citado pelo Capitão Alberto Neto.
Dados distorcidos sobre a queda do desmatamento apresentados pelo governo brasileiro durante a COP28. Link da postagem: www.instagram.com	Cap. Alberto Neto (PL/AM)	Os dados podem ser comprovados pelo programa Prodes, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Fonte: www.agenciabrasil.etc.com.br
Vídeo com informações deturpadas sobre o julgamento da descriminalização do porte de maconha por usuários. Link da postagem: www.instagram.com	Cap. Alberto Neto (PL/AM)	O parlamentar não apresenta o contexto da discussão sobre a descriminalização da maconha no Supremo Tribunal Federal. No Supremo, a discussão retomada é se o usuário causa, de fato, algum tipo de dano à sociedade ao consumir substância ilícita, para que tal ato possa ser enquadrado como crime. Fonte: www.agenciabrasil.etc.com.br
Desinformação sobre a pavimentação da BR-319 e ataque à ministra Marina Silva. Link da postagem: www.instagram.com	Cap. Alberto Neto (PL/AM)	Não se sabe quando e onde, de fato, o vídeo que apresenta um caminhão descarrilhado foi produzido. O parlamentar utiliza da imagem para rebater algumas falas da ministra Marina Silva em relação aos impactos informados por ela em relação à BR-319. Fonte: www.observatorio319.org.br
Ataque à ministra Marina Silva reforçado por desinformação sobre a pavimentação da BR-319. Link da postagem: www.instagram.com	Cap. Alberto Neto (PL/AM)	Algumas matérias já foram feitas sobre as desinformações relacionadas à pavimentação da BR-319. Fonte: www.fakebook.eco.br
Discurso de negacionismo científico e antivacina da Covid-19. Link da postagem: www.twitter.com/Deboramenezes22	Débora Menezes (PL/AM)	Afirma na postagem que Covid-19 é um risco individual e não emergência coletiva.
Postagem reproduzida da Revista Oeste sobre Ministério da Justiça receber primeira dama do Comando Vermelho. Link da postagem: www.twitter.com/Deboramenezes22	Débora Menezes (PL/AM)	A postagem induz a relação entre o ministro do PT e o crime organizado. Fonte: www.cartacapital.com.br
Vídeo editado compara reação pública a desmatamento em 2019 e 2023, respectivamente, dos governos Bolsonaro e Lula. Link da postagem: www.twitter.com/Deboramenezes22	Débora Menezes (PL/AM)	O vídeo não apresenta dados e reúne uma série de imagens de ações de ONGs, matérias e manifestações de figuras públicas que apresentam poucas informações sobre desmatamento junto a uma legenda que manipula a opinião pública e nega a gravidade da crise ambiental na região amazônica durante o Governo Bolsonaro. Fonte: www.infoamazonia.org

DESINFORMAÇÃO	DIFUSOR/A	CHECAGEM
Dados distorcidos sobre ranking do Programa Nacional de Transparência Pública realizado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon). Link da postagem: www.twitter.com/wilsonlimaAM	Wilson Lima (União Brasil/AM)	A postagem não apresenta outros fatores que são considerados para medir a transparência na pesquisa, nem a fonte dessa pesquisa. Segundo o mesmo estudo citado pelo governador, realizado pela Atricon, o Amazonas aparece na 23ª neste ranking: www.poder360.com.br
Postagem informa que Povo Mura aprovou apoio ao avanço na exploração do potássio no município. Link da postagem: www.instagram.com	Wilson Lima (União Brasil/AM)	Outros representantes do Povo Mura afirmam que a comunidade não foi consultada em sua integralidade e que não apoiam a exploração de potássio. A postagem não apresenta todo o contexto de conflito em Autazes. Fonte: www.coiab.org.br
Dados do governador não coincidem com informação sobre focos de queimadas divulgados pelo Ibama em relação ao período de outubro de 2023 no Amazonas. Link da postagem: www.instagram.com	Wilson Lima (União Brasil/AM)	Pelos dados do Ministério do Meio Ambiente em outubro de 2023, os focos de queimadas no estado passavam de 1.600 e não 415 como o governador apresenta. Fonte: www.agenciabrasil.etc.com.br/
Publicação em vídeo afirma que as fumaças que acometeram o Amazonas vieram do Pará. Link da postagem: www.instagram.com	Wilson Lima (União Brasil/AM)	Segundo pesquisa realizada pela UFAM, as fumaças foram causadas por um conjunto de fatores, como por exemplo, fenômenos naturais e desmatamento ao longo da BR-319. Fonte: www.intercept.com.br
Postagem alega que a pavimentação da BR-319 é fundamental para o desenvolvimento da região Norte. Link da postagem: www.instagram.com	Wilson Lima (União Brasil/AM)	Há uma série de estudos informando sobre os impactos ambientais, sociais e econômicos da pavimentação da BR-319. Fonte: www.g1.globo.com
Informa no post que a Zona Franca de Manaus foi assegurada na primeira versão do texto base da Reforma Tributária aprovada na Câmara dos Deputados em julho de 2023. Link da postagem: www.twitter.com/AmDramayara	Mayara Pinheiro (Republicanos/AM)	A postagem remete a uma desinformação que circulou nas redes sociais alguns meses antes do texto base da Reforma ser debatido na Câmara. Fonte: www.gov.br/secom
Vídeo editado com fala de Marina Silva contextualizando a situação da BR-319 na região. Na postagem, a deputada afirma que Marina mente sobre a BR-319 porque ela desconhece a região, mas não traz nenhum dado ou estudo sobre os impactos que a pavimentação poderia trazer. No entanto, defende que a estrada facilitará o desenvolvimento econômico na Zona Franca de Manaus. Link da postagem: www.instagram.com	Mayara Pinheiro (Republicanos/AM)	Há uma série de estudos informando sobre os impactos ambientais, sociais e econômicos da pavimentação da BR-319. Fonte: www.g1.globo.com
Postagem sobre recursos que serão destinados à pavimentação da BR-319, mesmo ainda sem licenciamento ambiental viabilizado. O parlamentar afirma que a estrada reduzirá o isolamento de algumas populações e impulsionará oportunidades econômicas na região. Link da postagem: www.instagram.com	Saullo Viana (União Brasil/AM)	Há uma série de estudos informando sobre os impactos ambientais, sociais e econômicos da pavimentação da BR-319. Fonte: www.g1.globo.com
Em vídeo, o deputado afirma que as fumaças que surgiram em Manaus no segundo semestre de 2023 vieram do Pará. Link da postagem: www.instagram.com/saullovianna/reel/CzMcy3tpSvt/	Saullo Viana (União Brasil/AM)	Segundo pesquisa realizada pela UFAM, as fumaças foram causadas por um conjunto de fatores, como fenômenos naturais e desmatamento ao longo da BR-319. Fonte: www.intercept.com.br

DESINFORMAÇÃO POR ESTADO



MATO GROSSO

101 DESINFORMAÇÕES

FOCO PRINCIPAL:

criminalização do MST

7 DESINFORMAÇÕES COM ATAQUES AO MST E ONGS E 6 COM DISCURSO DE ÓDIO

FOCO PRINCIPAL:

população LGBTQIAPN+

PORTA VOZES DESINFORMANTES:

Abílio Brunini (PL/MT),
Amália Barros (PL/MT),
Mauro Mendes (União Brasil/MT)
e Jayme Campos (União Brasil/MT)

O Mato Grosso é o estado com maior número de desinformações identificadas (101). Com exceção do governador Mauro Mendes, os parlamentares identificados na pesquisa se dedicam a criminalizar o MST, associando o movimento ao terrorismo. Outras abordagens desinformativas recorrentes também estão relacionadas ao Marco Temporal e à instalação da Ferrogrão, via férrea que visa interligar o Porto de Miritituba, no Pará, ao município de Sinop, no Mato Grosso. Em âmbito estadual, os alvos da desinformação são a alteração de gestão do Parque Chapada dos Guimarães, à época; o PL da pesca conhecido como "Transporte Zero" (que foi aprovado no final de 2023, Lei 12.197/2023), que proíbe pescadores de transportarem e venderem pescado por cinco anos; e a suposta destruição de maquinários em fiscalizações de órgãos ambientais.

O Facebook se destaca como a única rede em que todos publicaram sobre a pauta socioambiental. O Instagram aparece como a segunda rede mais utilizada para tratar desta agenda, visto que apenas o Coronel Assis (PL/MT) não publicou sobre o tema. Abílio Brunini (PL/MT) e Amália Barros (PL/MT) se destacam pela presença e atuação multiplataforma, tendo publicado sobre questões socioambientais em cinco das seis plataformas analisadas.

Abílio também foi o parlamentar a atingir o maior volume de interações no Telegram e no TikTok, considerando todos os estados. Já Amália aparece como a campeã de interações no YouTube e também se destaca no TikTok, sendo a segunda com mais interações, atrás apenas de Abílio. A maior parte dos parlamentares do Mato Grosso (10 dos 14) não utiliza grupos ou canais no Telegram. Dos 4 que possuem, apenas José Medeiros (PL/MT) e Abílio Brunini (PL/MT) publicaram sobre a pauta socioambiental.

Dos 14 políticos do estado, 11 patrocinam ou impulsionam¹¹ postagens pelo Meta Ads. O maior investimento feito no período foi a compra de 29 anúncios com a temática ambiental pelo senador Wellington Fagundes (PL/MT), que pagou por eles R\$ 3.571,00, alcançando mais de 660 mil pessoas em visualizações.

¹¹ Impulsionar é pagar para que sua publicação chegue a mais usuários da plataforma. No caso do Instagram, são aqueles posts que aparecem com a indicação "Patrocinado".

DESINFORMAÇÃO	DIFUSOR/A	CHECAGEM
Desinformação sobre a destruição de maquinários pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) em ações contra o desmatamento ilegal e outros crimes ambientais. Link da postagem: www.instagram.com	Gilberto Cattani (PL/MT)	A destruição dos maquinários em Marcelândia, mostrada no vídeo, está prevista no decreto citado pelo deputado. No entanto, ele não explica que a medida é tomada na minoria das situações (3,4% do total, segundo a Sema) e que visa proteger os servidores públicos e impedir a reiteração dos crimes. Apesar de regulamentada pelo decreto de Lula citado na legenda do vídeo, a previsão é da Lei de Crimes Ambientais, de 1998, sancionada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.
Desinformação sobre a destruição de maquinários em operações contra crimes ambientais. Link da postagem: www.instagram.com	Janaina Riva (MDB/MT)	Ver postagem anterior, teor desinformativo repetido.
Desinformação sobre a construção da Ferrogrão (ferrovia EF-170). Link da postagem: www.instagram.com	Wellington Fagundes (PL/MT)	O post desinforma sobre a situação da Ferrogrão no ponto em que o senador Wellington Fagundes defende que a ferrovia seria ambientalmente sustentável. A ideia da sustentabilidade da Ferrogrão ignora os danos ambientais à Floresta Nacional do Jamanxim. Também desconsidera os impactos à Terra Indígena Capoto-Jarina e do Território Indígena do Xingu, onde uma estrada atravessa os territórios e pode se tornar rota dos caminhões de soja em direção à ferrovia, além de outros povos originários possivelmente afetados. Fonte: www.brasildefato.com.br
Discurso anticomunista, teorias da conspiração e afins. Link da postagem: www.instagram.com	Cláudio Ferreira (PTB/MT)	O post tenta dar vazão a um discurso anticomunista contra o "Foro de São Paulo", apresentando supostas ameaças "à liberdade econômica, aos direitos constitucionais, à soberania e à família em cada país em que chega ao poder, e enquanto tal precisa ser ainda mais conhecido e combatido". O deputado tem aderido cada vez mais a narrativas derivadas de Olavo de Carvalho em busca de espaço na extrema-direita em Mato Grosso.
Desinformação sobre demarcação de terras indígenas e sobre o Marco Temporal. Link da postagem: www.instagram.com	Jayme Campos (União Brasil/MT)	O senador busca defender o Marco Temporal e, para isso, distorce informações sobre a demarcação da TI Kapôt Nhinore, no Norte do Araguaia, em Mato Grosso. Afirmar que cidades vão desaparecer, o que é falso, e ignorar que as fazendas na região estão sobrepostas a áreas sagradas para etnias Capot/Nhinore (Isolados), Mebengôkre Kayapó e Yudja. Jayme Campos é membro de uma família da oligarquia em Mato Grosso, dono de fazendas de pecuária e soja, e ligado à bancada ruralista. A homologação na TI Kapôt Nhinore é um processo que ocorre há 19 anos em decorrência dos conflitos da região: www.socioambiental.org

DESINFORMAÇÃO	DIFUSOR/A	CHECAGEM
O governador Mauro Mendes utiliza a disputa em torno do termo "queimadas" ou "incêndios" na denominação da destruição de vegetação nativa com fogo para atacar "a mídia internacional" e defensores do meio ambiente no país. Link da postagem: www.istoe.com.br/	Mauro Mendes (União Brasil/MT)	O governador de Mato Grosso, Mauro Mendes, tem buscado atacar entidades, principalmente ONGs, que defendem pautas socioambientais. Parte do discurso dessa representação política tem como foco desacreditar as organizações atuantes no setor e também a imprensa na divulgação de dados sobre degradação ambiental vinculada à expansão de atividades econômicas no estado. O governador ainda diz que acontecem incêndios apenas "por algum sinistro, algum equívoco", desconsiderando a parcela de queimadas intencionais para abertura de novas áreas para produção do agronegócio. Fonte: www.sesp.mt.gov.br
O senador Jayme Campos discursou na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) a favor do Marco Temporal para demarcação de terras indígenas. Jayme desfila uma série de desinformações e distorções informativas em relação aos territórios dos povos originários. Link da postagem: https://www25.senado.leg.br	Jayme Campos (União Brasil/MT)	O senador diz que os indígenas "querem plantar" e "querem ter carro, telefone, ar-condicionado", o que pode ser vontade de parte das mais de 43 etnias indígenas presentes em Mato Grosso, mas não é a totalidade, como tem defendido a Fepoint (que reúne as etnias). Os indígenas têm defendido a manutenção de seus modos de vida. O político cita o caso do plantio de soja dos Paresi em Campo Novo do Parecis, atividade que não é defendida pela maioria das etnias, nem mesmo dentro da própria TI. Fonte: www.apublica.org Por fim, sem qualquer tipo de prova, o senador compara ONGs de defesa do meio ambiente a organizações criminosas como o PCC e o Comando Vermelho
Gilberto Cattani se soma aos deputados de extrema-direita que utilizaram o caso de uma palestra na escola em Juína para atacar o que chama de "doutrinação ideológica" por meio da "ideologia de gênero". Link da postagem: www.instagram.com	Gilberto Cattani (PL/MT)	A palestra tratava-se de uma atividade sobre diversidade sexual. Um recorte do final do evento, no qual um militante LGBTQIAPN+ brada palavras de ordem, foi retirado de contexto para atacar a população LGBTQIAPN+ instituindo pânico moral e barrando iniciativas de educação sexual no ambiente escolar. Fonte: www.g1.globo.com
O deputado Gilberto Cattani (PL) e seu assessor, André Maximino, fizeram a postagem em conjunto para desinformar sobre o aborto na esteira da discussão no STF sobre o tema. O vídeo anuncia a gravidez da esposa de Maximino. Os bolsonaristas utilizam postagem de Jair Bolsonaro em defesa de que "a ciência e a medicina têm avançado muito, demonstrando que um feto em desenvolvimento é um ser humano em potencial, com suas próprias características genéticas únicas", o que desconsidera diversos entendimentos científicos. Link da postagem: www.instagram.com	Gilberto Cattani (PL/MT)	Em 2018, o Instituto Anis, referência no estudo de Bioética sobre o aborto, publicou um artigo sobre o argumento de defesa da vida "desde a concepção": www.anis.org.br
A postagem desinforma ao omitir dados e fatos sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Manso, em Chapada dos Guimarães (MT). Link da postagem: www.instagram.com	Wellington Fagundes (PL/MT)	Wellington Fagundes cita benefícios como o controle de enchentes rio abaixo, em Cuiabá (MT), mas oculta aspectos negativos como o "desaparecimento de sítios arqueológicos, jazidas minerais, o habitat de centenas de espécies diferentes de animais, além da remoção dos lares de 464 famílias tradicionais da região". Fonte: www.portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br
O deputado Cláudio Ferreira se soma aos demais bolsonaristas para tirar de contexto os eventos sobre diversidade sexual realizados em escolas de Juína e Rondonópolis para atacar os grupos LGBTQIAPN+. Afirmar que os grupos minorizados são "covardes que querem tomar o ambiente das nossas escolas". Link da postagem: www.instagram.com	Cláudio Ferreira (PTB/MT)	A palestra era, na verdade, uma conscientização para os alunos sobre diversidade sexual. Um recorte do final do evento, no qual um militante LGBTQIAPN+ brada palavras de ordem, foi retirado de contexto para atacar esses grupos minorizados e barrar novos eventos do tipo em escolas. Fonte: www.g1.globo.com

DESINFORMAÇÃO	DIFUSOR/A	CHECAGEM
Desinformação sobre a atuação do MST com base no depoimento de Vanuza Souza, ex-integrante do movimento. Font: www.instagram.com	Coronel Assis (PL/MT)	Coronel Assis é membro da CPI do MST e ex-comandante da PM de Mato Grosso. Recortes de depoimentos de Vanuza Souza são utilizados para imputar o "modus operandi" a todo o MST, de que haveria uma espécie de voto de cabresto no PT em meio ao movimento. Fonte: www.aosfatos.org
Acusação falsa ao MST por invasão de fazenda em Mato Grosso. Link da postagem: www.instagram.com	Abílio Brunini (PL/MT)	O deputado Abílio Brunini imputa ao MST uma tentativa de invasão de terras em Mato Grosso que não possui qualquer relação com o movimento. A tentativa de grilagem foi realizada por um grupo fortemente armado e que incluía policiais aposentados da Polícia Militar de Goiás. www.midiajur.com.br
Desinformação sobre Marco Temporal. O governador Mauro Mendes utiliza o dado de que, sem o Marco Temporal para demarcação de terras indígenas, o Brasil sairia de 14% de seu território com terras indígenas para algo entre 27% e 30%. Link da postagem: www.instagram.com	Mauro Mendes (União Brasil/MT)	Esses dados têm sido alardeados pela Frente Parlamentar da Agropecuária e são repetidos pelo governador no trecho da entrevista publicada em seu perfil. O percentual maior diz respeito a territórios indígenas em que já há estudos, não haveria inovação ou criação de novos territórios, mas apenas a confirmação daqueles em que há estudos antropológicos para tal. O marco temporal é uma tese jurídica nascida no julgamento da TI Raposa Serra do Sol a partir de uma interpretação particular sobre a Constituição Federal de 1988. Fonte: www.brasilescola.uol.com.br
Discurso anticomunista com desinformação sobre a China. Link da postagem: www.instagram.com	Coronel Fernanda (PL/MT)	A falsa notícia de que a China estaria obrigando igrejas a exibir placas a favor do comunismo foi publicada em diversos veículos desinformativos como Brasil Paralelo e Gazeta do Povo, além de portais ligados a igrejas evangélicas como Fuxico Gospel. Todos apontam para a ONG Portas Abertas como fonte, e a Portas Abertas diz que a informação partiu de "fontes locais", sem qualquer possibilidade de checagem. Com o post, a deputada tenta impor discurso de pânico moral em que as igrejas estariam sob ataque. Fonte: www.bbc.com
Desinformação nas justificativas de retirada do Mato Grosso da Amazônia Legal (PL 337/2022). Link da postagem: www.facebook.com	Juarez Costa (MDB/MT)	O deputado federal Juarez Costa (MDB) é autor do projeto e tem articulado apoio para retirar Mato Grosso da Amazônia Legal, o que produziria retrocessos na proteção ambiental no estado com relação aos limites de área a ser desmatada em propriedades rurais, entre outros problemas. A justificativa é que os limites impostos pelo Código Florestal impediriam o avanço econômico do agronegócio. Fonte: www.observatorioflorestal.org.br
Desinformação sobre uma palestra sobre diversidade sexual na escola estadual Artur Antunes Maciel, em Juína (MT). Link da postagem: www.twitter.com/amaliabarros	Amália Barros (PL/MT)	Amália Barros é crítica da "ideologia de gênero" e utiliza um vídeo recortado de parte da palestra em que um militante entoava gritos de guerra em defesa das pessoas LGBTQIAPN+ para atacar a realização de palestras educativas nas escolas sobre diversidade sexual. O vídeo é retirado de contexto e a montagem faz sugestões de que a situação é "absurda". No segundo vídeo a deputada comenta a situação depois que, com a repercussão do caso, a diretora da escola foi afastada pela Secretaria de Estado de Educação. Fonte: www.g1.globo.com
Desinformação sobre direitos sexuais e reprodutivos. Usa uma charge que mostra o momento em que uma mulher descobre a gravidez e a imagem de uma criança no útero dizendo "minha mãe vai me matar". Link da postagem: www.instagram.com	Amália Barros (PL/MT)	A deputada compara o aborto, que tem previsões específicas para sua realização pela lei brasileira, com assassinato de bebês. Para contexto: www.m.folha.uol.com.br

DESINFORMAÇÃO	DIFUSOR/A	CHECAGEM
O deputado federal Coronel Assis, junto de outros parlamentares da extrema-direita, desinformam ao associar o julgamento no STF sobre a descriminalização do porte de maconha como um "libera geral" para uso e comercialização de maconha no país. Link da postagem: www.instagram.com	Coronel Assis (PL/MT)	O julgamento (até o fechamento desta pesquisa, em 5 a 1 pela descriminalização) pode apenas retirar as sanções criminais para usuários, mantendo demais punições a eles e também punições ao tráfico. Fonte: www.agenciabrasil.ebc.com.br
Vídeo de apoio do deputado federal Eduardo Bolsonaro à criação da Frente Parlamentar de Combate ao Aborto na ALMT. O vídeo desinforma ao comparar o aborto, previsto legalmente no Brasil em casos específicos de risco à gestante, em gravidez fruto de violência sexual e anencefalia, com "assassinato de bebês". Link da postagem: www.instagram.com	Cláudio Ferreira	Sobre abortamento legal: www.mapaabortolegal.org
O deputado compara aborto, previsto legalmente no Brasil em casos específicos, com assassinato. O conteúdo desinforma na medida em que indica que haveria uma "ameaça" a quem é contrário ao aborto. Link da postagem: www.instagram.com	Cláudio Ferreira (PTB/MT)	Ver postagem anterior, teor desinformativo repetido.
Coronel Assis se soma aos deputados de extrema-direita que utilizaram o vídeo recortado da palestra sobre diversidade sexual na escola em Juína (MT) para atacar a "doutrinação ideológica". Link da postagem: www.instagram.com	Coronel Assis (PL/MT)	"O deputado critica a ""ideologia de gênero"", conceito que falseia ideias dos estudos de gênero para atacar grupos LGBTQIAPN+. Fonte: www.g1.globo.com
O deputado usa recorte de parte de suas perguntas ao general do Exército Gustavo Henrique Dutra de Menezes para desinformar sobre a tentativa de golpe de Estado do 8 de Janeiro, tirando de contexto os ataques promovidos por ele e outras lideranças contra as instituições democráticas. Link da postagem: www.youtube.com	Abílio Brunini (PL/MT)	Para contexto, Abílio já chegou a gravar vídeo na Câmara dias após o 8 de Janeiro insinuando que não houve destruição no prédio: www.youtube.com
Coronel Fernanda se soma aos demais bolsonaristas e parlamentares de extrema-direita que utilizaram o vídeo descontextualizado da palestra sobre diversidade sexual na escola em Juína para atacar os grupos LGBTQIAPN+. Link da postagem: www.instagram.com	Coronel Fernanda	Na legenda, a deputada fala em combater a "ideologia de gênero". Esse termo tem sido uma expressão depreciativa usada por grupos conservadores contrários às discussões relacionadas ao feminismo, à sexualidade e à diversidade, seja nas escolas ou fora delas. Eles acreditam que essa ideologia faria parte de um plano mundial para destruir a família cristã e a heterossexualidade. Fonte: www.aosfatos.org
O deputado é adepto do falecido filósofo Olavo de Carvalho e busca com o post associar a defesa do aborto à classe artística, como uma agenda globalista contra os valores da família. Link da postagem: www.instagram.com	Cláudio Ferreira (PTB/MT)	Informações científicas e dados sobre abortamento legal: www.mapaabortolegal.org/
Para defender o Marco Temporal para demarcação de terras indígenas, a deputada tem mencionado de maneira indireta a desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsédé, na região do Araguaia, finalizada em 2013 com a retirada dos não indígenas. Fala em "destruição de cidades" na expulsão dos invasores após decisão judicial com a devida demarcação do território indígena. Link da postagem: www.instagram.com	Coronel Fernanda (PL/MT)	A fala ignora o contexto anterior em que os indígenas foram expulsos de suas terras, por vezes com ações do Estado, como no caso de Marãiwatsédé, e hoje buscam a retomada de seus territórios e modos de vida. Para contexto, matéria da Agência Brasil de 2015: www.agenciabrasil.ebc.com.br

DESINFORMAÇÃO	DIFUSOR/A	CHECAGEM
A senadora alega que a unidade de conservação não pode mais ser gerenciada pelo ICMBio. "O Parque da Chapada hoje está sem nenhuma infraestrutura, todos os anos pega fogo, o governo tem que acudir, mas o ICMBio não tem condições de cuidar do Parque da Chapada dos Guimarães". Link da postagem: www.senado.leg.br	Margareth Buzetti (PSD/MT)	Como faz parte do Cerrado mato-grossense, o PARNA Chapada dos Guimarães tem sim incêndios anuais. Apesar disso, o ICMBio informou na audiência pública que o plano de manejo está estruturado, atualizado em 2019, e o controle dos incêndios tem sido realizado com ocorrências mínimas nos últimos anos. Fonte: www.g1.globo.com
O governador Mauro Mendes desinforma sobre o Marco Temporal em vários pontos na postagem conforme identificado na checagem. Link da postagem: www.instagram.com	Mauro Mendes (União Brasil/MT)	1. O Marco Temporal é uma tese jurídica surgida no julgamento da Petição 3.388, caso que ficou conhecido como Raposa Serra do Sol, em 2009. O argumento de que, sem o Marco Temporal, seriam abertas "novas terras indígenas", não tem qualquer embasamento na realidade, já que o que existe são estudos em andamento de territórios reivindicados por etnias há anos. Fonte: www.mpf.mp.br 2. O post fala em insegurança jurídica, que cidades poderiam desaparecer, o que chamam de "tese de Copacabana", também surgida no julgamento de Raposa Serra do Sol. Fonte: www.piaui.folha.uol.com.br 3. O post também falseia o percentual de terras indígenas no país. Fonte: www.brasil500anos.ibge.gov.br
Marco Temporal e a suposta insegurança jurídica. Link da postagem: www.instagram.com	Margareth Buzetti (PSD/MT)	Falsa ideia de que a situação atual, sem o Marco Temporal para demarcação de terras indígenas, traria insegurança jurídica. Desconsidera que o Projeto de Lei nº 2903, de 2023, aprovado no Senado, indica possibilidade de revisão de territórios indígenas já demarcados. Fonte: www.apiboficial.org
No vídeo, o deputado busca tratar o MST como uma organização criminosa. Link da postagem: www.facebook.com	Abílio Brunini (PL/MT)	O MST não é uma organização criminosa. A fala é feita em busca de defender parlamentares investigados pelos atos antidemocráticos do 8 de Janeiro. Em 2016, o MST publicou um texto sobre a acusação antiga de ser "uma organização criminosa": www.mst.org.br
As tarjas no vídeo e o texto da legenda distorcem as informações do então ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino (PSB). Link da postagem: www.instagram.com	Coronel Assis (PL/MT)	No vídeo, Dino afirma que a missão da Polícia Federal é servir à "causa" que é a defesa do povo, enquanto o vídeo postado pelo deputado sugere que a PF estaria servindo à interferência do presidente da República e do ministro dentro da Polícia Federal. Fonte: www.folha.uol.com.br
O deputado pede investigação sobre o MST sob a justificativa de que o movimento tem feito "baderna" em Mato Grosso. Link da postagem: www.camara.leg.br	Coronel Assis (PL/MT)	O MST realizou uma marcha em Cuiabá na frente das sedes do Incra, Justiça Federal e Defensoria Pública com pautas definidas pedindo decisões judiciais para assentamentos. Fonte: www.cptnacional.org.br
Coronel Assis propôs o projeto de lei nº 4183/2023 para obrigar movimentos sociais, como o MST, a se registrarem por meio de um CNPJ. A medida, diz o próprio deputado nas redes sociais, tem o objetivo de fazer "o MST pagar por suas ações". Link da postagem: www.camara.leg.br	Coronel Assis (PL/MT)	Historicamente, o MST tem se defendido desse tipo de ofensiva com o argumento de que se trata de um movimento social, o que por definição não traria a necessidade de um registro formal. Fonte: www.mst.org.br

DESINFORMAÇÃO	DIFUSOR/A	CHECAGEM
A deputada Coronel Fernanda discursou sobre os estudos de demarcação da TI Kapôt Nhinore, cuja portaria do estudo foi publicada em 2004. Cita indiretamente também a desintrusão da TI Marãiwatsédé. Link da postagem: www.camara.leg.br	Coronel Fernanda (PL/MT)	"A deputada fala de "dificuldades" das "pessoas que estão lá há mais de duas décadas" na região da TI Kapôt Nhinore e oculta o histórico de expulsão dos indígenas Kayapó, empurrados para a Reserva Indígena do Xingu nas décadas passadas. Cita suicídios de não indígenas da desintrusão de Marãiwatsédé, algo que é mencionado em matérias jornalísticas locais da época da desintrusão sem fontes possíveis de serem checadas vinculando a ação de retirada dos posseiros. Fonte: www.rdnews.com.br Também fala de indenização, quando a Justiça Federal rejeitou a ação que pretendia a indenização por benfeitorias na área. Fonte: www.g1.globo.com
O post tem como pano de fundo desinformação sobre pessoas LGBTQIAPN+. Link da postagem: www.instagram.com	Amália Barros (PL/MT)	Vídeo descontextualizado de um protesto em que pessoas uivavam. As pessoas supostamente se identificariam como cães. O vídeo foi checado pelo Estadão: www.estadao.com.br/
O post distorce e omite o fato de que o projeto do Marco Temporal aprovado no Senado coloca em risco inclusive territórios indígenas já demarcados. Link da postagem: www.instagram.com	Janaina Riva (MDB/MT)	O vídeo sugere que o Marco Temporal traria "dignidade" aos indígenas, quando a insegurança criada pelo projeto de lei pode trazer novas ondas de ataques aos povos originários. Fonte: www.poder360.com.br
A deputada sugere que os maquinários destruídos em fiscalizações ambientais pela Sema poderiam ser utilizados por "grupos vulneráveis" e para agricultura familiar ou similares. Link da postagem: www.instagram.com	Janaina Riva (MDB/MT)	A Secretaria de Meio Ambiente do Mato Grosso (Sema) afirma que apenas 4% dos maquinários apreendidos são destruídos, e a medida é tomada apenas quando a remoção é impossibilitada pela distância ou coloca os servidores em risco. Fonte: www.al.mt.gov.br
Desinformação sobre Marco Temporal a partir da demarcação da TI Kapôt Nhinore. Link da postagem: www.instagram.com	Janaina Riva (MDB/MT)	Cita indiretamente a demarcação da TI Kapôt Nhinore como algo "criado" recentemente, quando na verdade o que a FUNAI realizou foi a conclusão dos estudos, inclusive indicando quem são os posseiros da área. Fala de risco a pessoas que "moram" na região, mas esconde o fato de que os Kayapó e outros povos da região foram expulsos pelos fazendeiros anteriormente, e também oculta que as posses são em grande medida de latifúndios. Fonte: www.midajur.com.br
Distorce informações sobre a demarcação da TI Kapôt Nhinore. Link da postagem: www.instagram.com	Janaina Riva (MDB/MT)	A deputada diz que é apenas um pedido do Cacique Raoni a demarcação da TI Kapôt, quando há estudos da Funai mostrando a presença dos indígenas na área. Afirma que as pessoas "nunca viram um índio" em Santa Cruz do Xingu, inviabilizando a expulsão dos indígenas da região. Fonte: www.socioambiental.org
Desinforma sobre o Marco Temporal. Link da postagem: www.twitter.com	Janaina Riva (MDB/MT)	Diz que o Marco Temporal garantiria "isonomia na demarcação de terras indígenas", quando é um ataque às demarcações, futuras e passadas. Informações sobre o Marco Temporal: www.apiboficial.org
Desinformação sobre o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. Link da postagem: www.instagram.com	Jayme Campos (União Brasil/MT)	A postagem esconde que a administração do ICMBio tem elaborado e posto em prática o manejo florestal do parque, e que a concessão à iniciativa privada seria apenas para os atrativos turísticos, enquanto repassar o PARNA Chapada para o estado traria insegurança jurídica ao parque como um todo, conforme informações da audiência pública sobre o tema. Fonte: www.observamt.org.br

DESINFORMAÇÃO	DIFUSOR/A	CHECAGEM
Desinformação sobre Marco Temporal. Link da postagem: www.instagram.com	Jayme Campos (MDB/MT)	Fala em segurança jurídica e respeito aos povos indígenas, quando da aprovação do Marco Temporal para as demarcações coloca em risco os direitos territoriais dos povos originários. Informações sobre o Marco Temporal: www.apiboficial.org
Desinformação sobre Marco Temporal. Link da postagem: www.instagram.com	Jayme Campos (MDB/MT)	O senador fala em "uso da população indígena como massa de manobra por organismos internacionais", sem qualquer tipo de prova ou contexto.
Desinformação sobre Marco Temporal. Link da postagem: www.instagram.com	Jayme Campos (MDB/MT)	Jayme evoca, no discurso no vídeo, que o Marco Temporal para demarcação de terras indígenas traria "paz para o campo", quando o andamento do projeto incita agricultores contra os povos originários e traz insegurança jurídica para terras demarcadas. Fonte: www.terradedireitos.org.br
Distorção sobre a atuação das ONGs. Link da postagem: www.instagram.com	Jayme Campos (MDB/MT)	Há anos, as ONGs têm sido alvo de desinformação por representantes políticos da extrema-direita, com falas reproduzidas como essa do deputado: "O Brasil não merece ser terreiro de ONG's, que aqui se instalam sob o véu de proteção dos nossos povos originários e da nossa biodiversidade, quando, na verdade, buscam tirar o maior proveito das nossas riquezas e, conseqüentemente, do nosso atraso no que diz respeito às condições de vida dos indígenas". Fonte: www.folha.uol.com.br
Desinformação sobre Marco Temporal. Link da postagem: www.instagram.com	Jayme Campos (MDB/MT)	Invoca o falso argumento de segurança jurídica para os indígenas. "Chegou a hora do Plenário do Senado, que é soberano, garantir a segurança jurídica que indígenas e produtores esperam, afinal, este é nosso papel constitucional". Informações sobre o Marco Temporal: www.apiboficial.org
Desinformação sobre o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. "Com os investimentos do governo de Mato Grosso, a realidade do Parque da Chapada dos Guimarães será outra: mais atrativos turísticos, geração de renda, emprego e preservação ambiental! Aprovamos hoje, depois da votação ser adiada por duas vezes, o meu projeto, relatado pelo senador Mauro Carvalho, que prevê a estadualização do Parque. Serão R\$ 200 milhões investidos em três anos". Link da postagem: www.facebook.com	Margareth Buzetti (PSD/MT)	A estadualização do Parque de Chapada dos Guimarães passa por cima da administração do ICMBio, que tem adotado o manejo florestal adequado à unidade de conservação, e passa por cima da concessão dos atrativos turísticos para a iniciativa privada, colocando ainda insegurança jurídica sobre a situação do parque. Além disso, os R\$ 200 milhões de investimentos previstos são colocados sem ser apresentado exatamente um plano de investimentos, sem que seja publicizado onde seriam investidos tais recursos. Fonte: www.observamt.org.br
Desinformação sobre o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. "O que não podemos aceitar é que a iniciativa privada assuma, sem o mesmo potencial de investimento do governo, e cobre ingresso de até 100 reais da população como está no edital!". Link da postagem: www.facebook.com	Margareth Buzetti (PSD/MT)	A fala oculta que o ICMBio seguirá com a gestão ambiental do parque e que a concessão é apenas para os atrativos turísticos. Além disso, ignora a insegurança jurídica gerada pela estadualização do parque sem que haja o arcabouço para a proteção ambiental na esfera estadual. Fonte: www.observamt.org.br
No vídeo, Margareth Buzetti cita o caso da TI Kapôt Nhinore e afirma que: "dizem que a terra é sagrada para os indígenas, mas para mim sagrada é a terra que produz alimento". Link da postagem: www.fb.watch	Margareth Buzetti (PSD/MT)	A fala da senadora ignora a expulsão dos indígenas pelos fazendeiros na região. E diz ainda que os municípios irão "desaparecer", o que é uma distorção da demarcação da terra indígena, que não se encontra sobre as áreas urbanas dos municípios em questão. Fonte: www.socioambiental.org

DESINFORMAÇÃO	DIFUSOR/A	CHECAGEM
A postagem compara aborto ao assassinato de bebês. Link da postagem: www.instagram.com	Amália Barros (PL/MT)	Sobre abortamento legal: www.mapaabortolegal.org/
No vídeo, a deputada defende a pulverização aérea de plantações e afirma que o método não traz riscos à saúde humana nem ao meio ambiente. Link da postagem: www.instagram.com	Amália Barros (PL/MT)	A afirmação não procede, já que inúmeros estudos comprovam que os agrotóxicos têm ocasionado doenças. Fonte: www.senado.leg.br
Desinformação sobre o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. Na fala, Mauro Mendes defende que estaria lutando contra a concessão à iniciativa privada para evitar a cobrança de ingressos, que pode chegar a R\$ 100,00 no quinto ano de concessão. Link da postagem: www.instagram.com	Mauro Mendes (União Brasil/MT)	Oculto os riscos jurídicos para o parque, se retirado da esfera federal e das mãos do ICMBio, que hoje atua com plano de manejo e fogo controlado no parque. Ainda, deixa de dizer o que será feito de investimento, mencionando vagamente R\$ 200 milhões, dos quais não há garantia de investimento do governo estadual. Ignora riscos da mineração que avança sobre a APA Chapada dos Guimarães, que é de responsabilidade do estado, no entorno do parque nacional. Fonte: www.observamt.org.br
Desinformação sobre o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. Link da postagem: www.instagram.com	Mauro Mendes (União Brasil/MT)	Novamente a postagem cria diversionismo com o valor do ingresso a ser cobrado na eventual concessão do parque pelo ICMBio. E não demonstra quais seriam exatamente os investimentos do governo estadual se assumisse o parque. Fonte: www.observamt.org.br
Desinformação sobre o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. Link da postagem: www.instagram.com	Mauro Mendes (União Brasil/MT)	O post consiste no diversionismo sobre o valor da entrada com eventual concessão do ICMBio e esconde os problemas da estadualização. Fonte: www.observamt.org.br
Desinformação sobre o Marco Temporal para demarcação de terras indígenas. Link da postagem: www.instagram.com	Mauro Mendes (União Brasil/MT)	O falso argumento de segurança jurídica. Informações sobre o Marco Temporal: www.apiboficial.org
Desinformação sobre o Marco Temporal. Link da postagem: www.instagram.com	Mauro Mendes (União Brasil/MT)	Diz que a tese iria evitar "caos para os indígenas", quando a situação é oposta, com demarcações já realizadas sendo questionadas com base na tese jurídica. Informações sobre o Marco Temporal: www.apiboficial.org
Desinformação sobre o Marco Temporal. Link da postagem: www.instagram.com	Mauro Mendes (União Brasil/MT)	O governo de Mauro Mendes enviou uma petição ao STF para tentar suspender o julgamento do Marco Temporal. O argumento era de que deveria aguardar o Congresso votar o tema para evitar uma espécie de "caos" com "aumento" das demarcações. Informações sobre o Marco Temporal: www.apiboficial.org
Desinformação sobre a Ferrogrão. Link da postagem: www.instagram.com	Mauro Mendes (União Brasil/MT)	Oculto os impactos ambientais da construção da ferrovia, entre eles a diminuição da Floresta Nacional do Jamanxim, e, principalmente, o impacto aos territórios indígenas que estão na zona de "buffer" do traçado da Ferrogrão. Fonte: www.brasildefato.com.br
Em seu discurso, o deputado equivale a defesa de palestinos, feita por outros parlamentares, com a defesa do Hamas e afirma que as críticas à guerra envolvendo Israel equivalem ao nazi-fascismo. Link da postagem: www.camara.leg.br	Abílio Brunini (PL/MT)	O deputado descontextualiza o objetivo da reunião que tratava do grave cenário humanitário relacionado à guerra entre Israel e Palestina e mente ao se referir que os parlamentares de oposição ao seu partido realizavam antissetismo. Fonte: www.poder360.com.br

DESINFORMAÇÃO	DIFUSOR/A	CHECAGEM
Em post conjunto com a deputada Coronel Fernanda, Abílio descontextualiza a ação da Força Nacional contra o garimpo e a invasão de terras indígenas na região de São Félix do Xingu. Link da postagem: www.instagram.com	Abílio Brunini (PL/MT)	A desintrução ocorre a partir de inúmeros processos judiciais em pauta na TI Apyterewa: www.piaui.folha.uol.com.br
O deputado iguala críticas à guerra entre Israel e o Hamas à defesa deste último e tumultua a audiência sobre conflito entre Israel e Palestina na Câmara dos Deputados. Link da postagem: www.instagram.com/p/	Abílio Brunini (PL/MT)	O deputado afirma que quem governa a Faixa de Gaza é o Hamas. Além de incluir no seu discurso que pessoas homossexuais seriam mortas em Gaza, sem qualquer relação com a discussão da audiência. Fonte: www.midianinja.org
Relaciona o então ministro da Justiça e Segurança Pública com o Primeiro Comando da Capital (PCC). Link da postagem: www.camara.leg.br	Amália Barros (PL/MT)	O discurso se baseia em parte de um vídeo que não mostra a escolta presente na área para ligar o então ministro Flávio Dino ao PCC em razão de sua entrada no Complexo da Maré (RJ), supostamente sem escolta. A deputada faz menção a algumas postagens de Dino em suas redes sociais: www.cartacapital.com.br
Desinformação sobre incêndios no Pantanal e na Amazônia. Link da postagem: www.instagram.com	Amália Barros (PL/MT)	A deputada Amália Barros tira de contexto a ocorrência de incêndios no Pantanal e na Amazônia. Desconsidera mudanças climáticas e outros fenômenos intensificados por elas que têm gerado períodos de estiagem mais longos nos biomas. Também ignora que os incêndios têm sido iniciados em áreas privadas, ligadas à produção agropecuária nesses biomas, à revelia da fiscalização. Fonte: www.observatoriopantanal.org
Desinformação sobre incêndios na Amazônia. Link da postagem: www.instagram.com	Amália Barros (PL/MT)	A publicação crítica em tom jocoso a ministra Marina Silva pela fumaça dos incêndios na Amazônia que cobriu Manaus. Contudo, omite a origem do fogo e as ações tomadas posteriormente para controle da situação. Fonte: www.cartacapital.com.br
Discurso contra questões do ENEM que problematizavam práticas do agronegócio brasileiro. "Realmente tentar demonizar o agro é o fim do poço. O agro tem, sim, com certeza, o seu papel preponderante dentro da economia regional, da economia nacional e também da economia mundial". Link da postagem: www.camara.leg.br	Coronel Assis (PL/MT)	Camilo Santana, ministro da Educação, respondeu sobre as questões do ENEM em audiência pública na Câmara dos Deputados em novembro de 2023: www.camara.leg.br
Desinformação sobre os incêndios florestais de 2023 e o combate ao fogo afirmando que as Organizações da Sociedade Civil abandonaram estratégias de combate à situação. Link da postagem: www.instagram.com	Coronel Assis (PL/MT)	ONGs como SOS Pantanal e outras entidades participaram do combate permanente às queimadas no Pantanal junto ao Corpo de Bombeiros e ao ICMBio em 2023. Fonte: www.brigadaspantaneiras.sospantanal.org.br
Desinformação sobre a guerra na Palestina com uso de manchete do Terra Brasil Notícias, reconhecido veículo de desinformação identificado na primeira fase deste Projeto. Link da postagem: www.instagram.com	Coronel Assis (PL/MT)	O Intervozes tem analisado a cobertura da mídia e postagens relacionados ao conflito entre Israel e Palestina, conforme publicação no blog do coletivo na Carta Capital: www.cartacapital.com.br
"Vídeo desinformativo de Aldo Rebelo dizendo que centenas de famílias serão desalojadas e expulsas por pressão de ONGs financiadas pelo exterior para ampliação de uma terra indígena onde não havia "índios" para construir a usina de Belo Monte." Link da postagem: www.instagram.com	Gilberto Cattani (PL/MT)	Sem citar o nome, Aldo fala da demarcação do Território Indígena Kapôt Nhinore e desinforma sobre o processo violento de expulsão dos indígenas por fazendeiros e pelo Estado brasileiro de suas terras, agora em fase final de estudo para demarcação. Fonte: www.socioambiental.org

DESINFORMAÇÃO	DIFUSOR/A	CHECAGEM
Desinforma ao tirar de contexto uma fala do ministro Paulo Teixeira (MDA) sobre transferência de terras em dívidas do Banco do Brasil para assentamentos rurais. Link da postagem: www.instagram.com	Gilberto Cattani (PL/MT)	O Projeto Comprova do Estadão fez a checagem sobre as informações relacionadas a transferência de terras de devedores para a reforma agrária: www.estadao.com.br
Vincula invasões de terras em Mato Grosso ao MST por meio da bandeira do movimento(PL/MT). Link da postagem: www.instagram.com	Gilberto Cattani (PL/MT)	Nos últimos anos, as invasões no MT têm sido relacionadas à grilagem, com uso de policiais militares (da reserva e da ativa) ou empresas de segurança armada, indicando poderio econômico e principalmente em terras privadas, que não aponta para o MST. Um exemplo foi essa notícia publicada em maio de 2023 pela Secom/MT: www.secom.mt.gov.br
Desinformação sobre questões do ENEM relativas ao agronegócio. Link da postagem: www.instagram.com	Coronel Fernanda (PL/MT)	Camilo Santana, ministro da Educação, respondeu sobre as questões do ENEM em audiência pública na Câmara dos Deputados em novembro de 2023: www.camara.leg.br
A deputada defende na postagem que a população assinasse um abaixo assinado sobre a CPI da demarcação de TI. Link da postagem: www.instagram.com	Coronel Fernanda (PL/MT)	Ao criticar as demarcações de terras indígenas, a deputada desconsidera o contexto de violência na expulsão dos indígenas de seus territórios e o processo lento de demarcação no Brasil. Dos 736 territórios indígenas regularizados no país, mais de 100 aguardam análise para serem demarcados, segundo a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Fonte: www.gov.br/funai
Desinformação sobre demarcação de terras indígenas e proposta de CPI para investigar situação de desintrução na TI Kapôt Nhinore. Link da postagem: www.instagram.com	Coronel Fernanda (PL/MT)	A deputada defende os direitos dos proprietários de terra não indígenas sugerindo que a CPI trará mais transparência no processo. Os estudos sobre o processo de demarcação da TI Kapôt Nhinore estão disponíveis, inclusive com levantamento dos posseiros que ocupam o território atualmente. Fonte: www.gov.br/funai
Desinformação sobre a demarcação de terras indígenas e criação da CPI para investigar supostas demarcações contra os posseiros que ocuparam a TI Kapôt Nhinore. Link da postagem: www.instagram.com	Coronel Fernanda (PL/MT)	O processo de demarcação da TI Kapôt Nhinore está disponível no site da Funai. Fonte: www.gov.br/funai
A deputada esconde do discurso informações sobre o processo de demarcação de terras indígenas no Brasil. Link da postagem: www.instagram.com	Coronel Fernanda (PL/MT)	Os estudos sobre o processo de demarcação da TI Kapôt Nhinore estão disponíveis, inclusive com levantamento dos posseiros que ocupam o território atualmente. Fonte: www.gov.br/funai
Desinformação sobre o aborto. Compara o direito ao aborto ao extermínio promovido pelo Nazismo na Alemanha. Link da postagem: www.instagram.com	Cláudio Ferreira (PTB/MT)	Apresenta viés religioso e moral sobre a pauta, sem informar sobre as opções de abortamento legal e afirmando que aborto é uma maldição na sociedade. Em 2018, o Instituto Anis, referência no estudo de Bioética sobre o aborto, publicou um artigo sobre o contexto de defesa da vida "desde a concepção": www.anis.org.br
Desinformação sobre o direito ao aborto. Link da postagem: www.instagram.com	Cláudio Ferreira (PTB/MT)	Abordagem moral sobre o direito legal ao aborto promovendo confusão de entendimento. Em 2018, o Instituto Anis, referência no estudo de Bioética sobre o aborto, publicou um artigo sobre o contexto de defesa da vida "desde a concepção": www.anis.org.br

DESINFORMAÇÃO	DIFUSOR/A	CHECAGEM
Desinformação sobre a desintrusão da Terra Indígena Apyterewa. As informações são de uma reportagem do SBT. Link da postagem: www.instagram.com	Gilberto Cattani (PL/MT)	O trecho recortado da reportagem do SBT não informa quando foi realizado o contexto da desintrusão e não apresenta nenhuma entrevista com fontes. A legenda do deputado na postagem é: "o amor voltou". A postagem faz crítica a desintrusão pelo STF de moradores ilegais em território indígena. As imagens apresentam a operação PF destruindo moradias de ocupações irregulares de produtores rurais na região. A manutenção dessas pessoas ali é de grande interesse dos pecuaristas ilegais da região. Fonte: www.piaui.folha.uol.com.br
Desinformação sobre as questões do ENEM que tratavam do agronegócio. Link da postagem: www.instagram.com	Gilberto Cattani (PL/MT)	Camilo Santana, ministro da Educação, respondeu sobre as questões do ENEM em audiência pública na Câmara dos Deputados em novembro de 2023: www.camara.leg.br
Desinformação sobre o Marco Temporal para demarcação de terras indígenas. Link da postagem: www.instagram.com	Janaina Riva (MDB/MT)	Diz que o veto de Lula "ignora as infinitas buscas pela paz no campo através da solução dessa questão que é antiga e urgente". Informações sobre o Marco Temporal: www.apiboficial.org
Desinformação sobre ONGs, supostamente vetores de atraso aos indígenas. Link da postagem: www.instagram.com	Jayme Campos (União Brasil/MT)	A legenda da postagem generaliza que toda organização não governamental (ONG) atua para o não desenvolvimento de comunidades indígenas. Fonte: www.folha.uol.com.br
Desinformação sobre o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães. Link da postagem: www.instagram.com	Margareth Buzetti (PSD/MT)	Entidades de meio ambiente apontam manobra legislativa do PL 3.649/2023, que determina a transferência da gestão do Parque Nacional para a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, falta de clareza na redação, quebra de pacto federativo e consequente inviabilidade jurídica da proposta. Fonte: www.observamt.org.br
Desinformação sobre o Marco Temporal e os riscos para os indígenas. Link da postagem: www.instagram.com	Margareth Buzetti (PSD/MT)	Informações sobre o Marco Temporal: www.apiboficial.org
Desinformação sobre a estadualização do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. Afirma que o estado colocará "mais atrativos turísticos, geração de renda, emprego e preservação ambiental!". Link da postagem: www.instagram.com	Margareth Buzetti (PSD/MT)	Organizações ambientais alertam que falta capacidade técnica e de gestão do estado em estabelecer a conservação das Unidades de Conservação que já existem e que houve um acordo em 2021 entre o ICMBio, responsável pela gestão do Parque, junto ao Governo do MT para realização de ações de melhorias no espaço, porém, até o fechamento deste estudo, nada tinha sido realizado. Fonte: www.observamt.org.br
Wellington Fagundes apresenta seu Estatuto do Pantanal (PL 5.482/2020) como solução para os incêndios no bioma. Link da postagem: www.instagram.com	Wellington Fagundes (PL/MT)	O projeto de lei não apresenta algumas proteções necessárias como restrições a empreendimentos que mudem o fluxo das águas do Pantanal, o que hoje causa secas, aumentando a possibilidade de grandes incêndios. Fonte: www.oeco.org.br
Desinformação sobre a atuação do MST. Link da postagem: www.instagram.com	José Medeiros (PL/MT)	Utiliza uma charge da Revista Oeste, veículo reconhecido por sua atuação nas redes de desinformação, para atacar o MST com insinuações de que o movimento seria financiado diretamente com recursos públicos e estaria pressionando cargos no Governo Federal na gestão de Lula. Fonte: www.camara.leg.br
O deputado José Medeiros (PL) publicou o vídeo com recortes de um discurso televisivo do presidente Lula (PT) sobreposto com imagens fora de contexto sobre diversos programas governamentais. Link da postagem: www.twitter.com/JoseMedeirosMT	José Medeiros (PL/MT)	O vídeo parece ter sido fabricado, não cita fontes. E as imagens contrapõem o discurso do presidente Lula no vídeo, mas são de períodos anteriores de suas primeiras gestões como presidente.

DESINFORMAÇÃO	DIFUSOR/A	CHECAGEM
O deputado usa um meme para repercutir a informação falsa de que o presidente Lula tenha roubado canetas na reunião do G20 na Índia. Link da postagem: www.instagram.com	José Medeiros (PL/MT)	O deputado aproveita para atacar as agências de checagem e a imprensa sugerindo conluio com a primeira-dama Rosângela da Silva e com a Secom. Fonte: www.noticias.uol.com.br
O deputado traz reportagem do Jornal Nacional de 2017 sobre manifestações em Brasília para, no subtítulo, defender os réus julgados pelo STF em razão dos atos antidemocráticos de 8 de Janeiro. Link da postagem: www.instagram.com	José Medeiros (PL/MT)	Compara manifestações com pautas legítimas à época, contra Reforma Trabalhista e Reforma da Previdência, durante governo de Michel Temer (MDB), com os atos que tentaram abolir o Estado Democrático de Direito no Brasil.
O deputado José Medeiros republicou o vídeo em que a veterinária Samara Baum afirma que doações para as enchentes no Rio Grande do Sul foram retidas para aguardar a chegada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Link da postagem: www.instagram.com	José Medeiros (PL/MT)	A Prefeitura de Lajeado, em nota enviada à agência de checagem Lupa, informa que não ocorreu a suspensão de entrega de doativos no município e que não houve informação sobre a visita de Lula. Checagem da agência Lupa: www.lupa.uol.com.br
A imagem publicada mostra um baú cheio de dinheiro, com uma placa escrito "ONGs Amazônia" e, dentro dele, em meio ao dinheiro, estão o Hulk (Mark Ruffalo), a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o ator Leonardo DiCaprio. Atrás, a floresta está em chamas. A charge da Revista Oeste publicada pelo deputado sugere que o financiamento internacional de ONGs são destinados a outros supostos interesses que não a preservação da Amazônia, e o mesmo para as estrelas de Hollywood e a ministra. Link da postagem: www.instagram.com	José Medeiros (PL/MT)	A postagem foi feita em outubro de 2023 nas últimas ações da CPI das ONGs no Congresso. As investigações sobre suposto financiamento das entidades estrangeiras no mercado extrativista da Amazônia com interesses econômicos não foram confirmadas. O próprio relator Márcio Bittar admite em seu parecer final que não foram encontradas "as reais contrapartidas específicas relacionadas a cada projeto conduzido por organizações como o Imazon e o ISA e seus principais financiadores". www.apublica.org
A postagem é de um print da Revista Oeste que diz que o governo barrou a convocação da ministra Marina Silva, supostamente ligada a uma ONG. Na CPI das ONGs, a convocação atendida foi de Ana Toni, secretária do MMA. Link da postagem: www.instagram.com	José Medeiros (PL/MT)	O ataque surgiu a partir do suposto vínculo atual de Ana Toni com o IPAM, porém a secretária do MMA se afastou do Instituto antes de assumir o cargo, no início deste ano. Fonte: www.senado.leg.br
O post reverbera uma matéria da Gazeta do Povo, ligando a preservação ambiental da Resex Chico Mendes, no Acre, à miséria. Link da postagem: www.instagram.com	José Medeiros (PL/MT)	A matéria da Gazeta do Povo está baseada em fala de deputados como Marcio Bittar (União Brasil-AC), após visita de comitiva da CPI das ONGs à Resex. Plínio Valério (PSDB-AM) também aparece na matéria repostada por José Medeiros. A imagem ainda tem o presidente Lula como se fosse o protagonista do filme E.T. e sugere que a ministra Marina Silva seria o E.T. na cesta da bicicleta. A acusação dos deputados está relacionada a uma decisão judicial que atendeu o pedido de ONGs e associações ambientais e suspendeu as obras da estrada entre Cruzeiro do Sul, no interior do Acre, e Pucallpa, no Peru, em junho de 2023. A estrada vai cortar o Parque Nacional Serra do Divisor e várias terras indígenas para ligar o Acre a Pucallpa. Fonte: www.g1.globo.com
Desinformação sobre divulgação do Ministério do Desenvolvimento Agrário sobre transferência de terras em dívidas com a União. O parlamentar usa uma fala do ministro Paulo Teixeira, sobre a proposta do governo de destinar imóveis adjudicados ao assentamento de famílias. Link da postagem: www.instagram.com	José Medeiros (PL/MT)	A publicação tira de contexto e distorce a fala do ministro Paulo Teixeira quando sugere que agricultores com dívidas no Banco do Brasil e em outras instituições financeiras estatais terão terras tomadas e entregues ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O Comprova do Estadão verificou o vídeo também divulgado por outros parlamentares do MT, como Gilberto Cattani (PL). Fonte: www.estadao.com.br

DESINFORMAÇÃO	DIFUSOR/A	CHECAGEM
Print de publicação da Revista Oeste vinculando a ministra Marina da Silva ao IPAM, que recebe recursos do Fundo Amazônia. Link da postagem: www.instagram.com	José Medeiros (PL/MT)	Conteúdo desinformativo criado a partir da CPI das ONGs. Marina Silva é conselheira honorária do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e os recursos destinados do Fundo Amazônia foram gastos com viagens para a realização de projetos ambientais com mais de duas mil famílias em assentamentos na Amazônia. Fonte: www.senado.leg.br
Desinformação relativa ao Marco Temporal para demarcação de Terras Indígenas, aprovado no PL 490/2007 na Câmara dos Deputados. Link da postagem: www.instagram.com	Juarez Costa (MDB/MT)	Distorce ao dizer que as demarcações são feitas de maneira desigual em relação aos produtores rurais e comunidades tradicionais, já que é baixo o número de territórios indígenas demarcados. A demarcação de uma Terra Indígena tem por objetivo garantir o direito indígena à terra. A Constituição Federal de 1988, no artigo 231, define terras indígenas como "terras tradicionalmente ocupadas pelos índios" e "imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar" e "a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições". O texto constitucional também atribuiu ao Estado a obrigação de demarcar esses territórios. Fonte: www.gov.br
Desinformação sobre o Marco Temporal: "Precisamos de mais segurança jurídica ao direito de propriedade de milhares de trabalhadores rurais e de métodos mais justos e seguros para a demarcação das terras indígenas, que há anos vem sendo feita de maneira desigual. Manifesto o meu apoio". Link da postagem: www.twitter.com	Juarez Costa (MDB/MT)	A postagem evoca o argumento falso de segurança jurídica para o Marco Temporal quando a tese coloca em insegurança os territórios demarcados e futuras demarcações em comunidades indígenas. Fonte: www.migalhas.com.br
Defesa do projeto de retirada de Mato Grosso da Amazônia Legal com argumento de que o enquadramento atrapalha a produção agrícola. "Vamos trabalhar para conseguirmos a aprovação desta matéria importante para Mato Grosso, que vai triplicar a produção do nosso estado." Link da postagem: www.instagram.com	Juarez Costa (MDB/MT)	A postagem oculta o aumento da destruição ambiental que se seguiria. Fonte: www.observatorioflorestal.org.br
Afirma que a Ferrogrão é um projeto sustentável e traz dados não comprovados dos possíveis impactos, como por exemplo, a intervenção em territórios indígenas. Link da postagem: www.instagram.com	Júlio Campos (União Brasil/MT)	Estimativas da PUC-Rio e da Climate Policy Initiative precisam que haverá uma extensão enorme de desmatamento, e a Funai informou que não houve Consulta Prévia nas comunidades indígenas que serão afetadas pelas obras. Fonte: www.oglobo.globo.com
Desinformação relativa ao Marco Temporal para demarcação de Terras Indígenas. Link da postagem: www.instagram.com	Júlio Campos (União Brasil/MT)	Ver postagens anteriores, teor desinformativo repetido.

DESINFORMAÇÃO POR ESTADO



38 DESINFORMAÇÕES

FOCO PRINCIPAL:

distorção sobre políticas de demarcação de terras e criminalização do MST

4 DESINFORMAÇÕES COM ATAQUES AO MST E DISCURSO DE ÓDIO

FOCO PRINCIPAL:

população LGBTQIAPN+

PORTA VOZES DESINFORMANTES:

Zequinha Marinho (Podemos/PA), Delegado Caveira (PL/PA), Eder Mauro (PL/PA) e Rogério Barra (PL/PA)

Os parlamentares do Pará disseminaram 38 desinformações focadas em distorcer políticas de demarcação de terras e condenar a desintrusão na Terra Indígena Apyterewa. Outras pautas desinformativas referem-se a desmatamento criminoso e conteúdos distorcidos, manipulados e/ou descontextualizados de ataques ao MST. O senador Zequinha Marinho (Podemos/PA) é o destaque de participação e interação em todas as plataformas, sendo também o que mais investe em impulsionamento de postagem: foram 100 anúncios socioambientais no valor de R\$18.700,00 alcançando mais de 6 milhões de visualizações.

O senador utilizou seus perfis para se manifestar contra a desintrusão na Terra Indígena Apyterewa¹², alegando que os agentes estavam utilizando violência contra os produtores rurais expulsos. Esses discursos eram utilizados em publicações que tratavam da comissão parlamentar de inquérito que investigou a atuação de organizações não-governamentais na Amazônia (CPI das ONGs), comissão da qual foi um dos membros. A CPI teve início em junho e foi encerrada em dezembro de 2023. Nessas publicações, o senador falava sobre as atividades da CPI mostrando as organizações sob um parâmetro negativo.

Do total de anúncios impulsionados pelo senador, alguns promoveram greenwashing¹³ para difundir desinformação, por exemplo, ao afirmar que a construção da Ferrogrão será favorável ao meio ambiente por ajudar a mitigar a emissão de CO². Essa postagem foi feita em collab com a Frente Parlamentar da Agropecuária no Instagram no dia 30 de agosto de 2023. Nesses anúncios, os supostos benefícios do agropécunia são explorados como argumentos para defender a flexibilização da regularização fundiária na Amazônia e influenciar o debate sobre o mercado de carbono.

¹² Disponível em: www.terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/221505 (Acesso em 08/01/2024)

¹³ O termo greenwashing se caracteriza pelo uso de estratégias narrativas que ocultam práticas antiecológicas ou minimizam/negam seus impactos negativos (de Freitas Netto et al., 2020).



Print da postagem do senador Zequinha Marinho (Podemos/MT) em seu perfil do Instagram em collab com a Frente Parlamentar da Agropecuária. (www.instagram.com/pjCwkg3vqO2TQ/?img_index=1)



Print da postagem no perfil Delegado Eder Mauro (PL/PA) do Facebook no dia 15/08/2023 (www.facebook.com/EderMauroPara/videos/1415126339052270/)

Todos os nove parlamentares do estado publicaram sobre questões socioambientais no Facebook e no Instagram. O deputado Rogério Barra (PL/PA) foi o parlamentar que fez mais publicações sobre questões socioambientais em todas as redes analisadas, sendo o único a tratar do assunto no Telegram. Já Eder Mauro (PL/PA), segundo maior político com engajamento multiplataforma pelo estado, publica desinformações que costumam criminalizar o MST, associando o movimento ao terrorismo. As publicações também deram destaque para a participação do deputado na CPI do MST.

DESINFORMAÇÃO	DIFUSOR/A	CHECAGEM
A postagem enquadra a morte de um garimpeiro ilegal como se fosse truculência da polícia ambiental (ICMBio) em operação para proteção de terra indígena. Link da postagem: www.twitter.com/ZequinhaMarinho	Zequinha Marinho (Podemos/PA)	A morte do garimpeiro está sendo investigada. Ele foi morto numa troca de tiros na ação contra garimpo ilegal. Segundo nota do Ibama, a equipe foi recebida a tiros e revidou ao ataque. Fonte: www.amazoniareal.com.br
O difusor coloca que ONGs atrapalham o desenvolvimento econômico, da construção e da infraestrutura na Amazônia. Link da postagem: www.instagram.com	Zequinha Marinho (Podemos/PA)	Algumas checagens em relação às desinformações sobre as ONGs estão sendo feitas desde 2019, como esta da Agência Nexo: www.nexojournal.com.br
Antes de leitura do relator da CPI das ONGs, o senador aponta no conteúdo que as ONGs trabalham contra o progresso do país, para manter a pobreza e a "qualidade de vida lá em baixo" para o povo da Amazônia. Link da postagem: www.instagram.com	Zequinha Marinho (Podemos/PA)	Algumas checagens em relação às desinformações sobre as ONGs estão sendo feitas desde 2019, como esta da Agência Nexo: www.nexojournal.com.br
O parlamentar afirma que a Marinha expulsa banhistas para visita de Lula à praia no Tapajós. Link da postagem: www.twitter.com/DelegadoCaveira	Delegado Caveira (PL/PA)	Os banhistas foram retirados por questão de segurança. Fonte: www.folha.uol.com.br

DESINFORMAÇÃO	DIFUSOR/A	CHECAGEM
Acusação de que o governo Lula está "quebrando" o país em associação de pesquisas diferentes numa mesma postagem. Link da postagem: www.instagram.com	Delegado Éder Mauro (PL/MT)	O parlamentar apresenta a imagem de capa do Correio Braziliense e traz uma interpretação sem embasamento sobre dados divulgados pelo Fundo Monetário Internacional em relação ao Brasil. Descreve ainda uma manchete relacionada aos gastos públicos divulgados pelo Ipea. Fonte: www.folha.uol.com.br
O deputado afirma pelas imagens criadas na postagem que Luciane Barbosa, presidente de ONG ligada ao Comando Vermelho no Amazonas, esteve com o ministro da Justiça. Link da postagem: www.instagram.com	Delegado Éder Mauro (PL/PA)	Luciane Barbosa, considerada na postagem do parlamentar como "dama do tráfico", teve reuniões no Ministério da Justiça, mas não com Flávio Dino, como explica o texto do Estadão: www.estadao.com.br
Vídeo afirma que militantes do MST expulsam proprietário da terra durante uma ocupação do movimento. Link da postagem: www.instagram.com	Delegado Éder Mauro (PL/PA)	A postagem apresenta um vídeo sem nenhuma informação sobre o local, período e qual é a situação da conversa entre pessoas que aparecem nas imagens. O deputado Éder Mauro criminaliza o MST sem trazer o contexto e utiliza de argumentos já analisados pelo Intervozes na pesquisa Vozes Silenciadas (2023). Fonte: www.mst.org.br
O difusor compartilha uma história diferente dos fatos e inquiridos, que foram, inclusive, encerrados sobre o massacre de Pau D'Arco insinuando que as vítimas eram "bandidos financiados" para ocupar a fazenda Santa Lúcia, no município de Pau D'Arco. Link da postagem: www.x.com/EderMauroPA	Delegado Éder Mauro (PL/PA)	Na audiência da CPI do MST foi pedido um minuto de silêncio sobre o caso, e o parlamentar discordou do caso e disse que os 14 trabalhadores do MST assassinados eram bandidos. Fonte sobre o caso Pau D'Arco: www.reporterbrasil.org.br
O difusor insinua que o MST não planta comida em nenhum território do Brasil e que compram alimentos de uma feira e trocam a embalagem. Link da postagem: www.escriba.camara.leg.br	Delegado Éder Mauro (PL/PA)	Segundo o MST, a produção nos assentamentos organizados pelo movimento gira em torno de arroz, feijão, leite, café, sucos, sementes e mel. Informações sobre o MST: www.mst.org.br
O difusor afirma em sessão da CPI do MST que o movimento queima fazendas e até mesmo pessoas, os enquadrando como terroristas. Link da postagem: www.escriba.camara.leg.br	Delegado Éder Mauro (PL/PA)	O Movimento informa que ocupa latifúndios improdutivos e, através disso, cumpre com o compromisso de garantir a função social da terra. www.mst.org.br
Na postagem, o político fala que não existem crianças transexuais. O mesmo conteúdo é reproduzido pelo delegado em outdoors espalhados pelas cidades paraenses. Link da postagem: www.instagram.com	Delegado Éder Mauro	O conteúdo da postagem e dos outdoors produzidos pelo parlamentar visava convidar a população para a Marcha da Família realizada na semana da criança em 2023. A postagem, assim como os outdoors, tem caráter ofensivo e criminoso, uma vez que direcionado a manifestar discriminação e ridicularizar pessoas transexuais e travestis. O Ministério Público do Pará abriu inquérito sobre o caso: www.mpf.mp.br
Acusação de suposta omissão dos deputados de esquerda quanto às queimadas no estado. Link da postagem: www.instagram.com	Delegado Éder Mauro (PL/PA)	Ataque aos deputados "comunistas" e à ministra do Meio Ambiente Marina Silva acusando-os de não darem atenção às queimadas que ocorreram em alguns estados da Amazônia em outubro de 2023. Porém, as queimadas são resultados de um conjunto de fatores, como a combinação de extremos climáticos, conforme publicação sobre o tema: www.cartacapital.com.br
Polarização política comparando a atuação de Bolsonaro com Lula em relação às empresas estatais. Link da postagem: www.instagram.com	Delegado Éder Mauro (PL/PA)	A postagem critica o presidente Lula pelo que sugere ser um rombo das empresas estatais e enaltece o ex-presidente Bolsonaro indicando que foi o período em que houve lucro recorde das estatais. Não apresenta a fonte desses dados. A publicação se refere a dados divulgados pelo Governo em maio de 2023 e requeitada pela oposição com recortes de informações. Vídeos e outras postagens desinformativas já haviam sido checadas pelo Comprova do Estadão: www.noticias.uol.com.br

DESINFORMAÇÃO	DIFUSOR/A	CHECAGEM
Acusação de que o Governo Federal apreendeu gado de forma ilegal. Link da postagem: www.twitter.com/rogeriobarrapa	Rogério Barra(PL/PA)	Os animais citados na peça desinformativa não foram confiscados pelo Governo Federal, mas sim apreendidos por estarem sendo criados em áreas de desmatamento ilegal na Amazônia. Conforme checagem da UOL: www.noticias.uol.com.br
Notícia antiga sobre pescadores ilegais chineses na costa brasileira. Link da postagem: www.twitter.com/rogeriobarrapa	Rogério Barra (PL/PA)	A notícia é falsa sobre concessão para pesca aos chineses. Caso foi checado em 2018: www.aosfatos.org
Distorção de fatos sobre operações do IBAMA no município de Jacareacanga atuando sobre garimpo ilegal. Link da postagem: www.instagram.com	Zequinha Marinho (Podemos/PA)	A morte do garimpeiro está sendo investigada. Ele foi morto numa troca de tiros na ação contra garimpo ilegal. Segundo nota do Ibama, a equipe foi recebida a tiros e revidou ao ataque. Fonte: www.amazoniareal.com.br
O senador afirma que o Território Indígena Ituna-Itatá não é terra tradicional. Link da postagem: www.instagram.com	Zequinha Marinho (Podemos/PA)	O território indígena Ituna-Itatá é demarcado conforme esclarece nota da Funai, que também explica sobre os conflitos na região. Fonte: www.gov.br/funai
Segundo postagem do senador, sem o Marco Temporal cidades podem desaparecer. Link da postagem: www.instagram.com	Zequinha Marinho (Podemos/PA)	Cidades não irão desaparecer com o Marco Temporal. Fonte: www.fundobrasil.org.br
Sobre ONGs usarem povos indígenas para criar novas terras indígenas. Link da postagem: www.instagram.com	Zequinha Marinho (Podemos/PA)	O processo de demarcação de terras indígenas no Brasil é de responsabilidade da Funai. Passa pelas etapas de identificação, declaração e demarcação dos limites da área, homologação e registro. Fonte: www.piaui.folha.uol.com.br
A postagem diz que o Marco Temporal trará paz no campo e que ONGs estão liderando a luta contra a sua aprovação e nenhum indígena tem feito parte disso. Link da postagem: www.instagram.com	Zequinha Marinho (Podemos/PA)	Muitos movimentos indígenas lutam contra o Marco Temporal e afirmam que a tese em questão trará mais conflitos por terras no Brasil: www.apiboficial.org
O difusor alega que existe uma perseguição do governo federal na operação de desintrusão no Território Indígena Apyterewa aos seus invasores. Link da postagem: www.senado.leg.br	Zequinha Marinho (Podemos/PA)	O parlamentar não contextualiza que a invasão do território Parakanã por não indígenas começou ainda antes de 2007, quando a Apyterewa foi formalmente criada pelo governo brasileiro. Fonte: www.reporterbrasil.org.br
Culpabilização de ONGs, afirmando que essas engessam o desenvolvimento econômico e prejudicam a vida na região amazônica. Link da postagem: www.instagram.com	Zequinha Marinho (Podemos/PA)	Algumas checagens em relação às desinformações sobre as ONGs estão sendo feitas desde 2019, como essa da Agência Nexo: www.nexojournal.com.br
Desinformação sobre suposta intervenção do presidente Lula nas eleições argentinas. Link da postagem: www.instagram.com	Delegado Caveira (PL/PA)	Informação é enganosa e já checada pelo Outras Palavras: www.outraspalavras.net
Execução de colono em Apyterewa pela Força Nacional serve de referência para postagem com descontextualização do conflito na região. Link da postagem: www.instagram.com	Delegado Caveira (PL/PA)	A Força Nacional confirmou a execução, porém, o parlamentar informa na postagem que a TI Apyterewa é um suposto território indígena, o que não é verdade. Fonte: www.reporterbrasil.org.br
A postagem apresenta um contexto falso em que os posseiros do Território Indígena Apyterewa estão sendo perseguidos pela comunidade indígena, além de afirmar que na TI não residem indígenas e que o comunismo vai retirar moradores de suas terras. Link da postagem: www.instagram.com	Delegado Caveira (PL/PA)	O território Apyterewa é indígena e vive há anos em situação de conflito com a pecuária, garimpo ilegal e a grilagem: www.brasilefato.com.br

DESINFORMAÇÃO	DIFUSOR/A	CHECAGEM
Uso manipulado de falas do cacique Raoni Metuktire, líder indígena do povo Kaiapó, sobre o presidente Lula, fora de contexto. Link da postagem: www.instagram.com	Delegado Caveira (PL/PA)	Na postagem o parlamentar utiliza a imagem do cacique Raoni para afirmar que o presidente Lula está lento em relação à demarcação de territórios indígenas e sobre o veto total à proposta de Marco Temporal. Fonte: www.noticias.uol.com.br
A publicação afirma que o governo Lula é culpado pela violência nas periferias e que teria diálogos com o Primeiro Comando da Capital (PCC). Link da postagem: www.instagram.com	Delegado Caveira (PL/PA)	A postagem do deputado utiliza vídeos sem fontes e acusações sem contexto. A relação do Governo com o PCC já foi checada outras vezes pela agência Aos Fatos em 2022: www.aosfatos.org
O parlamentar criou postagem sobre supostas reuniões da presidente de ONGs do Comando Vermelho, Luciane Barbosa Farias, patrocinada pelo Governo Lula. Link da postagem: www.instagram.com	Delegado Caveira (PL/PA)	A postagem traz variadas informações sem comprovação e confusas a partir das reuniões que Luciane Barbosa Farias realizou em Brasília. Relaciona o Governo Lula a facções criminosas, culpabiliza o Ministério da Justiça por prisões do dia 08 de Janeiro. Luciane Barbosa teve reuniões no Ministério da Justiça, como representante de Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Amazonas (CEPCT-AM). Fonte: www.estadao.com.br
A postagem afirma que houve repressão militar aos manifestantes bolsonaristas durante ato no RJ. Link da postagem: www.instagram.com	Delegado Caveira (PL/PA)	Não houve repressão militar. A atividade foi considerada irregular porque não foi comunicada e autorizada previamente pelas autoridades. Uma das pessoas que estava na manifestação deitou na rua na tentativa de impedir que os agentes municipais avançassem. Fonte: www.dm.com.br
A postagem afirma a existência de um rombo de R\$93 bilhões como causas diretas do governo Lula. Link da postagem: www.instagram.com	Delegado Caveira (PL/PA)	A postagem utiliza uma matéria do Correio Braziliense publicada no dia 12/10/2023, mas não cita a fonte e nem descreve de onde foi identificado o rombo de R\$93 bilhões. Fonte: www.correio braziliense.com.br
A postagem fala de uma suposta reunião de ministro da Justiça com integrante do Comando Vermelho. Link da postagem: www.instagram.com	Delegado Caveira (PL/PA)	Notícia requeitada sobre uma reunião que não aconteceu entre Luciane Barbosa, presidente de ONG, considerada pelo parlamentar como a dama do tráfico, e o então ministro Flávio Dino. Fonte: www.estadao.com.br
A postagem mostra suposto vídeo de Bolsonaro nas ruas da Argentina indo visitar o até então candidato à presidência Javier Milei. Link da postagem: www.instagram.com	Delegado Caveira (PL/PA)	O vídeo falso foi checado pela agência Aos Fatos em 12/12/2023: www.aosfatos.org
Vídeo que mostra ocupação do MST é compartilhado como se os militantes do movimento estivessem expulsando o proprietário da terra. Link da postagem: www.instagram.com	Delegado Caveira (PL/PA)	O deputado posta o mesmo vídeo descontextualizado que Éder Mauro publicou, ambos no mesmo dia (07/09/2023) com intuito de criminalizar o MST com argumentos já analisados pelo Interozes na pesquisa Vozes Silenciadas (2023). Fonte: www.mst.org.br
A postagem culpa o governo Lula pela queda do agromercado no PIB. Link da postagem: www.instagram.com	Delegado Caveira (PL/PA)	A matéria apresenta entrevista com especialista da área informando que a queda era esperada e que não influencia no crescimento do setor. Fonte: www.cnnbrasil.com.br
Afirma que o Marco Temporal trará segurança jurídica na postagem sem explicar o contexto da argumentação. Link da postagem: www.twitter.com/HendersonPinto	Henderson Pinto (PL/PA)	O Marco Temporal é uma mentira argumentativa que restringe o alcance do art. 231 da Constituição. A tese coloca em xeque a garantia do acesso à Justiça aos povos indígenas, prevista no art. 232 da Constituição Federal, e da consulta livre prévia e informada assegurada na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Fonte: www.brasilefato.com.br

DESINFORMAÇÃO	DIFUSOR/A	CHECAGEM
<p>O vídeo editado apresenta falas com informações sem contexto do deputado em um seminário promovido pela Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional na Câmara dos Deputados, onde o parlamentar defende a pavimentação em trechos da Transamazônica com omissão de dados sobre seus impactos.</p> <p>Link da postagem: www.twitter.com/HendersonPinto</p>	Henderson Pinto (PL/PA)	<p>Cita que o artigo 170 da Constituição Brasileira busca o desenvolvimento regional sem explicar outros princípios como a defesa do meio ambiente nessa relação de ordem econômica. Não explica que a pavimentação da Transamazônica também é analisada pelas questões geográfica, ambiental e de custo elevado. Traz dados sem fontes sobre parte da BR-230 sem pavimentação e defende que o valor alto da tarifa de energia nessa região se dá pela distância e não por outros fatores, como a privatização das empresas de prestação de energia. Em audiência pública, o presidente da Aneel afirmou que a região tem baixa densidade demográfica e pequeno consumo per capita.</p> <p>Fonte: www.senado.leg.br</p>
<p>Postagem sobre Projeto de Lei de Regularização Fundiária na Amazônia sem contexto.</p> <p>Link da postagem: www.twitter.com/HendersonPinto</p>	Henderson Pinto (PL/PA)	<p>O parlamentar explica que com a nova Lei aprovada na Câmara Federal serão garantidos os títulos de assentamentos emitidos até 1997. Mas, pelo texto do PL 2752/2022, as condições resolutivas serão extintas para os títulos de assentamento emitidos até 25 de junho de 2009, desde que o beneficiário tenha quitado a dívida, a área não seja superior a 15 módulos fiscais, o imóvel esteja inscrito no Cadastro Ambiental Rural e sem trabalhadores em situação análoga à escravidão.</p> <p>Fonte: www.poder360.com.br</p>
<p>Morte de ocupante em Ituna-Itatá e operação de desinstituição da TI Apyterewa é colocada como um ataque à segurança pública. O post afirma também que há famílias assentadas há mais de 40 anos.</p> <p>Link da postagem: www.escriba.camara.leg.br</p>	Delegado Caveira (PL/PA)	<p>O parlamentar não contextualiza que a invasão do território Parakanã por não indígenas começou ainda antes de 2007, quando a Apyterewa foi formalmente criada pelo governo brasileiro.</p> <p>Fonte: www.reporterbrasil.org.br</p>

ATAQUES E DISCURSO DE ÓDIO

Do total de 192 conteúdos com desinformações, 14 deles continuam ataques a ambientalistas, movimentos sociais e defensores de direitos humanos, e nove traziam discurso de ódio à população LGBTQIAPN+, sendo o Mato Grosso com maior índice de manifestações desse tipo (10), seguido pelo Amazonas (9) e pelo Pará (4). O discurso de ódio entendido na pesquisa abrange a definição de ordenamento jurídico brasileiro da Lei Antirracista¹⁴ (Lei n. 7716/1989) que prevê o crime de praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, como casos de ódio contra a população que poderiam ser enquadrados genericamente como crimes contra a honra, incitação ao crime ou apologia de crime, pelo Código Penal, como é o caso da população LGBTQIAPN+. O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou, em 2019, que atos de homofobia e transfobia sejam enquadrados como crime de injúria racial.

Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, foi a mais atacada das representações do Governo. Muitos políticos apresentam uma postura agressiva contra a esquerda como todo, os movimentos sociais e as

organizações não-governamentais (ONGs). Há aqueles que atacam escancaradamente lutas em prol da reforma agrária, criminalizando o MST, que é classificado como “terrorista”. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) realizada de junho a dezembro de 2023 sobre o tema é trazida como argumento para alimentar essa narrativa.

Pautas conservadoras, violadoras de direitos estão dentro dos discursos de ódio à população LGBTQIAPN+. Na pesquisa, chama a atenção postagens relacionadas também à justiça reprodutiva, especificamente ao aborto legal. A pauta está relacionada à saúde pública e aos direitos sexuais e reprodutivos das pessoas que gestam, porém, as quatro postagens identificadas sobre o tema trazem posições predominantemente contrárias ao aborto legal – não entendido como direito, mas como crime, e também construções estereotipadas de mulheres, famílias, profissionais de saúde e políticas relacionadas à temática.

No estado do Mato Grosso, as postagens discriminatórias da deputada federal Amália Barros (PL) insistem em utilizar o termo “ideologia de gênero” para justificar um pedido de exoneração da diretora de uma escola pública



Porto de Santarém, no Pará, durante a alta do rio Tapajós. | Beto Oliveira/@margemtorio

de Juína (MT) ao governador Mauro Mendes. Segundo a Secretaria de Estado de Educação (Seduc), a diretora da unidade foi afastada do cargo. Postagens sobre esse tema no mesmo período foram feitas por outros parlamentares, como Gilberto Cattani, Coronel Fernanda, ambos do PL, e Coronel Assis (União Brasil), indicando, entre outros fatores, o trabalho em rede para disseminar conteúdos contra grupos em situação de vulnerabilidade.

No Pará, outros políticos do mesmo partido de Amália seguem a cartilha que prega a violência contra a diversidade. Durante a semana da criança, em outubro de 2023, o deputado federal Eder Mauro (PL) não somente usou as redes sociais para atacar as pessoas transgêneras, como divulgou em letras garrafais em outdoors espalhados pelos bairros de Belém e em cidades do interior: “Crianças trans não existem”.

O outdoor, assim como algumas postagens em seus perfis nas redes sociais, é um convite para a Marcha da Família, que foi realizada no dia 12 de outubro de 2023 em Belém, no Pará.

O evento foi capitaneado por Eder Mauro e seu filho, o deputado estadual Rogério Barra (PL/PA). Além de negarem a existência das crianças transgêneras, os parlamentares protestaram também contra a descriminalização do aborto. O conteúdo da placa tem caráter ofensivo e criminoso, uma vez que direcionado a manifestar discriminação e ridicularizar pessoas transexuais e travestis. Conforme já mencionado, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou, em 2019, que atos de homofobia e transfobia sejam equiparados ao crime de injúria racial. Inclusive, essa divulgação do outdoor está sendo investigada pelo Ministério Público Federal.



ATAQUES À MINISTRA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

CONTEÚDO	As publicações de Fausto Jr (União Brasil/AM) sobre questões socioambientais frequentemente direcionam críticas a Marina Silva, alegando que ela não assume suas responsabilidades como ministra do Meio Ambiente. O deputado também cobra a construção de obras importantes para o agronegócio, como a BR-319.
INCITAÇÃO	Deslegitimação dos discursos e da atuação da ministra do Meio Ambiente. Incita desprezo e desrespeito por Marina Silva.

Postagem no perfil do Instagram de Fausto Jr publicada no dia 09/08/2023. (<https://www.instagram.com/p/CvvGivPDyg>)

¹⁴ Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Pena: reclusão de um a três anos e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97).



DISCURSO DE ÓDIO CONTRA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+	
CONTEÚDO	A publicação apresenta um diálogo discriminatório do deputado Eder Mauro (PL/PA) com a deputada Daiana Santos (PCdoB/RS). O conteúdo da postagem tem caráter ofensivo e criminoso, uma vez que manifesta discriminação contra pessoas transexuais.
INCITAÇÃO	Instiga ódio e violência contra a diversidade de gênero e ridiculariza pessoas transexuais e travestis.

Postagem do dia 05/09/2023 no perfil do Instagram de Eder Mauro. (https://www.instagram.com/reel/Cw1HOA8t0y8/?utm_source=ig_web_copy_link)



CRIMINALIZAÇÃO E ATAQUES ÀS ONGS AMBIENTALISTAS	
CONTEÚDO	Ao se referir aos interesses das ONGs, Plínio Valério (PSDB/AM) dissemina desinformação, fazendo comparações a uma guerra, utilizando um tom conspiratório e recorrendo ao negacionismo climático. Em contrapartida, coloca os militares como defensores da Amazônia e advoga pela mineração como fonte de renda e progresso. "As guerras hoje são por comida, água e territórios. As ONGs que já cercaram toda a Amazônia funcionam como cavalos de Tróia e arrombam a porta de trás. E o Estado brasileiro ao invés de nos defender, está escancarando nossos portões comprometendo nossa soberania". #CPIDASONGS
INCITAÇÃO	Criminaliza e generaliza que todas as organizações não governamentais na Amazônia que atuam com a temática ambiental são responsáveis por desvios de recursos públicos e deixam povos tradicionais sem acesso a seus direitos.

Postagem no perfil do Facebook de Plínio Valério publicada no dia 23/08/2023. (https://www.facebook.com/photo.php?fbid=868147928086890&set=a.528795692022117&type=3&_rdc=2&_rdi)



DISCURSO DE ÓDIO CONTRA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+	
CONTEÚDO	Gilberto Cattani (PL/MT) é um dos mais ofensivos contra o MST, se apresenta nas redes sociais como "Bolsonarista, Anti-MST, Anti-PT". Ele promove ataques contra o atual presidente e contra o movimento. Durante a implantação da CPI que investigou o movimento, Cattani realizou publicações disseminando desinformação ao criminalizar os sem terra e associar o MST ao terrorismo.
INCITAÇÃO	Criminaliza o MST ao associar o movimento ao terrorismo. Propaga violência e ódio contra organizações de trabalhadores rurais, nomeando-as como terroristas.

Postagem no perfil do Instagram de Gilberto Cattani publicada do dia 19/04/2023. (<https://www.instagram.com/p/CrOCXcgO419>)



ATAQUES A POVOS INDÍGENAS	
CONTEÚDO	O delegado Caveira (PL/PA) divulgou um vídeo desinformativo sobre a TI Apyterewa. Na publicação, o parlamentar afirma que os invasores de Apyterewa estão sendo perseguidos e que, na TI, não reside nenhum indígena.
INCITAÇÃO	Apagamento de uma etnia indígena. A Terra Indígena Apyterewa pertence ao povo Parakanã. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a área é considerada o território indígena mais desmatado da Região da Amazônia Legal dos últimos 10 anos devido às invasões de grileiros, madeireiros e à presença ilegal da atividade pecuária.

Postagem no perfil do Instagram do Delegado Caveira do dia 27/10/2023. (<https://www.instagram.com/p/Cy6sviNOGNq/>)



CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO E ATAQUES A MOVIMENTOS PELOS DIREITOS SEXUAIS E PELOS DIREITOS REPRODUTIVOS

CONTEÚDO	A deputada federal Amália Barros (PL/MT) defende que há existência de vida desde o momento da concepção e que o aborto seria um homicídio. Ela criminaliza mulheres e movimentos que defendem o aborto legal. Comumente promove postagens com imagens policiares e punitivas sobre o abortamento legal.
INCITAÇÃO	Criminaliza as mulheres que realizam aborto. Pela legislação sobre o tema, há duas situações em que as mulheres podem realizar o procedimento de acordo com o artigo 128 do Decreto Lei nº 2848/1940: gestação proveniente de violência sexual ou se a gravidez representar risco à mulher. Além disso, em 2012, um julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu que é permitido interromper a gestação quando se nota que o feto é anencéfalo, ou seja, não possui cérebro.

Postagem no perfil do Instagram de Amália Barros publicada no dia 22/09/2023. (<https://www.instagram.com/p/Cx15-1srH-p>)

FINANCIAMENTO PÚBLICO EM ANÚNCIOS COM DESINFORMAÇÃO

A desinformação é monetizada na internet e facilitada pelos modelos de negócios das big techs, gerando capital políticos para as figuras públicas e lucro para as plataformas digitais. Perfis, sites e canais fazem dinheiro com informações falsas, que ajudam a alavancar audiências e suas receitas com publicidade.


Na pesquisa buscamos compreender se os conteúdos desinformativos eram patrocinados com recursos públicos. Para isso, analisamos os dados obtidos via Lei de Acesso à Informação (nº 12.527/2011) nos Portais da Transparência sobre os gastos com mídia feitos pelos políticos em 2023. Esses


gastos incluem todos os recursos públicos destinados às ações de comunicação off e online. São recursos provenientes da Cota para Exercício da Atividade Parlamentar de deputados e senadores. Somente conseguimos as informações relacionadas aos gastos com mídia nos Portais da Transparência do Congresso Nacional (referentes a deputados federais e senadores).


Nenhuma das Assembleias Legislativas dos três estados forneceu qualquer informação dentro ou fora do prazo estabelecido pela LAI, que seria de 20 dias para responder o pedido, sendo esse prorrogável por mais 10 dias, mediante justificativa. Dessa forma, não temos informações sobre os gastos com mídia dos deputados estaduais. Já em relação aos governos estaduais, só tivemos informação do Pará, mas com respostas genéricas aos pedidos. Abaixo seguem as informações sistematizadas nos três estados.


GASTOS COM MÍDIA DIGITAL 2023¹⁵


(janeiro a dezembro disponíveis no Portal da Transparência)¹⁶

	VALOR	RUBRICA	EMPRESA
 ADAIL PINHEIRO FILHO REPUBLICANOS/AM	R\$ 383.850,00	Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar	Animações Promoção e Publicidade, Elzanira Soares da Silva LTDA e Elis Regina Magalhães Porto
		FINALIDADE	
		Serviços prestados de blog para atividades parlamentares, prestação de diagramação de boletim semanal, mensal e trimestral enviados para lista de transmissão, produção de material gráfico para redes sociais e impressão.	

	VALOR	RUBRICA	EMPRESA
 FAUSTO SANTOS JÚNIOR REPUBLICANOS/AM	R\$ 138.982,00	Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar	DCastro Comunicação e Marketing, N.C de Souza Ltda
		FINALIDADE	
		Prestação de serviços em comunicação e marketing para divulgação da atividade parlamentar, planejamento e gestão de conteúdo para as redes sociais. Publicação de matérias do Poder Legislativo referente à atuação no mandato do deputado Fausto Junior no site BNC AMAZONAS.	

	VALOR	RUBRICA	EMPRESA
 CAPITÃO ALBERTO NETO (PL/AM)	R\$ 101.129,00	Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar	EMA Serviços Técnicos de Comunicação, Eldorado Comunicação, Emilio Kerber Consultoria
		FINALIDADE	
		Criação de portal digital e layout responsivo para utilização em web e mobiles de atendimento ao cidadão; gravação, produção e finalização de matérias jornalísticas divulgando atividade parlamentar na Band Norte. Redação e correção de textos jornalísticos para divulgação de atividades parlamentares nas mídias sociais do parlamentar.	

	VALOR	RUBRICA	EMPRESA
 SAULLO VIANA (UNIÃO BRASIL/AM)	R\$ 287.836,56	Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar	Adrian Karoline Pereira Gaspar, Claudivan Afonso Osório, Didat Informática, Marialvo Brandão Silva, Rádio Difusora do Amazonas
		FINALIDADE	
		Prestação de serviços de assessoria em comunicação, gestão de redes sociais, filmagens, confecção de material publicitário e promocional para a divulgação de atividade parlamentar; clipping; inserções de rádio.	

	VALOR	RUBRICA	EMPRESA
 SILAS CÂMARA (REPUBLICANOS/AM)	R\$ 268.600,00	Sem rubrica	Beta Gráfica, Felipe Garcia Said, Incine Comunicação, Om-Z Impressão, Divulgação e Marketing
		FINALIDADE	
		Informativo dos 100 dias do mandato parlamentar em PDF e impresso, gerenciamento de redes sociais.	

	VALOR	RUBRICA	EMPRESA
 ABILIO BRUNINI (PL/MT)	R\$ 73.720,00	Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar	Fabio Felipe de Almeida, Brasil One Serviços de Tecnologia, Broad Brasil Ltda, Bruno Pinheiro da Silva, MT 360 Consultoria e Comunicação, PS de Barros Moreira, Paola de Andrade Furtado, Pinheiro Estratégia e Comunicação, TV Gazeta Mato Grosso Ltda
		FINALIDADE	
		Serviço de licença de software (chatGPT, Adobe Cloud, Envato Elements, Google Gsuite), serviço de gestão de informação parlamentar, com acesso à ferramenta web e mobile Parla.app de criação, administração e manutenção de acervo privado de vídeos indexados da atividade parlamentar, criação e administração de banco de dados de caráter privado, serviços de edição e produção de vídeo, assessoria de imprensa.	

¹⁵ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/cota-parlamentar/> (Acesso em /01/2024)

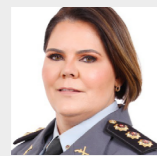
¹⁶ Disponível em: <https://www.senado.leg.br/transparencia/sen/senadores> (Acesso em 01/2024)

VALOR	RUBRICA	EMPRESA
R\$ 107.419,36	Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar	MB Produções
FINALIDADE		
Referente ao serviço de consultoria e assessoria de marketing e comunicação e publicidade da atividade parlamentar em canais digitais (sites, redes sociais e outras ferramentas digitais da web).		



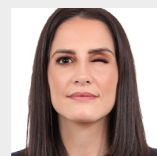
JUAREZ COSTA
(MDB/MT)

VALOR	RUBRICA	EMPRESA
R\$ 63.750,00	Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar	BroadBrasil, I9 Soluções em Marketing e Mídias Digitais Ltda, Carlos Moreira e Luiz Henrique Menezes
FINALIDADE		
Serviço de comunicação para propagação de utilidade pública via redes sociais, por intermédio de serviços profissionais de gestão de tráfego, bem como assessoria em marketing político, digital, publicidade e jornalismo, produção de vídeo documentário jornalístico e fotográfico sobre a atividade parlamentar, realizado nos municípios de Vila Rica, Santa Cruz do Xingu e uma aldeia indígena em Mato Grosso.		



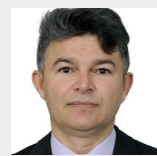
CORONEL FERNANDA
(MDB/MT)

VALOR	RUBRICA	EMPRESA
R\$ 107.409,19	Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar	Cores Gráfica e Editora, Bruno Vinicius dos Santos, Facebook Serviços Online do Brasil, A.L Vedana, Broad Brasil, CR Comunicação e Assessoria, Ficxar Comunicação, Gabriella Silvestrini, Julia Hammes Carranza, L.F Comunicações e Gráfica, Malujoa Comunicações, Okei Aram Publicidade, Pablo Ítalo Melo, R4 Comunicação e Pesquisa, RDNews Notícias, Site Repórter MT, Twitter Blue
FINALIDADE		
Assessoria de comunicação e conjunto de inserção de anúncios na internet nos meses de abril a novembro.		



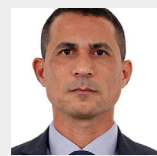
AMÁLIA BARROS
(PL/MT)

VALOR	RUBRICA	EMPRESA
R\$91.000,00	Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar	Centro Oeste News Comunicações, Emilio Kerber Consultoria e Serviços, MTPress Comunicação e Publicidade
FINALIDADE		
Edição em vídeo e imagem para divulgação de atividade parlamentar via Facebook, Instagram e Twitter. Produção e revisão de textos jornalísticos para divulgação da atividade parlamentar.		



JOSÉ MEDEIROS
(PL/MT)

VALOR	RUBRICA	EMPRESA
R\$ 195.255,55	Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar	Eduardo Borroni, Víctor Antunes Sabino, Renata Carolina Marques, Estratégia Comunicação LTda, Facebook Serviços Online, Igor Evangelista, Krapper Marketing, Life Paper, Lince Assessoria, Myke Anderson Alves, ZF Press Assessoria de Imprensa
FINALIDADE		
Publicações – Acompanhamento e compartilhamento de matérias publicadas nos sites do interior de Mato Grosso e da Capital, Gestão de tráfego para divulgação de atividade parlamentar nas redes sociais, cobertura dos compromissos oficiais no Congresso Nacional, elaboração de releases e divulgação a veículos de imprensa.		



CORONEL ASSIS
(UNIÃO BRASIL/MT)

VALOR	RUBRICA	EMPRESA
R\$ 200.901,00	Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar	Calli Publicidade Soluções Digitais + Lara Produções e Filmes + Paulo Victor Squire + U.C Monteiro e Wilson Lopes
FINALIDADE		
Produção de conteúdos relacionados às atividades parlamentares do Dep. Henderson Pinto para divulgação nas redes sociais.		



HENDERSON PINTO
(PL/PA)

VALOR	RUBRICA	EMPRESA
R\$ 389.450,81	Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar	Peju Produções, Thamires Nazaré do Nascimento, Stilo Gráfica Editora.
FINALIDADE		
Produção de vídeos para divulgação da atividade parlamentar por meio das redes sociais; serviços de consultoria de comunicação para atividade parlamentar aplicado nas redes sociais, folders para fortalecimento do convite para COP30.		



ELCIONE BARBALHO
(MDB/PA)

VALOR	RUBRICA	EMPRESA
R\$153.400,00	Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar	Leão & Marinho, A.C Oliveira da Costa
FINALIDADE		
Produção de outdoor; boletim informativo para rede transmissão em WhatsApp.		



EDER MAURO
(PL/PA)

VALOR	RUBRICA	EMPRESA
R\$ 35.000,00	Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar	Maria de Fátima Souza de Queiroz
FINALIDADE		
Divulgação de atividade parlamentar nas redes sociais.		



DELEGADO CAVEIRA
(PL/PA)

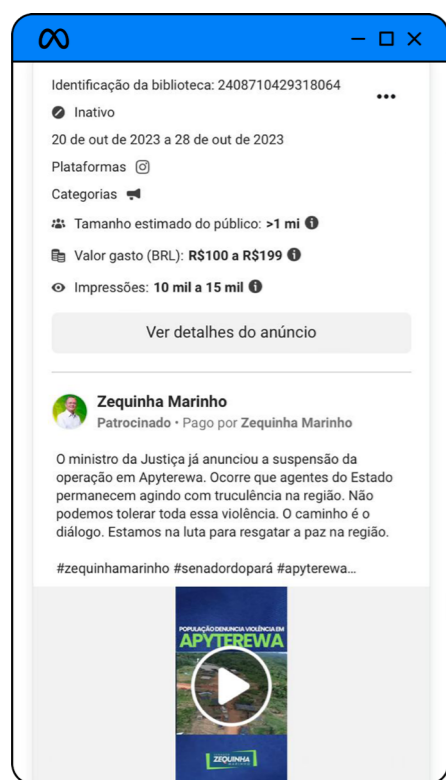
Na análise dos gastos com mídia chamou a atenção que o deputado Abilio Brunini contratou serviço de licença de software (chat GPT, Adobe Cloud, Envato Elements, Google Gsuite) no valor de R\$2.500,00 pela empresa Brasil One Serviços de Tecnologia. Não foi possível identificar para quais usos e fins esses serviços comprados estão sendo utilizados, mas alguns deles colaboram na produção de conteúdos automatizados e tecnologias de geração de rostos digitais – os chamados deep fake.

Somente pelos valores de gastos com mídia, não conseguimos identificar os impulsionamentos em conteúdos com desinformação nas redes sociais. Assim, analisamos também os dados de impulsionamentos dos políticos durante o ano de 2023 pela biblioteca de anúncios das plataformas digitais (Instagram e Facebook). Destacamos que a Meta é a única empresa que oferece sistema pesquisável e navegável com fonte de informação sistemática sobre anúncios online no Brasil.

Dos 28 políticos que disseminam desinformação, 17 deles utilizaram recursos públicos para impulsionar postagens com objetivo de alcance e engajamento. Após analisar os 195 anúncios da nossa amostra que mencionaram a questão socioambiental, identificamos que 68 (35%) possuíam desinformação. Nesses 68 foram investidos R\$13 mil de recursos públicos e eles obtiveram 4,7 milhões de impressões.

O principal responsável por esses anúncios de desinformação socioambiental foi Zequinha Marinho (Podemos/PA), dos seus 100 anúncios socioambientais, pelo menos 45 continham desinformação. O senador defende um discurso desenvolvimentista, costuma ser porta-voz da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), alegando que o progresso precisa chegar na Amazônia para levar qualidade de vida aos habitantes da região. O senador dissemina desinformação ao afirmar que a construção da Ferrogrão será favorável ao meio ambiente por ajudar a mitigar a emissão de CO².

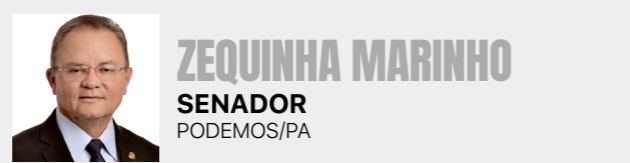
Zequinha Marinho também utilizou seus perfis para se manifestar contra a desintrusão na Terra Indígena Apyterewa, em postagens que circularam entre os dias 20 e 28 de outubro de 2023, alegando que os agentes estavam utilizando violência contra os produtores rurais expulsos. Esses discursos eram utilizados em publicações que tratavam da CPI das ONGs, comissão da qual foi um dos membros. Nessas publicações, o senador falava sobre as atividades da CPI mostrando as organizações sob um parâmetro negativo.



Link: https://www.facebook.com/ads/library/?active_status=all&ad_type=political_and_issue_ads&country=BR&id=2408710429318064&search_type=page&media_type=all

Além do senador, identificamos desinformação em 13 anúncios de Rogério Barra (PL/PA), quatro do Coronel Assis (PL/MT), dois do Capitão Alberto Neto (PL/AM), um do governador Mauro Mendes (União Brasil/MT), um do José Medeiros e um da Amália Barros, conforme tabela abaixo:

PRINCIPAIS FIGURAS PÚBLICAS QUE IMPULSIONARAM DESINFORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL



ANÚNCIOS COM DESINFORMAÇÃO	45
IMPRESSÕES	3,4 milhões
INVESTIMENTO PÚBLICO	R\$ 8.654



ANÚNCIOS COM DESINFORMAÇÃO	4
IMPRESSÕES	410 mil
INVESTIMENTO PÚBLICO	R\$ 1.496,00



ANÚNCIOS COM DESINFORMAÇÃO	3
IMPRESSÕES	125 mil
INVESTIMENTO PÚBLICO	R\$ 397,00



ANÚNCIOS COM DESINFORMAÇÃO	3
IMPRESSÕES	740 mil
INVESTIMENTO PÚBLICO	R\$ 1.196,00



ANÚNCIOS COM DESINFORMAÇÃO	13
IMPRESSÕES	28 mil
INVESTIMENTO PÚBLICO	R\$ 1.287,00



ANÚNCIOS COM DESINFORMAÇÃO	5
IMPRESSÕES	125 mil
INVESTIMENTO PÚBLICO	R\$ 895,00



ANÚNCIOS COM DESINFORMAÇÃO	1
IMPRESSÕES	60 mil
INVESTIMENTO PÚBLICO	R\$ 499,00

Com valores mais tímidos, o Capitão Alberto Neto (PL/AM) foi o segundo que mais investiu recursos públicos em apenas dois anúncios socioambientais, o que deu a ele também número considerável de impressões, referente às visualizações de seus conteúdos. Em um deles, o parlamentar afirma que o atual governo federal não dá o devido valor ao desenvolvimento do Amazonas. Ele dissemina desinformação ao afirmar que esta gestão busca estagnar a Floresta Amazônica e a agricultura familiar sob o pretexto da preservação ambiental. A publicação identifica que é patrocinada e teve um alcance de 200 a 250 mil pessoas e custo de R\$899,00. A publicação ficou sendo divulgada pela plataforma entre o dia 22 de setembro e o dia 20 de dezembro de 2023.



Link: https://www.facebook.com/ads/library/?active_status=all&ad_type=political_and_issue_ads&country=BR&id=155489684281474&media_type=all

O que chama a atenção é que alguns pagamentos das postagens patrocinadas na Meta Ads não constam na relação das notas fiscais pagas a fornecedores e apresentadas no Portal da Transparência. Também não conseguimos obter dados de todos os políticos porque não estavam disponíveis no período pesquisado. Sabemos que os deputados federais utilizam da Cota de Atividade Parlamentar para realizar os pagamentos via rubrica de Divulgação de Atividade Parlamentar, inclusive, dentro dessas prestações foi possível identificar alguns pagamentos à empresa Facebook. Já o Senado incorporou em 2021, para além da Cota de Atividade Parlamentar, uma cota exclusiva para impulsionamento de redes sociais.

ECOSSISTEMA DA DESINFORMAÇÃO

1 Produção de Desinformação Ambiental por **POLÍTICOS**

Marco temporal
Narrativas contra o **STF**
e a validade do julgamento

Defesa da **BR-319**,
que liga o Amazonas à Rondônia,
e do corredor de exportação
Ferrogrão sem mostrar
os impactos

Desvio da atenção:
Ato de **8 de janeiro**
CPI das ONGs
CPI do MST
Lei da Pesca...

Negação da destruição
pelo **agronegócio**

Discursos
de ódio + ataques

Contra **Marina
Silva** e pessoas
LGBTQIAPN+

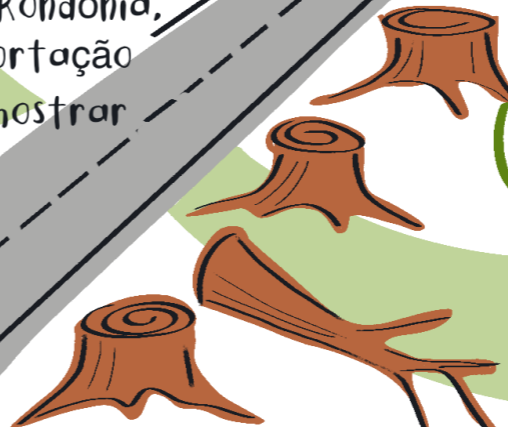
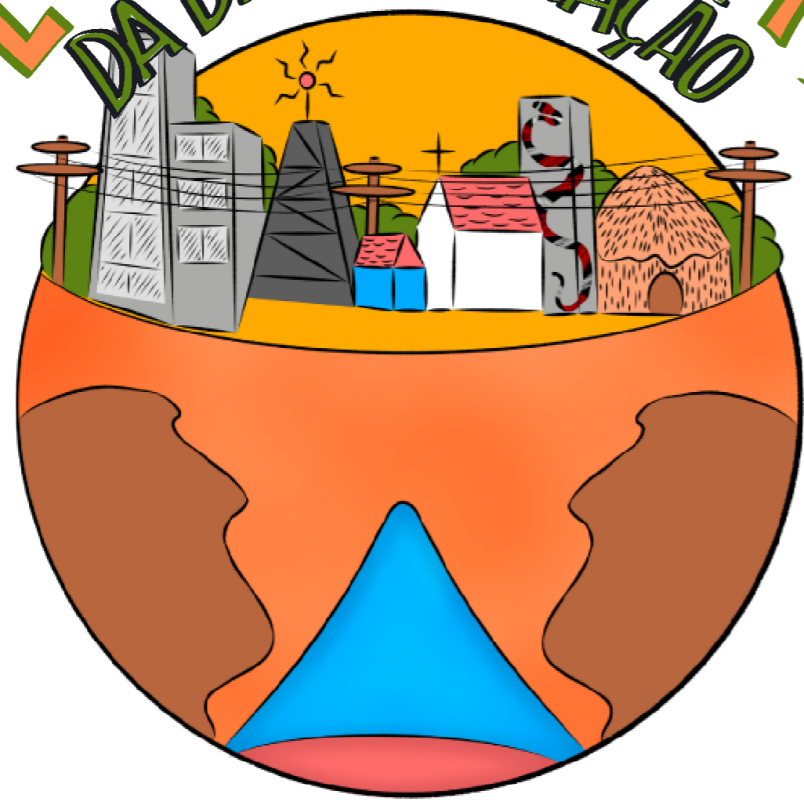
Criminalização
do **MST** e **ONGs**

3 Campanha
Multiplataforma
e desinformação
coordenada em rede

6 Impactos
e **danos**

4 Impulsioneamento
das postagens
com recursos públicos

5 Repetição da
desinformação
(principalmente em
grupos de mensageira)



ANÁLISES E RESULTADOS

O ecossistema de desinformação na Amazônia Legal tem forte influência não só de sites de notícias desinformativos, como apresentado na primeira fase do Projeto Amazônia Livre de Fake, mas também de políticos, principalmente da extrema-direita. Em suas redes sociais e discursos públicos, essas representações compartilharam ou reportaram uma série de conteúdos desinformativos em 2023, incluindo notícias dos sites que comprovadamente disseminam notícias falsas, como a Revista Oeste, o Terra Brasil Notícias, o Brasil Paralelo e a Gazeta do Povo.

Das 28 figuras públicas monitoradas na pesquisa que disseminaram desinformação, 12 são do PL e 7 do União Brasil, que se apoiam na comunicação digital para vender pautas de interesses político-econômicos e difundir pânico moral. Eles apostam na possibilidade que a segmentação digital permite. Ao invés de investir em anúncios de página inteira em jornais diários ou em inserções no horário nobre, tornou-se mais barato e vantajoso apostar na mensagem publicitária para um público pré-determinado nas plataformas digitais.

Isso foi perceptível no investimento feito por senadores e deputados da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA): os períodos das prévias de discussões no Congresso ou de abertura de determinada Comissão Parlamentar coincidiram com períodos de maior destinação de recursos públicos no patrocínio de anúncios e postagens. Nem todas essas postagens são desinformativas, mas a utilização dessa estratégia gera um alcance de influência considerável para determinados nichos.

O desenho das interfaces e das funcionalidades das plataformas tem um efeito direto na fragmentação da esfera pública em função das chamadas bolhas ou câmaras de ressonâncias. Dessa forma, a desinformação é uma operação social, e não conduta individual (Bachur, 2021). São as características estruturais da sociedade digital, plataformas baseadas no engajamento e filtro-bolhas, efeito de massa e contágio emocional, repetição de enunciados linguísticos e tomada de posição política em um mundo polarizado, que explicam como e por que a desinformação funciona.

Como trouxemos no início desta publicação, ao tratar de desinformação socioambiental também é importante destacar os chamados “discursos de atraso” que deturpam em vez de informar, levantam adversidades em vez de consenso ou implicam que agir é um desafio impossível. Esses discursos se baseiam em combinações de argumentos que incluem teorias negacionistas, justificativas para subdimensionar o papel do agronegócio na destruição ambiental, a criminalização de movimentos sociais que lutam pela reforma agrária, bem como falsas alegações sobre o impacto da demarcação de terras indígenas no desenvolvimento do país.

Soma-se neste cenário o financiamento das desinformações com recursos públicos. O senador Zequinha Marinho (Podemos/PA) gastou mais de R\$ 18 mil em compras de anúncios nas plataformas da Meta (Facebook e Instagram)

durante o ano de 2023, 45 dos anúncios com discursos que utilizam tanto de desinformação como de *greenwashing*, que também inclui a divulgação de “atividades ecologicamente corretas em campanhas de publicidade para desviar a atenção daquelas ambientalmente hostis” (Freitas Netto *et al.*, 2020). Quando analisados os conteúdos de todos os anúncios patrocinados pelos outros políticos, as narrativas focam em questões fundiárias e ambientais, abordando o Marco Temporal para demarcação de terras indígenas, a oposição ao MST, o lobby pelo afrouxamento da legislação ambiental e a minimização dos danos ambientais gerados pelo agro.

A transformação do discurso de desinformação em projetos de leis e até mesmo em leis foi algo identificado nos Grupos de Trabalho do Projeto, indicando a problemática de quando falsas informações acabam por embasar o ordenamento jurídico do Estado e do país. É possível citar a aprovação do Marco Temporal pelo legislativo ou, em âmbito estadual, o Projeto de Lei (PL) 4.183/23¹⁷ apresentado em setembro pelo deputado Coronel Assis (PL/MT) que busca perseguir o MST, com a obrigação de criação de um CNPJ para eventuais responsabilizações. E a Lei 12.342/23 que proíbe a queima de maquinários utilizados em desmatamento ilegal que rendeu muitas desinformações em campanha coordenada no MT.

Outra preocupação que a pesquisa alerta é em relação à estratégia do Partido Liberal (PL) de ocupar o executivo nas eleições municipais de 2024. O deputado Abílio Brunini (PL/MT) se coloca como pré-candidato à prefeitura de Cuiabá. O Coronel Menezes (PL/AM) também divulgou que será pré-candidato pelo partido na capital manauara. E, em Belém, Eder Mauro (PL/PA) tem se colocado como pré-candidato, porém o PL ainda não fez o anúncio oficial de nenhum dos três candidatos. São representantes da extrema-direita que vêm há anos utilizando de desinformação e discurso de ódio no campo conservador político, combinando capital político e econômico proveniente de setores como o agronegócio, a mineração e também empresas de radiodifusão a estratégias discursivas-ideológicas de pânico moral.

Percebe-se ainda um aumento de transferência e uso de recursos públicos para campanhas em ambientes digitais nas últimas eleições. Isso pode estar relacionado ao custo, pois os custos da propaganda em rádio e TV são elevados, enquanto foi observado na pesquisa um baixo investimento, comparativamente, para impulsionamento nas redes sociais com publicidade direcionada. Como analisam Ortellado e Ribeiro (2018 b, p. 08), “uma parcela maior e mais relevante do jogo se dará por meio de bots para criar ‘trending topics’ no X, de contas falsas utilizadas para influenciar comunidades no Facebook e pela difusão de informação de combate pelos sites noticiosos ultra-partidários. O uso desses expedientes no período entre as eleições tem mostrado que é capaz de moldar a opinião pública a um custo que é bastante reduzido perto das dimensões de uma campanha eleitoral”.

PRINCIPAIS RESULTADOS

PORTA-VOZES E NARRATIVAS

Dos 28 parlamentares que disseminaram desinformação em 2023, identificamos 15 principais porta-vozes das narrativas desinformativas com temáticas socioambientais. Tais políticos lideram os rankings de interações em posts socioambientais em cinco das seis plataformas. Parlamentares do Pará focam em distorcer políticas de demarcação de terras e condenar a desintrusão na Terra Indígena Apyterewa. No Mato Grosso, seis parlamentares se dedicam a criminalizar o MST, associando o movimento ao terrorismo. Já no Amazonas, há um forte movimento de desinformação contra ONGs, bem como a disseminação de discursos que retratam militares como os defensores da Amazônia.

Em seus discursos, os políticos analisados ignoram as contradições entre a defesa do agronegócio e a defesa dos povos originários e da preservação ambiental. Embora afirmem defender causas socioambientais, eles buscam desviar a atenção de problemáticas para promover interesses econômicos da região. A união da ideologia do progresso e/ou do desenvolvimentismo com princípios de sustentabilidade, nesse caso, busca apagar contradições de interesses entre o agronegócio e comunidades locais. Preocupações sobre a degradação ambiental também são ignoradas.

Muitos políticos apresentam uma postura agressiva contra a esquerda e os movimentos sociais. Há aqueles que atacam escancaradamente lutas em prol da reforma agrária e em defesa da agricultura familiar e soberania alimentar, criminalizando o MST, que é classificado como “terrorista”. A CPI recente sobre o tema é trazida como argumento para alimentar essa narrativa. Ataques contra a esquerda e em especial ao presidente Lula também são comuns. De acordo com essas narrativas, o governo atuaria em prol do MST em detrimento do agronegócio. Outra representante do governo muito atacada é a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva.

No jogo do vale tudo, com o objetivo de fortalecer suas imagens diante do eleitorado, alguns políticos estão se apropriando de políticas e resultados do governo Lula. Declarações sobre as políticas ambientais do atual presidente permeiam as publicações tanto de seus aliados quanto de seus oponentes. Tanto ao expressarem apoio a Lula ou ao criticarem o atual governo, esses políticos realizam uma autopromoção oportunista à medida em que instrumentalizam políticas socioambientais apenas visando obter popularidade.

Os discursos anti-ONGs, presentes nas publicações de alguns políticos, costumam disseminar teorias conspiratórias que acusam as ONGs que atuam na Amazônia de pôr em risco a soberania nacional por receberem recursos estrangeiros. Nesse contexto, os parlamentares também direcionam ataques contra o Fundo Amazônia¹⁸. As organizações também são acusadas de manterem os povos originários sob tutela e impedirem que a região se desenvolva.

Essas narrativas encontraram eco na CPI das ONGs, ocorrida entre junho e dezembro de 2023.

Políticos que defendem o Projeto de Lei do Marco Temporal utilizam narrativas contra o STF para questionar a validade do julgamento do Judiciário sobre a tese. Promovendo uma campanha intensa a favor do projeto, os políticos argumentam que a quantidade de terras demarcadas no Brasil é suficiente e demarcar mais pode provocar inseguranças jurídicas no campo. Há a utilização de um discurso alarmista sobre supostos prejuízos que a derrubada do Marco Temporal poderia causar aos produtores rurais. Dessa forma, os políticos fortalecem o discurso ruralista ignorando os direitos dos povos originários e a necessidade de combater a crise climática e promover a preservação ambiental.

Os impactos socioambientais de atividades extrativistas em larga escala, de megaprojetos e de práticas ligadas ao agronegócio são frequentemente minimizados ou negados por alguns políticos. Entre os projetos e atividades mais defendidas estão a construção de Ferrogrão, a pavimentação da rodovia BR-319, atividades de mineração e o uso de agrotóxicos e sua pulverização. Em alguns casos, os políticos chegam a defender que essas atividades seriam até mesmo benéficas ao meio ambiente.

ATUAÇÃO ORGANIZADA E MULTIPLATAFORMA

O Facebook e o Instagram despontam como as redes mais utilizadas para promover desinformação sobre a questão socioambiental

Todos os 28 parlamentares possuem conta em ambas e todos realizaram publicações sobre o tema no Facebook. No Instagram, Coronel Assis foi o único a não publicar sobre a pauta. O TikTok aparece em seguida como a terceira rede mais utilizada, enquanto o Telegram foi a rede menos usada. Dos 32 políticos, apenas 11 possuem canal no Telegram e apenas 4 publicaram sobre a questão socioambiental.

De todos os políticos, apenas Rogério Barra (PL/PA) fez publicações sobre a questão socioambiental em todas as redes analisadas. Além dele, Zequinha Marinho (Podemos/PA) também se destaca no Pará. No Mato Grosso, Abílio Brunini e Amália Barros, ambos do PL/MT, possuem a maior presença e atuação multiplataforma, tendo publicado sobre a questão socioambiental em cinco das seis plataformas analisadas. Considerando todos os políticos analisados, Abílio e Amália foram responsáveis pelo maior número de interações em três das seis redes (TikTok, YouTube e Telegram). No Amazonas, Plínio Valério (PSDB/AM) se destaca por também ter publicado sobre o tema em cinco das seis plataformas analisadas. Essas informações foram levantadas a partir da mineração de dados realizado pela NetLab (outubro de 2022 a outubro de 2023):

¹⁷ Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/midia/texto/32/deputado/equipamentos-apreendidos-em-aco-es-ilegais-vaio-para-agricultura-familiar/visualizar#:~:text=O%20presidente%20da%20Assembleia%20Legislativa,min%C3%A9rios%20e%20ao%20desmatamento%20ilegais> (Acesso em 19/03/2024)

¹⁸ O Fundo Amazônia tem como objetivo captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal, nos termos do Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008. Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/home/> (Acesso em: 28/04/2024)

ATUAÇÃO MULTIPLATAFORMA

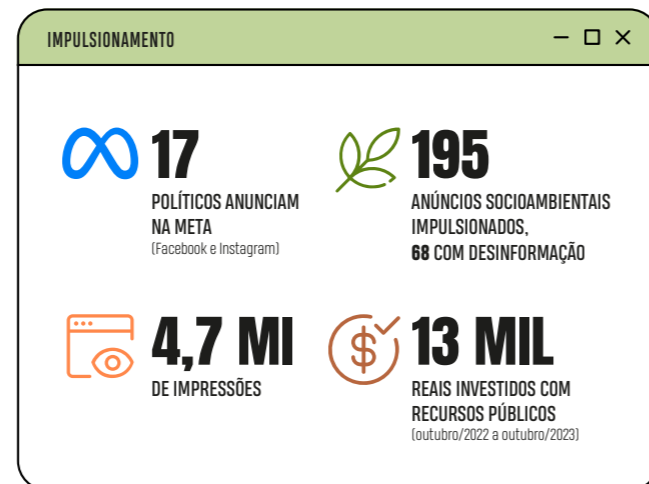
PLATAFORMA	POSTS REALIZADOS PELOS PARLAMENTARES	POSTS SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL
	16.625 posts	1.462 posts
	944 vídeos	121 vídeos
	10.269 posts	840 posts
	2538 vídeos	327 vídeos
	1.766 mensagens	107 mensagens
	1.788 anúncios	195 anúncios

A maioria dos políticos defende o agronegócio e atua em frentes, comissões ou comitês na Câmara dos Deputados ou nas Assembleias Legislativas que promovem atividades ou projetos de lei nesta pauta. São também aliados a uma agenda conservadora principalmente com foco em uma propaganda sobre serem "Pró-Vida" e contra o aborto. Do total dos 32 políticos monitorados, 16 participam da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e têm forte penetração nas decisões do Congresso, nos Legislativos Estaduais e no ambiente digital. Através do Instituto privado Pensar Agro, criado em 2011, que atende exclusivamente à FPA, essa articulação vem expandindo seu modelo de lobby político.¹⁹

Recentemente, foi criada a Frente Parlamentar da Pesca e da Invasão Zero²⁰, que foi incubada pela FPA e que se dobrou em criação de frentes iguais nos legislativos estaduais, como já mencionado neste relatório. No Mato Grosso, foi criada a CPI da Invasão Zero, e a mesma Frente Parlamentar da Agropecuária na Assembleia Legislativa do Mato Grosso, que é composta por 11 dos 14 políticos monitorados nesta pesquisa. A CPI da Invasão Zero foi capitaneada, em outubro de 2023, pelo deputado estadual Gilberto Cattani (PL), que posteriormente criou a Frente Parlamentar Invasão Zero na ALMT para coibir e criminalizar as ocupações dos movimentos de luta pela terra.

IMPRESSÕES E INVESTIMENTOS

Proporcionalmente mais parlamentares do Mato Grosso abordaram pautas socioambientais em anúncios de conteúdos desinformativos no Meta Ads, em comparação ao Pará e ao Amazonas. Em todos os três estados, o Facebook foi a rede mais utilizada e o Telegram, menos. Apesar de quase todos os parlamentares do Amazonas terem um canal no YouTube, poucos mencionam a questão socioambiental. No Pará, três dos nove parlamentares e, no Mato Grosso, sete dos 14 usaram o YouTube para tratar do tema. Do total de 195 anúncios socioambientais impulsionados pelos políticos no Facebook e Instagram, **68** continham desinformação que alcançaram mais de quatro milhões de pessoas, gastando cerca de R\$13 mil reais. Em relação a outros investimentos em divulgação de atividade parlamentar pode parecer um valor irrisório, porém o alcance pode ser muito maior em disseminar determinada narrativa.



Percebe-se também uma estratégia de segmentação indicativa de que o perfil da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a qual muitos políticos monitorados integram, tem sido impulsionada para influenciar a política local em alguns estados, fazendo collab com os perfis dos parlamentares. Em anúncios desse tipo, a pessoa porta-voz escolhida como interlocutora é, invariavelmente, parlamentar do estado para onde o anúncio é direcionado. Dos anúncios que citam o senador Zequinha Marinho, por exemplo, a maior parte são direcionados apenas para o Pará, e soma 6,6 milhões de impressões.

Por mais que essas informações sejam baseadas nos anúncios veiculados nas plataformas da Meta, que possui ferramentas de transparência, isso não significa que o problema não se repita em outras plataformas. Ao contrário, a opacidade torna as plataformas mais atraentes para os ludibriadores que as utilizam. Na própria moderação da Meta ainda também é uma incógnita a análise dos dados, já que algumas postagens patrocinadas com desinformação foram removidas da plataforma, porém outras com teor semelhante ainda se mantêm. Por isso, é preciso considerar as limitações da moderação de conteúdo e também considerar os diferentes contextos nos quais os discursos circulam. Nem sempre as plataformas acatam tal moderação, justamente por suas sedes estarem concentradas e amparadas por legislação de seu país de origem.

No caso do Brasil, a regulação das plataformas ainda não é uma realidade. Existe uma proposta apontada pelo Projeto de Lei 2.630/2020, conhecido como PL das Fake News em tramitação na Câmara dos Deputados, que obriga as plataformas a divulgarem relatórios de transparência que podem ser uma possibilidade de ajudar os cidadãos na sua relação com as plataformas porque propicia que sejam capazes de questionar decisões abusivas na moderação de conteúdos e contas. Esses documentos podem também facilitar o acompanhamento tanto da sociedade civil – como de nós neste estudo, por exemplo –, quanto do poder público na sua tarefa de fiscalização. Além disso, o PL trata também da desmonetização de contas de atores institucionais por plataformas digitais, uma vez que se trata de remuneração pessoal proveniente de investimentos realizados com recursos públicos. Tal medida iria atacar sobremaneira os produtores de desinformação aqui analisados.

Outro caminho são as novas regras propostas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que alterou a Resolução nº 23.610/2019, sobre temas ligados aos atos de campanha no ambiente digital e foi objeto de consulta pública realizada em janeiro de 2024. Algumas delas apresentam avanços importantes como a exigência da transparência relacionada aos anúncios, criando um repositório que contenha não apenas as postagens impulsionadas, mas a necessidade de categorizar quais seriam os anúncios, valores e sua influência no processo eleitoral, além da proibição do uso de inteligência artificial e deep fake durante a campanha eleitoral. Porém, a Coalizão Direitos na Rede²¹ emitiu nota pública sobre a regra que diz respeito à responsabilidade das plataformas sobre conteúdo que são produzido por seus usuários, que já consta no Marco Civil da Internet (em seu artigo 19).

FALTA DE TRANSPARÊNCIA DE DADOS PÚBLICOS

Outros fatores que fortalecem a desinformação são a falta de transparência de dados públicos e a ausência de acesso de qualidade à internet. O resultado do levantamento de pedidos feitos via Lei de Acesso à Informação demonstrou falhas na transparência, não só especificamente das informações requisitadas, como também nos sistemas de atendimento ao cidadão, que impossibilitaram até mesmo o registro das solicitações tanto das políticas de conectividade como gastos públicos com publicidade. Foram feitos pedidos aos governos estaduais e municipais, assembleias legislativas dos estados do Amazonas, Mato Grosso e Pará, além das prefeituras de Coari (AM) e São Gabriel da Cachoeira (AM). Coari entrou na pesquisa pela influência da família Pinheiro, políticos que se revezam no poder no município e no estado. Já São Gabriel da Cachoeira entrou para compreendermos os investimentos em mídia e internet, solicitação feita pelos representantes da comunicação indígena do município no GT do Amazonas.

Ao fazer o balanço da qualidade das respostas aos 29 pedidos realizados entre agosto e novembro de 2023, identificamos que mais da metade (15) restaram sem resposta (52%), cinco foram respondidos, mas não atenderam à demanda (17%). Somente seis pedidos foram atendidos de forma satisfatória (21%) e um pedido atendeu parcialmente à demanda (3%). Temos ainda dois pedidos em tramitação.

As instituições com o pior desempenho foram as assembleias legislativas estaduais, que simplesmente não apresentaram resposta no prazo legal. Destaca-se positivamente a resposta da Câmara dos Deputados por informar, de forma nítida e elucidativa, como utilizar bases de dados orçamentárias para localizar despesas públicas, inclusive indicando o código da ação orçamentária correspondente ao tema pesquisado. Se o dado não for divulgado pelo órgão público, ou for difícil de encontrar, a desinformação vai prosperar com mais facilidade sendo preenchida no debate público com especulações, teorias conspiratórias e mentiras.

AUSÊNCIA DE POLÍTICAS DE CONECTIVIDADE

A pesquisa realizou também pedidos via LAI aos governos do Amazonas, Mato Grosso e Pará para a compreensão do investimento em políticas de conectividade. Verificou-se também se houve, em 2023, alguma destinação de emendas parlamentares a programas de inclusão digital. Não houve respostas referente a nenhuma emenda destinada a esse propósito. Já em relação às políticas de conectividade, somente o governo do Mato Grosso não respondeu ao pedido de LAI.

O governo do Amazonas informou que em julho de 2021 foi assinado um Acordo de Cooperação Técnica com o Exército Brasileiro, para fortalecer o Programa Amazônia Conectada (PAC), com investimento de R\$ 1,35 bilhões, o que possibilitou a ampliação das redes metropolitanas para conectar órgãos públicos (de todas as esferas), bem como hospitais à rede do PAC, além de escolas, o que ampliará a

¹⁹ Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2022/07/21/bancos-e-fundos-investiram-us-27-bilhoes-em-empresas-que-financiam-o-lobby-ruralista/> (Acesso em 19/03/2024)

²⁰ Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/midia/texto/assembleia-legislativa-cria-cpi-da-invasao-zero/visualizar> (Acesso em 22/03/2024)

²¹ Acesso em: <https://direitosnarede.org.br/2024/03/15/nota-publica-novas-regras-do-tse-para-propaganda-eleitoral-na-internet-nas-eleicoes-podem-ter-consequencias-graves-sobre-o-debate-publico/> (Acesso em 21/03/2023)

implementação de políticas públicas no interior do estado do Amazonas. Em 2023, estavam conectados 12 municípios: Alvarães, Novo Airão, Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, Tefé, Coari, Codajás, Anori, Caapiranga, Manacapuru e Iranduba. O PAC consiste na implantação de redes de transportes de fibra óptica ao longo dos rios da região.

Já quanto ao Pará, foi informado de forma incompleta que foram investidos cerca de R\$15 milhões para implementação de programas de conectividade, com destaques para o Wi-Fi Livre, que beneficiaram mais de 60% da população nos últimos anos em 76 municípios, sem detalhar qual período e segmentação da população. O programa é realizado também por fibras óptica ou rádios transmissores instalados.

POLÍTICA DE CONECTIVIDADE

AMAZONAS	MATO GROSSO	PARÁ
<p>PROGRAMA AMAZÔNIA CONECTADA (PAC)</p> <p>6 infovias de fibra óptica em 12 mil km de extensão</p> <p>12 municípios no AM (agosto de 2023)/10 milhões de habitantes em 59 municípios da região norte</p> <p>1,35 bilhões (Programa Amazônia Integrada Sustentável - PAIS/2021)</p>	<p>SEM INFORMAÇÃO</p> <p>Foi protocolada denúncia junto ao MPMT</p>	<p>WIFI LIVRE</p> <p>Fibra óptica ou rádios transmissores instalados</p> <p>60% população paraense</p> <p>15 milhões políticas de infraestrutura de telecomunicações do Governo do Pará</p>

Observa-se que há uma falta de transparência nas informações repassadas pelo governo em relação às políticas de conectividade e, se comparadas às pesquisas sobre acesso à internet, há um dissenso nesses dados. A região Norte ainda detém os piores indicadores relativos à qualidade e acesso à internet no Brasil, segundo o estudo realizado pelo Instituto do Direito do Consumidor com a organização Derechos Digitales²², que impactam na conexão ruim, cobertura limitada, preços exorbitantes e necessidade de nova infraestrutura adequada à realidade do bioma amazônico.

O documento detalha que as políticas de conectividades voltadas para a região carecem de mais investimentos e planejamento, já que a complexidade logística da Amazônia Legal demanda especificidades, e que a internet fornecida pelo PAC é mais utilizada pelo Exército do que pela população. Tanto o PAC de julho de 2015, quanto o programa Amazônia Integrada e Sustentável (PAIS) de setembro de 2021, outro programa não citado pelos governos, consistem na implantação de redes de transporte de fibra óptica ao longo dos rios da Região Amazônica, envolvendo redes subaquáticas em rios de grandes dimensões e florestas densas.

Outra implementação de infraestrutura que ocorre no Amazonas e no Pará, e que não foi informada pelas respostas dos pedidos, é o investimento nos satélites de baixa órbita. O Instituto Nupef²³ está realizando monitoramento em relação a essa nova forma de possibilitar acesso à região. Para o Nupef, a chegada dos satélites de baixa órbita (LEOs) está alterando o cenário de internet em áreas de floresta densa e de difícil acesso para instalação de infraestrutura

de fibra óptica, por exemplo. Os satélites de baixa órbita (LEOs) apresentam latência 24 vezes menor do que os satélites geoestacionários, que se constituíam muitas vezes a única opção para diversos territórios da Amazônia Legal. Há alguns anos a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) autorizou, sob influência do Ministério das Comunicações, a empresa Starlink²⁴, da SpaceX, a colocar 4.408 satélites LEOs no Brasil, inclusive na região amazônica.

SEM RESPOSTAS, O CAMINHO É A DENÚNCIA

Para os pedidos de informação com base na LAI, conforme persistiram as negativas, foram feitos novos pedidos e recursos. Também foram adicionados novos pedidos para detalhamento de programas ou períodos específicos citados nas respostas genéricas recebidas. Em alguns casos, a omissão dos entes públicos ou problemas nos sistemas de registro de solicitações exigiram a realização de denúncias perante o Ministério Público local.

Até o fechamento deste relatório, em maio de 2024, não obtivemos nenhuma resposta dos Ministérios Públicos. Uma das contribuições que este tipo de levantamento pode gerar é justamente destacar esses desafios no acesso a dados e provocar pressão sobre os órgãos públicos para melhorias, o que se buscou por meio das denúncias protocoladas junto aos Ministérios Públicos locais. Com o avanço dos procedimentos instaurados perante os MPs, existe a possibilidade de mais informações serem disponibilizadas ao público em geral.



GOVERNO DO MT

Foram realizados dois pedidos para o órgão referente a gastos com mídia e investimento em políticas de conectividade, porém nenhum foi respondido. Durante o período de pesquisa, o site do governo do MT passou a apresentar instabilidades e impossibilitar o acesso por usuários. Em razão desses problemas, foi protocolada denúncia por falta de transparência e desrespeito à LAI junto ao MPMT.



ASSEMBLEIA DO PARÁ

Foi realizado um pedido para o órgão, porém sem resposta. Em razão do problema relatado, foi protocolada denúncia perante o MPPA.



PREFEITURAS DE COARI

Foram realizados dois pedidos para o órgão, porém sem resposta. Em razão do problema relatado, foi protocolada denúncia perante o MPAM.



ASSEMBLEIA DO AMAZONAS

Foram realizados dois pedidos para o órgão, porém sem resposta. Em razão do problema relatado, foi protocolada denúncia perante o MPAM.



PREFEITURA DE CUIABÁ

Foi realizado um pedido para o órgão, porém sem resposta. Em razão do problema relatado, foi protocolada denúncia perante o MPMT.

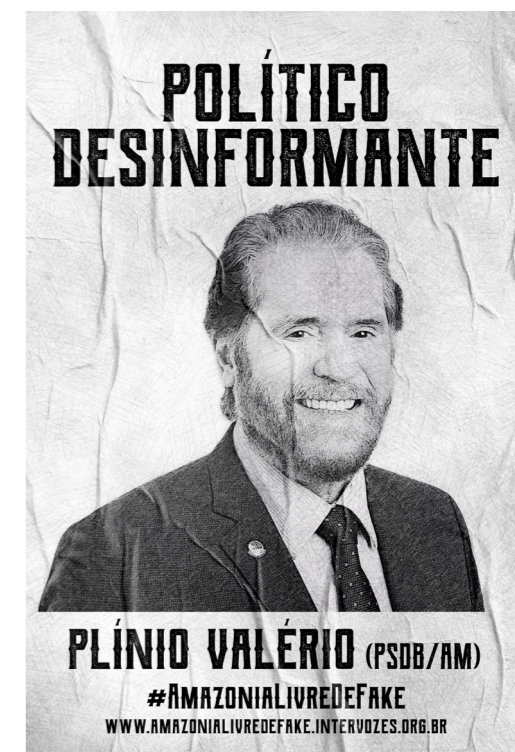


PREFEITURA DE BELÉM

Foram realizados dois pedidos para o órgão, porém sem resposta. Em razão do problema relatado, foi protocolada denúncia perante o MPPA.

CAMPANHA AMAZÔNIA LIVRE DE FAKE PREMIAÇÃO POLÍTICO DESINFORMANTE

Como parte da estratégia de incidência deste projeto, a campanha Amazônia Livre De Fake teve o intuito de divulgar e sensibilizar sobre os resultados alcançados pela pesquisa. A ação consistia em premiar de forma simbólica seis políticos campeões (*top six*) de violação do direito à comunicação nos estados do Amazonas, Mato Grosso e Pará. Além da premiação, foram realizadas ações de rua nas capitais Manaus (AM), Cuiabá (MT) e Belém (Pará) com colagem de lambes e entrega de panfletos para informar a população sobre os representantes políticos.



²² Pesquisa Acesso à Internet na Região Norte: <https://iddec.org.br/noticia/iddec-lanca-estudo-em-parceria-com-derechos-digitales-sobre-acesso-internet-na-amazonia> (Acesso em 15/03/2024)

²³ Disponível em: <https://nupef.org.br/artigo/redes-na-floresta-conectividade-na-amazonia-conquistas-e-os-novos-desafios-com-acesso> (Acesso em 18/03/2024)

²⁴ Disponível em: <https://teletime.com.br/28/01/2022/constelacao-de-satelites-starlink-de-elon-musk-e-autorizada-no-brasil/> (Acesso em 18/03/2024)

A premiação levou em consideração a recorrência de desinformação (1 ponto para cada desinformação), discurso de ódio (1 ponto para cada discurso de ódio e/ou ataque), financiamento público de desinformação (1 ponto) e políticos proprietários de mídia (1 ponto) para elaborar o ranking do Político Desinformante. Em um primeiro momento, pontuamos os dez políticos com combos de violações ao direito à comunicação. Com o total de pontos, identificamos o top six com as maiores pontuações no ranking.

REPRESENTANTE POLÍTICO	DESINFORMAÇÃO (QTDE)	ATAQUE OU DISCURSO DE ÓDIO (QTDE)	PROPRIEDADES DE MÍDIA	FINANCIAMENTO	TOTAL	RANKING
Plínio Valério (PSDB/AM)	20	1	0	1	22	1º
Fausto Jr (União Brasil/AM)	12	4	0		16	2º
Delegado Caveira (PL/PA)	14	1	0	1	16	3º
Amália Barros (PL/MT)	9	6	1	1	16	4º
Eder Mauro (PL/PA)	9	4	0	1	14	5º
Abílio Brunini (PL/MT)	10	3	0		13	6º
Mauro Mendes (União Brasil/MT)	11	0	0	1	12	7º
Jayme Campos União Brasil/MT)	9	1	0	1	11	8º
Zequinha Marinho (Podemos/PA)	10	0	0	1	11	9º
José Medeiros (PL/PA)	10	0	0	1	11	9º
Coronel Fernanda (PL/MT)	9	1	0		10	10º

TOP SIX POLÍTICO DESINFORMANTE

	1º PLÍNIO VALÉRIO (PSDB/AM)		4º AMÁLIA BARROS (PL/MT)
	2º FAUSTO JR. (União Brasil/AM)		5º EDER MAURO (PL/PA)
	3º DELEGADO CAVEIRA (PL/PA)		6º ABILIO BRUNINI (União Brasil/MT)

O troféu para a premiação foi produzido a partir de uma chamada pública para artistas. Danyllo Bemerguy e Faisca são designer e escultor, respectivamente, vivem em Belém, no Pará, e foram responsáveis pela concepção do troféu Político Desinformante. A ideia, segundo eles, foi brincar com a produção de desinformação e os rios amazônidas. A partir de uma nascente de rio, principal meio de comunicação na Amazônia, uma mentira ganha proporções gigantescas assim como ocorre pelas plataformas digitais. Poluindo as águas, em uma peça circular, caracterizando as bolhas sociais.

O espaço vazado ao centro, no formato de barco apontando para o norte demonstra que é preciso ter cuidado ao navegar pelas plataformas digitais e não acreditar em tudo o que se lê. O prêmio ainda se torna interativo, podendo observar o mundo pelo vazado, mostrando que sempre há resistências de olho em todos esses processos, fazendo alusão às ações do projeto Amazônia Livre de Fake.



RECOMENDAÇÕES

PODER PÚBLICO

- Fortalecer a cooperação entre o Estado, agentes privados e a sociedade, buscando soluções multisetoriais e mecanismos de regulação das plataformas digitais desenvolvidos a partir de dispositivos democráticos e amplo debate crítico. O Projeto de Lei 2.630/2020, conhecido como PL das Fake News, é um documento importante orientador para a transparência. A iniciativa latinoamericana *Mais poder para o povo, menos poder para as plataformas* também traz parâmetros importantes. É preciso avançar também em modelos e processos de regulação econômica das plataformas digitais;
- Promover o uso de software livre e a participação na construção de bases de dados próprias, com foco em experiências brasileiras ligadas à terra e à agroecologia;
- Promover maior transparência na disponibilização de dados públicos, especialmente relacionados a gastos com mídia, políticas de conectividade e questões socioambientais, visando superar desafios como a opacidade de dados;
- Promover o acesso universal à internet em regime público com serviços de qualidade na Amazônia Legal, sempre levando em conta na consecução de políticas públicas de conectividade o respeito à autonomia, à consulta prévia, livre e informada dos Povos e Comunidades Tradicionais e demais territórios diretamente impactados;
- Proibir o uso de verba pública para o financiamento de desinformação sabidamente danosa à sociedade e à agenda socioambiental, incluindo a proibição de impulsionamento de anúncios deste teor por políticos nas plataformas digitais;
- Corresponsabilizar plataformas quando do impulsionamento de conteúdo desinformativo com foco na agenda socioambiental e impacto sobre a Amazônia Legal;
- Regular os artigos da Constituição Federal que proíbem os monopólios e oligopólios e fazer cumprir o artigo 54 que proíbe que políticos sejam proprietários de emissoras de rádio e TV;
- Utilizar do espectro para facilitar a autorização de licenças para instalação de redes locais e comunitárias de internet, com garantia de assessoria técnica gratuita aos territórios amazônidas;
- Promover políticas públicas de apoio ao desenvolvimento e manutenção de mídias populares e comunitárias, ampliando o potencial de visibilidade dos discursos e narrativas produzidos por territórios da Amazônia Legal;
- Produzir dados e estatísticas sobre os níveis de acesso à internet em todo o país e de forma contextualizada aos diferentes territórios da Amazônia Legal, que sirvam para

orientar a formulação de políticas públicas e que incluam questões como raça/etnia, gênero, idade, local de moradia, renda e tipo de conexão, dentre outras;

- Destinar recursos necessários para garantir acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) às famílias de Povos e Comunidades Tradicionais da Amazônia Legal, de modo que, com rede disponível, seja possível ter acesso significativo à internet, sempre observando a consulta prévia, livre e informada e o respeito à autonomia destes;
- Criar políticas que favoreçam a autonomia e autodeterminação dos Povos e Comunidades Tradicionais amazônidas tanto no debate quanto na utilização da internet e das tecnologias digitais, a partir de uma perspectiva de convivência entre estas e as tecnologias ancestrais de manutenção dos modos de vida desses povos;
- Realizar projetos de educação crítica para as mídias, tanto em ambientes formais quanto informais de educação, como forma de dialogar com os territórios amazônidas sobre possibilidades, benefícios e riscos do uso da internet e das tecnologias digitais com foco específico no combate à desinformação socioambiental e na produção de informações que levem em conta as vozes dos povos e comunidades tradicionais;
- Estabelecer políticas públicas que contribuam na sustentabilidade de pequenos provedores de internet, que são, muitas vezes, as únicas alternativas de conexão em âmbito local;

PLATAFORMAS DIGITAIS

- Divulgar relatórios de transparência sobre os critérios utilizados pelos algoritmos para sua ordenação e direcionamento dos conteúdos gerados, explicitando os efeitos para seus usuários;
- Publicar suas políticas de restrição de conteúdo, em linguagem clara e em formatos acessíveis, mantê-las atualizadas à medida que evoluem e notificar os usuários sobre alterações;
- Criar filtros ligados às mudanças climáticas e pauta socioambiental referente à Amazônia, de modo a obter formas de categorizar esse tipo de conteúdo impulsionado;
- Despriorizar, em mecanismos de busca, assim como em redes sociais, conteúdos postados por páginas repetidamente caracterizadas como propagadoras de desinformação e que sejam replicados em outras páginas;

- Disponibilizar acesso amplo e gratuito à internet por meio de "postos de conexão" (locais com equipamento e estrutura necessários) em lugares como praças, feiras, escolas, bibliotecas e órgãos públicos na Amazônia Legal;
- Instituir fóruns permanentes de debate e definição de políticas públicas sobre internet e direito à comunicação, com participação das diversas comunidades rurais e Povos e Comunidades Tradicionais e territórios da Amazônia Legal;
- Disponibilizar, pelo poder público, acesso gratuito à internet banda larga como garantidor da participação de comunidades rurais e Povos e Comunidades Tradicionais da Amazônia Legal nos processos de consultas, audiências públicas e outros mecanismos relacionados à negociação com megaempreendimentos, conforme amparado pela Convenção 169 da OIT;
- Garantir participação plena das comunidades rurais e Povos e Comunidades Tradicionais amazônidas em consultas livres, prévias e informadas que visem a definição das metas do 5G e de outras políticas que impactam no acesso à internet;
- Garantir respeito à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nas aplicações públicas e público-privadas de acesso à educação, assistência médica e social, dentre outros, garantindo sempre a autonomia e o respeito à privacidade das populações.

- Responder de forma célere e transparente solicitações de denúncias a páginas que propagam desinformação, de modo a sabermos, dentro de um prazo estabelecido, quais foram as análises e desdobramentos dos casos a partir de denúncias formais;
- Vetar a monetização e o impulsionamento de páginas, perfis e conteúdo que sistematicamente publicizam conteúdos desinformativos danosos ao enfrentamento à crise climática e à injustiça socioambiental na Amazônia Legal.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Olívia; MENDES, Gyssele; PASTI, André (Orgs.). **Quem controla a mídia?** Dos velhos oligopólios aos monopólios digitais. Edição de Ben-Hur Demeneck. São Paulo: Veneta; Coletivo Entrevzes, 2023.

BACHUR, João Paulo. Desinformação política, mídias digitais e democracia: Como e por que as fake news funcionam? **Direito Público**, v. 18, n. 99, 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BRUNO, Regina. Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA): Campo de disputa entre ruralistas e petistas no Congresso Nacional brasileiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 2, Artigo 2, jun.-set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n2-9>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CPA – Centro Popular de Comunicação e Audiovisual. **Carta de Recomendações para Políticas Digitais na Amazônia**. Manaus, 2023. Disponível em: <https://cpa.org.br/wp-content/uploads/2023/12/Carta-de-Recomendacoes-para-Politicais-Digitais-na-Amazonia.pdf> Acesso em: 20 mar. 2024.

FALLIS, Don. "What Is Disinformation?" **Library Trends**, vol. 63 no. 3, 2015, p. 401-426. Project MUSE. Disponível em: . Acesso em: 20 mar. 2024.

FREITAS NETTO, Sebastião Vieira de; SOBRAL, Marcos Felipe Falcão; RIBEIRO, Ana Regina Bezerra; SOARES, Gleibson Robert da Luz. Concepts and forms of greenwashing: a systematic review. **Environmental Sciences Europe**, v. 32, n. 19, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12302-020-0300-3> Acesso em: 20 mar. 2024.

GILL, Rosalind. Análise de Discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3a ed. Petrópolis (RJ): Vozes; 2002. p. 244-70.

LAMB, Willian et al. (2020). **Discourses of climate delay**. Global Sustainability 3, e17, 1-5. <https://doi.org/10.1017/sus.2020.13>

PÊCHEU, Michel. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. 3a ed. Campinas (SP): Pontes, 2002.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Houssein. **Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research**. Council of Europe report. DGI(2017)09, 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c>. Acesso em: 20 mar. 2024.

REGATTIERI, Lorena. A propaganda desinformativa no projeto de destruição nacional bolsonarista: A desinformação como estratégia de governo na agenda socioambiental durante a presidência de Jair Bolsonaro (PL). **Revista Eco-Pós**, v. 26, n. 01, p. 105-139, 2023. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/28005. Acesso em: 24 fev. 2023.

RIBEIRO, Márcio Moretto; ORTELLADO, Pablo. O que são e como lidar com as notícias falsas. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 15, n. 27, p. 71-83, 2018a. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2018/07/sur-27-portugues-marcio-moretto-ribeiro-pablo-ortellado.pdf> Acesso em: 22 mar. 2024.

RIBEIRO, Márcio Moretto; ORTELLADO, Pablo. Polarização e desinformação online no Brasil. **Revista Análise - Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil**, n. 44, 2018b. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14629.pdf> Acesso em: 22 mar. 2024.

SALLES, Debora; SANTINI, Marie. **Ecologia da Mídia Regional na Amazônia Legal**. São Paulo, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/376553246_Ecologia_da_Midia_Regional_na_Amazonia_Legal. Acesso em: 22 mar. 2024.

SILVA, Luiz Rogério Lopes; FRANCISCO, Rodrigo Eduardo Botelho; SAMPAIO, Rafael Cardoso. **Discurso de ódio nas redes sociais digitais: tipos e formas de intolerância na página oficial de Jair Bolsonaro no Facebook**. São Paulo: Galáxia, 2021.

COORDENAÇÃO



O Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social é uma organização que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil. - www.intervozes.org.br

GRUPOS DE TRABALHO

AMAZONAS



A Abaré é um coletivo formado por jovens jornalistas amazonenses, com enfoque em educação midiática e novas narrativas. Nossa escola informal está sendo construída de forma independente e experimental, usando o jornalismo como ferramenta de mudança para comunidades periféricas da região metropolitana de Manaus. - www.abare.jor.br



A Rede Wayuri é um coletivo de comunicação indígena, vinculado à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e conta com a parceria do Instituto Socioambiental. Temos como objetivo principal informar as numerosas comunidades indígenas do Rio Negro/Amazonas, combatendo as fake news e realizando incidência política dentro dos territórios, fortalecendo assim o direito à comunicação dos 24 povos rionegrinos. - www.redewayuri.org.br



A Associação pela Advocacia Popular é uma associação sem fins lucrativos que tem como objetivo popularizar tópicos relacionados aos direitos humanos em bairros periféricos do Estado do Amazonas e atuar em defesa de ativistas, militantes e articuladoras políticas através de proteção jurídica e de segurança digital. - www.instagram.com/advocaciapopularam

MATO GROSSO



A Mídia NINJA é uma rede de comunicação livre que busca novas formas de produção e distribuição de informação a partir da tecnologia e de uma lógica colaborativa de trabalho. Entendemos a comunicação democrática como um direito humano e defendemos o interesse público, a diversidade cultural e o direito à informação. Acreditamos na cooperação multissetorial como a chave para a promoção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 na região amazônica. - www.midianinja.org



A Casa NINJA Amazônia é um centro digital que mobiliza colaboradores para uma rede de suporte permanente da Amazônia. Promove uma programação contínua de rodas de conversas, workshops, encontros, reuniões e campanhas voltada às agendas de combate aos retrocessos ambientais, assim como para contar as potências e histórias da Amazônia profunda. - www.casaninjaamazonia.org



O Observatório Socioambiental do Mato Grosso é uma rede de incidência política, composta por instituições que defendem o desenvolvimento sustentável, a proteção e a garantia dos direitos dos povos indígenas e tradicionais e o cumprimento e consolidação da legislação ambiental. - www.observamt.org.br



A Rede Juruena Vivo é uma rede composta por indígenas, agricultores familiares, pesquisadores, entidades da sociedade civil, movimentos sociais urbanos e rurais, entre outros que atuam na bacia do rio Juruena (MT). Defendemos a integridade ambiental da região, a valorização da diversidade cultural e a ampliação da participação social nos processos de tomada de decisão sobre o desenvolvimento sustentável. - www.redejruenavivo.org.br



O Instituto Centro de Vida (ICV) é Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) apartidária, sem fins lucrativos, e reconhecida como de utilidade pública pela lei estadual nº 6.752/96. Nossas ações atingem tanto níveis internacionais, nacionais e estaduais nos temas da transparência, da governança ambiental e das políticas públicas, quanto o nível municipal por meio de experiências práticas. - www.icv.org.br



A Fundação Ecológica Cristalino (FEC) é uma organização não governamental ambientalista que atua no sul da Amazônia brasileira através da proteção de áreas naturais, comunicação social, educação para conservação, pesquisa científica e economia verde. - www.fundacaocristalino.org.br

PARÁ



O coletivo Jovem Tapajônico é um grupo multiplicador de informações e formações que visa discutir problemáticas associadas à causas socioambientais. O Coletivo trabalha com ferramentas que permitem a organização de grupos para trabalhar temas ambientais, políticos, gênero e sexualidade, territórios e cultura dentro das comunidades. - www.instagram.com/coletivojovempapajonico



A Cooperação da Juventude Amazônica para o Desenvolvimento Sustentável (COJOVEM) é uma organização da sociedade civil que surgiu da vontade de jovens amazônicas para articular a cooperação entre lideranças na Amazônia, visando o empenho de todos em favor da melhoria de problemas sociais e climáticos que nos impactam. Acreditamos na cooperação multissetorial como a chave para a promoção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 na região amazônica. - www.instagram.com/cojovem.br



A Agência Carta Amazônia de Comunicação atua com produção de conteúdo e serviços pautados na agenda socioambiental, Direitos Humanos, justiça climática e no fortalecimento do jornalismo local da Amazônia Legal. - www.cartaamazonia.com.br



A Rede de Notícias da Amazônia é uma associação de emissoras de rádio sem fins lucrativos, que tem como meta democratizar a comunicação na região amazônica priorizando o ponto de vista dos lutadores sociais, através da divulgação de suas ações políticas, econômicas, culturais e sociais. - www.redenoticiasamazonia.com.br



Veículo de Comunicação Popular, Alternativo e Independente com atuação na região Oeste do Pará - www.tapajosdefato.com.br



Agradecemos a parceria nesta edição com o NetLab - laboratório de pesquisas da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) dedicado a estudos de internet e redes sociais. - www.netlab.eco.ufrj.br



E a Fiquem Sabendo uma organização sem fins lucrativos especializada no acesso a informações públicas. - www.fiquemsabendo.com.br

